

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

ACTAS DO COLÓQUIO

Sociedade de Geografia de Lisboa

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 15 • 2007 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

«A OESTE NADA DE NOVO»?¹

Ana Cristina Martins*

«We do indeed see the world through a glass darkly;
the view is distorted and sometimes
obscured by our own reflections,
but nevertheless we can see something
and we can verify our observations
with greater or lesser credibility
by comparing them with those of others. »
(Spaulding, A. C., 1962, p. 508)

RESUMO

Desde os primórdios da produção arqueológica que a origem dos vestígios identificados no terreno mereceu a maior atenção, estabelecendo-se, desde então, e de alguma forma, uma fronteira entre quem apoiava uma proveniência exógena, mormente oriental, e quem defendia uma derivação endógena. Não obstante, estes posicionamentos não foram sempre inflexíveis, antes assistindo-se a sucessivas procuras de conciliação entre as duas abordagens, aliando a fonte oriental – o conhecido *ex oriente lux* – das principais realidades que marcaram os primeiros estádios da evolução humana a uma certa originalidade endógena, traduzida, tanto no modo como essas mesmas novidades foram adaptadas, quanto na emergência de algumas particularidades. Este foi, na verdade, um dos temas que mais interesse e polémica suscitou no seio da comunidade arqueológica – e antropológica – de oitocentos, perdurando na centúria subsequente, a ponto de se transformar, nalguns casos, num portentoso instrumento de manipulação de informação, de acordo com agendas políticas muito específicas.

Embora despojada da intensidade que assumiu nos principais círculos académicos europeus, esta temática foi seguida de perto pelos principais investigadores portugueses actuaentes neste domínio. É, justamente, este exemplo que pretendemos analisar nesta nossa primeira abordagem do tema, percorrendo e contextualizando o discurso produzido nas primeiras décadas de novecentos, período durante o qual houve um empenho redobrado em acentuar a originalidade de vestígios arqueológicos encontrados em solo português, ao mesmo tempo que se enfatizava a proximidade observada com existências identificadas noutros recessos europeus e extra europeus.

¹ Parte deste texto foi extraída de um sub-capítulo da nossa tese de doutoramento (MARTINS, 2005), revisto e adaptado à presente finalidade.

* Ana Cristina Martins é Doutora em História, Mestre em Arte, Património e Restauro e Licenciada em História-variante de Arqueologia pela Universidade de Lisboa, em cujo Centro de Arqueologia – Uniarq – desenvolve um projecto de pós-doutoramento financiado pela FCT sobre a Arqueologia em Portugal entre as décadas de 20 e de 60 de novecentos. Possui diversas publicações na área da História da evolução do pensamento arqueológico, museológico e patrimonial, a maioria das quais resultante de comunicações apresentadas em encontros nacionais e internacionais. É Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona. E-mail: ana.c.martins@netcabo.pt

1 – ENQUADRAMENTO INICIAL

Embora o título seja retirado da obra do escritor alemão Erich Maria Remarque (1898-1970), publicada em 1929, não discorreremos sobre conflitos bélicos – não directamente –, mas acerca de questões relacionadas com o difusionismo e/ou migracionismo. O cabeçalho serve, assim, para traduzir o empenho de investigadores portugueses das primeiras décadas de novecentos – a baliza cronológica definida para esta nossa primeira abordagem do assunto – que tentaram demonstrar a originalidade de comunidades actuaes no actual território nacional desde a mais alta antiguidade, contrariando, desse modo, linhas de pensamento prevalecentes no seio da comunidade científica europeia.

Na verdade, o povoamento dos territórios europeus foi tema apelante na literatura ocidental, assistindo-se a um fenómeno curioso entre o final da Antiguidade Clássica e o início da Idade Média, ele próprio resultante do alargamento da curiosidade lançada sobre o assunto. Com efeito, recorreu-se com frequência à mitologia grega e latina – em especial no que se referia à dispersão dos vários líderes-guerreiros sobreviventes à guerra de Tróia –, uma vez que a fonte, por excelência, do assunto – a bíblica – não elucidava o bastante acerca da marcha dos povos para Ocidente após o dilúvio – enquanto símbolo do Próximo Oriente, de invasão e/ou conquista – e a queda da Torre de Babel, ensaiando conciliá-la à clássica. Uma posição recusada por investigadores portugueses de oitocentos. A versão bíblica continuava, porém, a ser advogada, testemunhando o ascendente da sua tradição e da força da Igreja na educação populacional. O que não impedia que fosse reprovada desde, pelo menos, o século VII, quando o monge beneditino inglês Bede (c. 1672-1735) defendeu a origem pré-romana dos habitantes britânicos, enquanto os pictos sê-lo-iam da Cítia, sinónimo, no seu entender, de Escandinávia, contraditando, assim, a corrente predominante quanto ao povoamento da Irlanda e das ilhas britânicas por sobreviventes da guerra de Tróia e descendentes de Noé. O mesmo sucedeu, ademais, em Portugal, com a fundação de Setúbal por *Túbal*, o mesmo neto de Noé que teria povoado Espanha, numa legitimação monoteísta cristã das sociedades ibéricas, posteriormente (séculos XIX-XX) substituída por um grupo pré-histórico.

Estas posições pressupunham, em todo o caso, a ocorrência de colonizações e invasões no povoamento de várias regiões ocidentais, enquanto se demandava uma origem comum, nomeadamente em *Brutus*, neto de Eneias, para os reinos de Inglaterra, Escócia e Gales, elemento essencial para o seu futuro xadrez político e reclamações inglesas, sobretudo quando fora ao seu filho mais velho que Brutus legara, justamente, a Inglaterra. Séculos volvidos, durante a disputa dos Tudors pelo trono da Bretanha, foram os nacionalistas escoceses, formados numa intelectualidade cosmopolita, a substanciar, por seu turno, as suas reivindicações no mito da princesa egípcia Scota e do príncipe grego, Gaythelos, cujos descendentes povoaram a Irlanda e a Escócia, a partir da Corunha.

A verdade é que, já em finais deste mesmo século XV, o frade dominicano Annius de Viterbo (c. 1432-1502), conhecido na actualidade pelos documentos pré-clássicos que forjou, influenciou sobremaneira a ideia sobre a colonização da Europa ocidental, determinando que o povoamento das ilhas britânicas fora conduzido por descendentes de Noé, entre os quais se contava “celtas”. Uma posição assaz popularizada desde então, em especial junto do historiador e humanista escocês George Buchanan (1506-1582), o mesmo que a Inquisição portuguesa manteve preso durante quatro anos. G. Buchanan empenhou-se, então, em afastar troianos e gregos da etnogénese britânica e irlandesa, privilegiando a Gália ou a Ibéria (COLLIS, 2006, p. 102), convicto de que os primeiros habitantes da Bretanha seriam “celtas”, conquanto ninguém os reclamasse como seus antepassados até ao início de setecentos – em especial após o ‘Tratado de Westphalia’ (1648), tido como embrião dos estados nacionais modernos –, altura em que a ideia de celtas insulares se tornou comum por sublimar a antiguidade de entidades politicamente subjugadas, como sucedeu em 1707 com o ‘Tratado de União’ firmado entre a Inglaterra e a Escócia, símbolo do domínio protestante sobre o Catolicismo e o poder francês. Foi, justamente, a partir deste autor que os estudos relativos à origem do povoamento da Europa ocidental se centraram, não em mitos fundacionais clássicos, mas

na metodologia de Plínio, analisando as línguas, identificando os panteões e investigando a toponímia, com a finalidade de estabelecer percursos migracionais, mas sem deixar a tradição medieval acerca da ligação das ilhas britânicas à Península Ibérica. Enquanto isso, William Camden (1551-1623) rebuscou as origens bíblicas – designadamente a partir de Gomer, filho de Javé e neto de Noé –, reforçando, para o efeito, o mito medieval de *Brutus*, ao mesmo tempo que se referia aos primeiros habitantes insulares, não como celtas, mas como “antigos britânicos”, definindo o bretão como remanescente da língua celta, uma das muitas faladas na Torre de Babel. Estas considerações eram salientadas num momento em que se assistia a tentativas de estabelecer uma cronologia bíblica. Em especial a partir de 1627, ano em que o Vaticano reconheceu oficialmente o método de contagem de anos anterior ao nascimento de Jesus Cristo. Coube, então, a Ussher (1581-1656) datar a criação do Mundo para a noite do sábado 23 de Outubro de 4004 antes de Cristo. Fixou, ainda, o Dilúvio em 1.656 anos depois, rementendo a colonização humana para o período subsequente à queda de Babel, enquanto despontavam as línguas mundiais, classificadas primeiramente pelo escritor, poeta e político italiano Dante Alighieri (1265-1321). Uma tendência contextualizada por um momento particularmente propício à definição genealógica mitológica e/ou bíblica de nações, povos e línguas.

Entretanto, o período decorrido entre finais de setecentos, inícios de oitocentos revelou uma autêntica druidomania e celtomania (=misticismo, religiosidade natural) que invadiu as ilhas britânicas e o território francês, vertidas nas Artes e nas Letras, principalmente no movimento estético romântico e no primitivo, recuperando-se lendas ancestrais menos enunciadas – a exemplo de *Ossian* – e (re)inventando-se outras – como as dos irmãos *Grimm* –, de algum modo erguidos contra o Catolicismo e os ventos revolucionários franceses, estes últimos simbolizados no *Neo-classicismo*. Aparte o germen romântico e as divergências entre o sistema episcopal e o presbiteriano, este interesse foi estruturado pelo *Deísmo* do filósofo irlandês John Toland (1670-1722), antagonizado pela profunda religiosidade do antiquário William Stukeley (1687-1765), encontrando o auge em obras da envergadura da ópera *Norma* (1831), de Vincenzo Bellini (1801-1835). Foi neste contexto que o orientalista e jurista britânico William Jones (1746-1794) admitiu a familiaridade entre línguas ocidentais e asiáticas, propagadas pelos filhos de Noé, até que a escola alemã de comparação linguística fundou os estudos indo-europeus e indo-germânicos, por mão, entre outros, de Rasmus Ch. Rask (1787-1832) e Franz Bopp (1791-1867). Foi, todavia, o médico e etnólogo britânico James Cowles Prichard (1786-1848) a enunciar a língua como o indicador mais apropriado da origem de grupos raciais – relembrando a posição herderiana –, sustentando a pertença do galês ao grupo indo-europeu e concluindo que as línguas célticas – e os celtas, por inerência – dimanavam da Europa de leste ou central. Enquanto isso, interpretava-se o curso revolucionário de 1789 como expressando a aspiração gaulesa (sinónimo e antónimo celta) de separar-se do controlo (quase escravagista) aristocrático franco (COLLIS, 2003, p. 199), originando uma celtomania enraizada na *Académie Celtique* (1804), antes de *Les Gaulois* (1828) de Amédée S. D. Thierry (1797-1873) se converter num dos textos académicos mais consultados até à *Histoire des Gaulois* (1906) do historiador, filólogo e epigrafista Camille Jullian (1859-1933).

A par destes eventos, o linguista germânico, August Schleicher (1821-1868) concebeu a “língua mãe”, sugerindo a reconstituição genealógica inter-linguística, enquanto Johannes Schmidt (1843-1901), também ele de origem germânica, teorizava as “vagas” mediante a difusão resultante de movimentos populacionais e de uma aculturação linguística, relacionando-se, a partir daí, língua e raça, um conceito, então, ainda indefinido, entendido tanto biológica quanto linguisticamente, consoante as escolas. Uma preposição, em todo o caso, sobre a qual se ergueria a craniologia. Entrementes, as inúmeras viagens transatlânticas demonstravam a variedade do quotidiano humano. Vários autores desenvolveram, então, duas teorias que pudessem explicitá-la, ainda que enquadradas no paradigma bíblico: a monogenista – criação única com diversificação posterior, e à luz da qual se explicavam sistemas sociais e tecnológicos mais complexos de acordo com a capacidade intelectual dos povos que as produziam (= inovação+migração = progresso = superioridade das nações-líderes = hierarquização populacional) – e a poligenista, subentendendo a criação

racial múltipla, desde a mais perfeita, representada pela europeia, abrindo caminho ao sucesso alcançado pela craniologia até sensivelmente meados do século XIX.

A par destas abordagens, perduravam as análises textuais antigas, destacando-se figuras como a do francês A. Thierry. Mas foi também o caso de Henri Jubainville (1827-1910), associando *La Tène* (em especial o aspecto artístico) à migração celta, opondo-se a A. Thierry ao sublinhar a sua endogenia e sugerindo quatro fases colonizadoras do ocidente correspondentes a quatro impérios, incluindo o ibérico, o lígure e o céltico. H. Jubainville inspirou outros estudiosos, designadamente quem procurava especificidades locais e regionais em contextos mais amplos, a exemplo de Alexandre Bertrand (1820-1902) e Salomon Reinach (1858-1932), directores do *Musée des Antiquités Nationales* de *St. Germain-en-Laye*, inaugurado por ocasião da exposição universal de Paris, de 1867, e cuja denominação traduzia bem os propósitos subjacentes.

Enquanto isto, o sistema das três idades, de Christian J. Thomsen (1788-1865), amplamente propagado pelo seu discípulo J. J. A. Worsaae (1821-1885) – a quem caberia subdividi-las – e a tipologia artefactual, nomeadamente local, incentivada por personalidades como Richard Hoare, determinaram a perscrutação do passado mais remoto das suas localidades, regiões e países. Uma situação favorecida pela formação de museus nacionais e regionais, e o avivar decisivo da vantagem dos estudos arqueológicos para o prestígio das respectivas identidades, justificando o financiamento público de algumas intervenções, a exemplo das escavações de *Alesia*, *Uxellodunum*, *Gergovia* e *Bibracte*, custeadas por Napoleão III (1808-1873), o mesmo que mandaria erguer uma estátua a *Vercingétorix* (72 a.C.-46 a.C.). Uma tendência generalizada, proporcionando, entre outros factos, o início das escavações sistemáticas de *Hallstatt*, na década de 40, sob direcção de Johann Georg Ramsauer (1795-1874), e de *La Tène* [início do *último capítulo de la prehistoria europea* (OBERMAIER & GARCIA Y BELLIDO, 1932)], rapidamente publicadas por Édouard Désor (1811-1882), e cujos artefactos mais característicos se identificavam em diferentes regiões europeias, a ponto do arqueólogo sueco Hans Hildebrand (1842-1913) sugerir a existência de um fenómeno “pan-europeu” em plena Idade do Ferro.

Além destas circunstâncias, outras impulsionaram o desenvolvimento célere da Arqueologia desde o final do segundo quartel de novecentos. Entre elas, o entendimento de “fóssil-director”; de “associação” e de “contexto fechado”, a par da imprescindível análise estratigráfica e dos métodos de datação, desde a escavação de sítios historicamente datados, passando pela identificação de artefactos datados – em especial numismas – em “contextos fechados”, até à “cronologia cruzada”. Foi, ademais, com base nestas técnicas que o arqueólogo sueco Oscar Montelius (1843-1921) traçou um esquema cronológico das Idades do Bronze e do Ferro para toda a Europa, a partir de uma abordagem difusionista. Para mais, os causídicos do difusionismo e/ou migracionismo – como o médico e antropólogo alemão Rudolf Virchow (1821-1902) e pré-historiador Gabriel de Mortillet (1821-1898) – sugeriam que os “fósseis-directores” documentariam a existência e o percurso populacional, definindo-se, já em finais da centúria, a “cultura” – a *kulturgruppe* alemã e a *civilization* francesa – enquanto conjunto de crenças, ideologia e formas de vida emblemáticos de cada povo, plasmados num determinado espaço e tempo, traduzido nos *kulturkreis*. Foi, no entanto, o linguista alemão Gustaf Kossinna (1858-1931) a definir explicitamente a “cultura arqueológica” – *Kulturgruppe* –, um conceito reforçado pelo arqueólogo australiano V. Gordon Childe (1892-1957), e que de modo tão acentuado influenciara, por exemplo, o arqueólogo francês Joseph Déchelette (1862-1914).

Em Portugal, tentava-se, de alguma forma, contrariar o pressuposto assumido por parte expressiva da comunidade arqueológica europeia quanto à supremacia dos povos germânicos – os *Kulturvolker*, por excelência – e à migração – até mais do que à difusão – de novos *modus vivendi* e *faciendi* a partir do próximo Oriente. E um dos elementos mais empregados para refutar tal suposição revelou-se o megalítico, particularmente no que tocava à arquitectura dos monumentos funerários e espólio associado. Ademais, a presença em eventos marcantes do pensamento arqueológico e antropológico europeu, como a supra mencionada exposição universal de Paris – na qual se visionara a evolução humana através do desenvolvimento tecnológico –, e a sessão de Bolonha do Congresso Internacional de Antropologia

e Arqueologia Pré-histórica (CIAAP), onde se debateu a origem dos materiais recolhidos nas palafitas de Marzabotto, permitiram a a intelectuais portugueses reforçar a importância dos estudos arqueológicos para a elevação da auto-estima nacional. Não surpreende, por conseguinte, que, ao acolher a nona sessão deste congresso, Lisboa assistisse à demonstração da originalidade das comunidades mais antigas do actual território português, apresentando-se o que se entendia constituir uma forma própria de metalurgia do bronze.

Desbravava-se, deste modo, caminho aos ensaios substanciadores da obra de Salomon Reinach – *Le mirage oriental* –, a primeira grande crítica ao *ex oriente lux* que dominara ancestralmente o pensamento ocidental, no sulco de uma longa tradição bíblica, assistindo-se, não apenas à matização do papel fenício no desenvolvimento ocídeo, como, já em pleno século XX, e num contexto interno particularmente favorável a tais escritos, se pretendeu inverter o processo, colocando-se a hipótese de a escrita ter assomado, não no Mediterrâneo oriental, mas na própria Península Ibérica. Era, na verdade, como se ecoasse a oposição de Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) – ocidentalista irredutível – ao movimento celticista, elevando as singularidades, não tanto da Ibéria ou de Portugal, enquanto geografias políticas contemporâneas, como da região compreendida entre a Galiza e a Serra de Estrela, a mesma que vira nascer uma das individualidades mais inquietantes do Império romano. Uma atitude que enraizou no seio da Arqueologia nacional, transpondo a centúria seguinte e ganhando forma em diferentes momentos e vertentes, produzindo-se, na sua esteira, uma longa série de debates em torno da celticidade portuguesa, embora despojada dos conteúdos e das formas assumidas em Espanha, onde se tentou incorporá-la em narrativas nacionalistas.

2 - A «SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA» DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (AAP) AO ENCONTRO DAS RAÍZES PORTUGUESAS

Se a Arqueologia era, por vezes, crucial em unificar e/ou reunificar casos da Itália e da Alemanha –, o seu valimento machetava-se num Portugal ausente de autonomismos e separatismos.

Com efeito, estava longe de uma Espanha, onde os estudos arqueológicos serviam movimentos lançados contra Madrid que os adversava configurando uma nação simbolizada pela união histórica – mais do que pela geográfica, étnica e linguística –, cumprindo, assim, a missão que lhe teria sido atribuída superiormente – isto é, divinamente –, um artifício recorrente na formação imperialista. Enfatizava-se, por isso, a *Hispania* – materializadora de um *continuum* nacionalista, de vocação imponente regeneradora e civilizadora, de índole espiritual, ligada ao poder individual e à noção de “Estado universal” (DUPLÁ, 2003, p. 91) –, mas não a *Ibéria* grega, talvez pelo mesmo critério pelo qual o hispanista francês Pierre Paris (1859-1931) filiava a cerâmica ibérica (=cultura material ibérica+iberos) na plástica micénica (GONZÁLEZ REYERO, 2002, 72), a mesma refutada por Juan Cabré Aguiló (1882-1947) ao procurar o elemento nacional. A ideia de *Hispania* seria sobretudo importante pela sua associação territorial – traçada por Pere Bosch Gimpera (1891-1974) a partir da continuidade histórica dos povos de Espanha, assim federados –, incompatível, na verdade, com a geografia política da Espanha contemporânea, sobretudo ao pressupor uma extensão marroquina, a *Hispania* (=Mauritania) Tingitana romana (SANTA-OLALLA, 1946, p. 97). A *Hispania* era, assim, assumida como primeiro momento de unificação territorial, diferentemente dos intentos regionalistas que viam, justamente, nesse momento decisivo das suas Histórias o início da sua decadência, ultrapassada somente com o alvor medieval.

Esta posição não impedia que alguns arqueólogos remontassem a unidade hispânica e peninsular – com todos os efeitos políticos intrínsecos – à Pré-história. Até porque legitimá-la com outra força e razão, tal como Julio Martínez Santa-Olalla (1905-1972) procurou ancorá-la na Idade do Bronze, sob o signo de *El Argar*, enquanto outros contemplavam o vaso campaniforme – ‘grande cultura hispânica’ (=ibérico+foco civilizador oriental) – como primeira manifesta-

ção do exercício imperial espanhol. Uma abordagem que contraditava, de certo modo, a direcção então atribuída ao movimento de propagação do “pacote” neolítico”, ou seja, a partir do Mediterrâneo oriental.

Era, no entanto, uma posição obstada por vários arqueólogos, mormente valencianos (PAPÍ RODES, 2004, p. 379-387), certamente em busca das raízes da individualidade que reclamavam, conquanto destituída da força presente nos reclamos galegos e catalães.

Mas foram também investigadores bascos a oporem-se-lhe, num território onde há muito que os arqueólogos se esforçavam por demonstrar, a partir de uma contrução identitária integralista, a superioridade da sua “raça” – em razão de uma pretendida “pureza” e antiguidade –, escavando povoados pré-históricos e monumentos megalíticos, um empenho reforçado pela colaboração estreita mantida com investigadores franceses para atestar a autenticidade da sua população actual enquanto “fóssil” vivo da “raça” pré-ariana. Ademais, escrutadores bascos – cidadãos irmanados à Coroa espanhola – veriam nos seus antepassados mais remotos os primeiros íberos, ainda que – segundo Francisco María Tubino y Rada (1833-1888) – derivados de invasões berberes (BELÉN DEAMOS, 2002, p. 51-52).

Na verdade, é provável que residisse neste último aspecto a razão pela qual os cientistas actuantes sob o regime franquista preferiam falar de *Hispânia* e não de *Ibéria*, mesmo que fosse um substrato exigido por outras regiões, designadamente pela Catalunha, num exemplo claro de como a Arqueologia servia uma agenda política concreta, definindo uma *cruzada* nacional-catolicista de reforço unitário conferido pelos “Reis Católicos”.

Mais. Investigadores portugueses opunham a tese de J. M. Santa-Olalla ao olhar mais clássico sobre a questão, assinalando a,

importância extraordinaria que teve a foz do Tejo e mesmo a do Sado, lugares a que se acolheu gentes vindas por certo do longo Mediterrâneo e que, chegadas aqui, se espalharam pelas terras do interior da península de Lisboa e de Setúbal, onde introduziram notável civilização para o tempo (FONTES, 1912, p. 4. Nossos itálicos)

Transcrevendo J. M. Santa-Olalla, apreendemos todo um programa político subjacente ao exercício arqueológico da época, entrevedo-lhe intenções anteriores de António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), manifestando o modo como os dois regimes se sintonizariam, conquanto se devesse averiguar em que medida a experiência nacional influenciou – ou não – traços do ideário espanhol:

Tras la Victoria, y en la obligación revolucionaria que ante nosotros tenemos, las ciencias a las que se dedica esta sociedad [*Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*] han de alcanzar un gran desarrollo. Pues es indispensable conocer a fondo el pueblo y lo que en él hay de verdaderamente tradicional y *averiguar los componentes de nuestra estirpe, como lo hace la Antropología; buscar nuestras más hondas raíces en el tiempo*, ampliando en milenios nuestra usual perspectiva histórica, como lo hace la Prehistoria, y, *aclarando lo que en España hay de europeo y de africano, poner de manifiesto nuestro doble destino euroafricano*. Finalmente, la Etnografía, nos hará *ver la grandeza de un Imperio, sin igual en la Historia, y las posibilidades de outro* (SANTA-OLALLA *apud* DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 95. Nossos itálicos)

Terá sido esta ausência conflitual interna, de âmbito regionalista, e de uma intenção hegemónica sólida ostentada por terceiras nações relativamente ao território português a razão do desmerecimento governamental pela investigação arqueológica, não lhe reconhecendo a valência social e política fundamental à sua afirmação definitiva no país. Na verdade, Portugal constituía, ao mesmo tempo que uma incógnita, um exemplo para aquelas (territorialmente) pequenas nações que, por força de circunstâncias várias, nunca alcançaram a soberania na plenitude. Um ineditismo do xadrez geo-político europeu que ganhava maior força e consistência quando percebido como único no complexo quadro da soberania espanhola abundante de regionalismos e nacionalismos.

Com uma História quase desconhecida, olvidada, quando não deturpada, escorava-se a unidade portuguesa na memória construída pela intelectualidade nacional, a exemplo da Europa coeva. Mas era esta mesma elite que parecia

indiferente ao diário populacional, sobrelevando a importância e o significado da identidade local talhada por contendas consecutivas alimentadas por vontades exógenas. Não obstante, esta potência de tímidas proporções possuía um vasto império ultramarino apetecido pelos principais gabinetes ministeriais europeus. Foi, assim, de par com o combate travado com a corrente iberista assinalada no movimento agregacionista sobrevivendo entre as décadas de 50 e de 70 que Portugal tentou travar o *Mapa-côr-de rosa* e se opunha ao *Ultimatum inglês*, (re)avivando a chama nacional(ista) entre as camadas culturalmente mais dotadas, suscitando uma onda generalizada de apreço pelo passado do país.

Havia, por conseguinte, que (re)encontrar, para lá do início da sua decadência fixado *grosso modo* no reinado de D. João III (1502-1557), as raízes do ser e do actuar português anterior ao Condado Portucalense. Buscava-se, assim, a vontade das gentes comuns (Godinho, 2004), das características, enfim, que perfariam a sua individualidade e unicidade cultural, justificação última da sua condição independente face à restante realidade peninsular construída por Castela e Aragão sobre um rendilhado desprovido da autonomia e/ou soberania almejada.

Erguia-se, todavia, um obstáculo circunspecto ao desenvolvimento normal dos estudos históricos e, por conexão, arqueológicos.

De facto, a ausência de uma preparação universitária específica na área, agravada pela inactividade da Academia de História, em detrimento da qual se privilegiaram as Academias de Belas-artes de Lisboa e do Porto, demonstrava como a firmeza das agitações legitimistas levantadas noutros países não se impunha suficientemente entre nós para requerer a constância de um grupo de especialistas congregados numa única instituição estatal de esquadramento do passado do actual território português. E se algumas das potências europeias recentemente formadas careciam de bases historiográficas e arqueológicas para substanciar o poder reclamado, Portugal não necessitaria de justificar-se perante o olhar alheio. Bastar-lhe-iam os seus oito séculos de uma História iniciada na Idade Média pela força da espada e da palavra de *Cristo* contra a moirama, esculpida e cimentada por uma única língua. Uma singularidade brotada da reunião de poderes colocada desde cedo em soberanos que a partilharam sabiamente com a população distribuída por municipalidades orientadas pelo poder financeiro de quem ambicionava impor-se para lá das veredas senhoriais.

Compreende-se, por isto, que, salvo raríssimas excepções – como as da citânia de Sanfins e do povoado de ‘Vila Nova de São Pedro’ (VNSP) –, a Arqueologia não fosse significativa para criar novos mitos nacionais fundamentais à nova ideologia. Afastava-se, por conseguinte, das realidades franquista e hitleriana, onde a investigação arqueológica – sobretudo pré-histórica – era representada fora dos círculos académicos para avigorar reivindicações de natureza nacional(ista).

Não fora, em todo o caso, casual o destaque político conferido aos povoados fortificados de altura do Noroeste português. Não quando uma das figuras mais influentes dos estudos arqueológicos, A. A. Mendes Correia, escrevera, dois anos antes da “Exposição do Mundo Português”, que «Ouso sugerir cerimónias e publicações evocadoras do papel das citânias, cidades, castelos e outros logares como factos vitais para a história e proto-história de Portugal.» (CORREIA apud CARDOSO, 1999, p. 140). Pressuporia, assim, uma continuidade ocupacional reforçada pelo estudo de sítios arqueológicos, retomado por altura da exposição “Castelos de Portugal” (1965) contextualizada pela visita ao país de membros do *International Burger Institut*.

Se dúvidas houvesse acerca do acanhado papel (re)fundador da nacionalidade desempenhado pelo exercício arqueológico, bastaria compulsar decretos de finais do século XIX sobre salvaguarda patrimonial para desfazê-las. Ademais, a transição de uma actuação meramente amadora para uma actividade científica deveu-se mais ao empenho de um Ministro – Bernardino Machado (1851-1944) – do que a uma atenção geral pela sua instrumentalização política decisiva por via do seu reconhecimento universitário. Ainda assim, impunha-se na esteira de uma iniciativa associativa assinalada num ambiente dominado pelos fervores nacionalistas impostos pelo *Ultimatum* e exaltados em plena celebração camoniana.

A verdade é que o autoritarismo salazarista preferiu transformar castelos e templos da medievalidade cristã em ícones da estratégia ideográfica que traçara, remetendo a prática arqueológica para as estritas esferas universitárias e associativas, enquanto as Faculdades de Letras continuavam a eleger áreas mais clássicas – Epigrafia e Numismática –, numa remanescência setecentista, sendo interessante – ao mesmo tempo que sintomático – que se questionasse, no ardor da discussão sobre o Decreto n.º 21 177,

Poderá ao director do Museu Etnológico, professor duma Faculdade de Letras (a de Lisboa), ser atribuído o papel de fiscalisar ou regular essa actividade em domínios da ciência, como a estratigrafia, a paleontologia e a antropologia, que estão fora do respectivo campo de estudos? O mesmo se passa em relação aos Institutos Universitários de Geologia e Antropologia. *A estratigrafia e a paleontologia do quaternário, a paleo-antropologia, são assuntos em que se não pode exigir competência a um professor de ciências históricas duma Faculdade de Letras. É erróneo supôr que a Prehistória e a História dispõem de métodos idênticos* (CORREIA *apud* CARDOSO, 1999, p. 144. Nosso itálico).

Não surpreendia, por conseguinte, que a AAP tomasse a iniciativa de se substituir, de alguma forma e oficiosamente, a uma realidade institucional que não fora ainda configurada nos – e pelos – decretos governamentais. Um expediente notável e imprescindível num período particularmente difícil para os destinos mundiais, mas, sobretudo, europeus: «É contudo no ambiente convulsionado dêste quadro, ilustres consócios, que as agremiações científicas da nossa pátria continuam a respirar, quanto todos julgavamos ter atingido, pela vitória sôbre o barbaro-do-norte, recidivo, o limiar olimpico da paz.» (“Relatório da gerência da Direcção em 1918”, p 319). Não obstante,

Parece-nos que eles [novos estatutos associativos] *têm agora um caracter mais progressivo, mais moderno e mais estimulante de trabalho. Infelizmente o estado pouco pacífico dos espíritos, na capital do país principalmente, é pouco favorável a frutificação de certas providências; esperemos que um breve apaziguamento dê razão ás nossas esperanças* (“Vida administrativa. 1.º – Museógrafia”, 1917, p. 325. Nossos itálicos).

Era, sem dúvida, um repto favorável à sua renovação interna. Mas as notas subjacentes pareciam pessimistas quanto ao contexto vivido, mais do que no país, no termo lisboeta, na sequência de múltiplos distúrbios sociais que percorreram as suas artérias principais. Seria ainda menos espantoso se relembrássemos que os destinos associativos eram orientados pela presidência de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), para quem, mais do que tudo, importava enaltecer os aspectos da (con)vivência “nacional(ista)” desde tempos imorredouros. Somente assim se forjariam elos entre um passado (demasiado) longínquo e uma actualidade que se pretendia una e unívoca para sua (sobre)vivência identitária na complexa geopolítica internacional.

Consultando *O Arqueólogo Português* percebemos como este desiderato era traçado e alcançado mediante uma equidade de assuntos tão díspares, quanto complementares e indissociáveis, como os arqueológicos, antropológicos, etnográficos, históricos, como partes de uma única realidade diversificada pelo(s) seu(s) próprio(s) fazedor(es): “Como, além de escritos especialmente arqueológicos, se continuarão aqui a publicar, na nova fase da nossa revista, também artigos históricos, fica assim o título mais nítido, por corresponder a dois campos diferentes, embora contíguos”. (VASCONCELOS, 1922, p. 5).

Mas, se o exercício arqueológico respondia à curiosidade de quem indagava o(s) passado(s) milenarmente oculto(s), ele também permitira superar uma mentalidade radicada no espírito e crenças norteados por púlpitos canónicos, agora confrontados pela Arqueologia, embora se afirmasse que «O cristianismo avança conquistando irresistivelmente terreno ao inimigo; mas é por isso mesmo que esta ofensiva faz redobrar de fúria aos vencidos. Em vão, porém, se empenham nessa lucta sectária, porque ninguém pode ser forte contra Deus, e a Igreja é a sua obra.» (AZEVEDO, 1927, p. 337.).

Não obstante, não se registava entre nós um fenómeno similar, por exemplo, ao catalão e ao madrileno criando-se instituições da envergadura de uma *Escuela de Estudios Superiores Hispánicos* (1909) ou fundando-se (1907) uma *Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas*, ela própria constituída à imagem da *École des Hautes Études* e sob inspiração da *Institución Libre de Enseñanza*, suscitando a redacção da primeira legislação arqueológica espanhola e a formação da *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (CIPP)*, herdeira da *Comisión de Exploraciones Espeleológicas*.

Acrescentava-se a esta carência o labor gaulês na raia espanhola confinante ao território português, designadamente nas proximidades de Portalegre, antes de o atear da 1.^a Guerra Mundial. Mormente por parte do pré-historiador francês Henri Breuil (1877-1961), refugiado temporariamente entre nós a seguir à invasão (1940) da França por tropas hitlerianas, e um ano antes de conferenciar na AAP sobre *L'Art dolmenique dans le Sud-Ouest de l'Europe*, relacionando realidades identificadas no Alentejo com fenómenos externos. Em especial no que se referia ao Norte europeu (Ilhas Britânicas incluídas) e aos termos franceses, acentuando a tradicional linha difusionista (centralista) e comparação etnográfica, uma vez que «Il serait certainement fort intéressant de rechercher, dans les chars primitifs encore en usage dans plusieurs parties de la péninsule ibérique et d'autres régions, aussi que sur les monuments anciens de l'époque classique des éléments de comparaison.» (BREUIL, 1917, p. 86).

Esta premência, quase constitutiva, de estabelecer uma linhagem directa entre existências contemporâneas e realidades remotas identificadas numa mesma área, cristalizava uma tendência generalizada da época para o (re)encontro com um passado vertido num conjunto de características materiais delimitado no espaço e no tempo, donde captável em contextos difusionistas – ou migracionistas – ou de simples influência resultante de trocas comerciais, designadamente de “bens de prestígio”.

Talvez mais importante do que esta ilação, seria o facto de esta posição celebrar o domínio de um “ciclo cultural” (sendo a cultura um fenómeno “mental”) estruturante de pretensões inquestionáveis. Iria nesse sentido Vergílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) ao mencionar que “O caracter estilizado e esquemático dessas figuras, mostra que se trata de pinturas neolíticas, semelhantes ás que têm sido descobertas por todo o país visinho, especialmente nas serras do Sul, denunciando a ocupação da península por uma população una em raça e cultura.” (CORREIA, 1922, p. 147). Reiterava, enfim, a teoria kossiniana da simbiose entre raça e cultura material, enquanto reflexo do seu próprio ser, sentir e fazer, de tradição fenomenológica husserliana e hermenêutica diltheyana, mas também estruturalista heideggeriana (mas não neopositivista indutivo vienense). Pois entendia-se que a *cultura* (arqueológica) manifestaria materialmente um *povo* (etnia) disseminado por via migratória ou difusionista, imprimindo o seu *ser* nos tempos vindouros, uma vez que o homem seria condicionado pelo passado, nas palavras de um filósofo grado do regime nazi, Martin Heidegger (1889-1976), para quem a língua se relacionaria com os objectos através de nomes, definindo combinações de materiais (=pacotes artefactuais) e, por conseguinte, culturas (=um território, uma cultura, uma raça=um passado), longe dos pressupostos históricos de Arnold J. Toynbee (1889-1975).

Aos poucos, a disparidade artefactual observada no terreno, a afirmação dos estudos clássicos nos meandros universitários e a criação de novos espaços museológicos e instituições consagradas à Arqueologia permitiram concentrar a atenção de estudiosos em períodos mais antigos do que o proto-histórico e o clássico. Apartavam-se, assim, dos anos em que a leitura dos megalitos e dos povoados fortificados das Idades do Bronze e do Ferro responderiam a muitas questões, equivalendo aos anseios mais profundos de afirmação nacional(ista), como sucedera entre nós com os estudos megalíticos e a “cultura castreja”, na qual A. A. Mendes Correia radicava a “pureza racial” portuguesa, como *solar lusitano*.

Compreensivelmente, foram as nações emergentes a definir com maior particularidade os respectivos – e/ou pretendidos – grupos étnicos. Uma tendência que apurou classificações (taxonomia abstracta, porém positivista) e aprofundou comparações de sítios arqueológicos e respectivos espólio artefactual, compelando à revisão do sistema

das “Três Idades” perante a disparidade de realidades locais e/ou regionais. Enquanto isso, a validação histórica de fronteiras e as hegemonias assomadas ratificavam a análise da distribuição geográfica de tipos e conjuntos de objectos, de forma a relacioná-los com grupos históricos.

Como preconizara V. Correia (*vide supra*), ter-se-ia de esperar pelo fim da 1.^a Guerra Mundial para que pré-historiadores de maior nomeada se refugiassem em Portugal dos tempos conturbados pela ambição alemã e seus aliados. Logo em meados de 1918, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) acolheu duas conferências de H. Breüil, intituladas *Impressions de Voyage Paléolithique à Lisbonne* (BREUIL, 1918, p. 34-39), baseadas na análise das colecções dos museus etnológico e geológico, onde, além da comparação artefactual, reconheceu que “[...] la connaissance du Paléolithique supérieure en Portugal est encore rudimentaire: on possède juste assez de documents pour pouvoir affirmer son existence, et c’est tout” (BREUIL, 1918, p. 37).

3 – O POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS: CONTINUIDADE, CISÃO, IMPORTAÇÃO E/OU ADAPTAÇÃO?

Ainda em 1927, o membro da AAP Caetano d’Oliveira sugeria a realização de uma conferência temática sobre o *homem aziliense* e o Neolítico,

assumptos estes da maior curiosidade para a Península desde que *Schulten*, na discutida conferencia de março, em Barcelona, *assacou aos nossos antepassados a origem libio-phenicia, condemnando-nos á selvageria do berbere actual e explicando assim uma possível incapacidade de vida social* (Acta n.º 32. Nossos itálicos)

Palavras assaz ácidas que velariam (res)sentimentos há muito escondidos, porém não esquecidos, brotados na pretensão da escola arqueológica catalã de remeter para o território ocupado pelos berberes (=Capsense) as raízes do Paleolítico superior e/ ou do Epipaleolítico português (*vide infra*), um período já de si problemático porquanto longamente interpretado como etapa desditosa pela ausência de pinturas parietais paleolíticas, da agricultura, da olaria neolíticas e, por consequência, de uma sociedade estratificada correspondente a um complexo desenvolvimento interno.

Não deveria, porém, ter suscitado tanta indignação, uma vez que o próprio F. M.^a Tubino lançara os fundamentos das teses africanistas ao determinar o elemento berbere como o substrato espanhol, especialmente presente nos dolmens. Não esqueçamos, no entanto, que era nado em Cadiz e desenvolvia a sua actividade científica em Sevilha, pelo que pretendia conferir uma certa unidade às regiões abrangidas pelo actual território português e pela antiga província senatorial da Bética romana justamente através da configuração de um particularismo cultural do seu passado mais remoto diferenciado das características enunciadas para outras áreas espanholas, designadamente das que se aproximavam geograficamente do solo francês.

Não fora, porém, caso único na Península Ibérica. Teófilo Braga (1843-1924), republicano assumido, atribuíra a tendência separatista observada em território peninsular à sua componente semítica, identificando os moçárabes [os “hispano-godos” de Alexandre Herculano (1810-1877)] com uma “raça hispânica ou ibérica”, considerada organicamente enquanto a essência da nação portuguesa, da qual faziam parte “tribos maurescas ou berbericas”, embora não lhe subjacesse uma justificação colonialista em solo norte africano, como ocorreria mais tarde em Espanha (*vide infra*). Esta ideia foi parcialmente recuperada nos escritos de A. A. Mendes Correia, contrariando a posição do historiador Damião António Peres (1889-1976) quanto à existência de Portugal apenas no século XII – assente numa perspectiva exclusivamente política – com a existência antropológica da nação portuguesa prévia à fundação do Estado, ainda que contemplando a componente norte-africana refutada por muitos. Uma possibilidade que ganhou

maior credibilidade a partir do momento em que o paleontólogo e arqueólogo alemão Hugo Obermaier (1877-1946) idealizou as penínsulas Ibérica e Itálica como elementos privilegiados de união (mais do que de contacto) entre a Europa e a África, representada pela e na cultura capsense, ou em meras influências artefactuais, denominando-se uma das suas últimas fases de “Íbero-Mauritana”, onde H. Obermaier entrevia um centro difusor da província mediterrânea formada, conjuntamente à Europa ocidental e central, pela orda de povos aurignacenses anuladores dos neandertais.

Mas os esforços portugueses para esquadrihar o território nacional em demanda de estações arqueológicas com vestígios mesolíticos seriam a única forma de contraditar uma certa crença europeia (especialmente francesa) quanto à inexistência de um Mesolítico em solo ibérico, assim como o despontar megalítico de características endógenas. A tradição gaulesa apoiava a convicção, por exemplo, do cirurgião e antropólogo francês Paul Broca (1824-1880), ao reverter a favor da visão eurocentrista francesa a analogia que assinalava entre o *Cro-Magnon* e os Guanches das Canárias, tal como reiterara Gregorio Chil y Naranjo (1831-1901), considerando seus cristalizadores algumas populações canárias contemporâneas. É, possível, porém que a subtileza francesa (como, ademais, a alemã, aos clamá-los descendentes do *Neanderthal*, donde aquém na escala evolutiva do *Homo sapiens*, porém herdeiros de uma população nórdica) fosse mais profunda por implicar reclamações futuras sobre o arquipélago (invocando-se a “continuidade regional”), como se previa na missão atribuída ao pré-historiador francês Émile Cartailhac (1845-1921) para avaliação da afinidade entre os monumentos megalíticos de França, das ilhas Baleares e da Argélia, esta última anexada por Paris em 1834.

Esta inferência arredaria, pelo menos no entender de C. de Oliveira, o actual território português e, de algum modo, a sua contemporaneidade do grupo de nações europeias arrogadas herdeiras das antigas civilizações do Próximo Oriente, validando, desse modo, aspirações colonialistas, nomeadamente em relação ao Norte de África, onde a França iniciara, em finais de oitocentos, os seus estudos sobre a antiguidade na Argélia e na Tunísia. Além do mais, discutia-se em torno de um período claramente de transição, neste caso, do Paleolítico Superior para um Epipaleolítico (ou Mesolítico), antes de o Neolítico transformar por completo a Humanidade. E o simples facto de se explicar a sobrevivência desta etapa no actual território português mediante uma expressão difusionista, pressuporia a sua natureza iminentemente *natur*, negando a capacidade *kultur* destes *volker*. Uma condição sobremodo imprescindível quando se abordavam períodos de mudança que, longe dos ensinamentos engelsinianos e marxistas, não eram olhados como frutos de mutações interiores das comunidades preexistentes; e/ou por força de alterações das suas condições de sobrevivência, isto é, dos recursos cinegéticos. Pelo contrário, eram analisadas como resultado de um processo difusionista ou, até mesmo, migracionista.

Bastaria olhar a realidade contemporânea para atestar tal pretensão.

Pois, não fora sob impulso de 1789 que a geo-política europeia se transformara, num efeito de dominó, uniformizando formas de ser, pensar e actuar de acordo com os ditames de uma crescente burguesia comercial e, sobretudo, financeira?

Esqueciam-se, porém, de que aquela data fora tão-somente o catalisador do despontar de alterações estruturais em sociedades já (por vezes demasiado) preparadas para as receberem, ainda que absorvendo apenas as linhas mestras que respondessem verdadeiramente às especificidades e necessidades de cada recesso europeu. De contrário, seria ilustrar uma Europa pontuada de fronteiras aceitando acriticamente as novidades originadas em Paris (conquanto inspiradas em eventos anteriores) e propagadas napoleonicamente, transformando por completo o seu *modus vivendi* e *faciendi*. É certo que a contemporaneidade também demonstrava como o desenvolvimento científico-tecnológico unia populações, modificando áreas específicas de actuação quotidiana, uniformizando-as, mas sem a força de as destituir dos valores, crenças e costumes intrínsecos. O mesmo processo se observaria em todos os tempos, embora de forma menos célere, até pelo modo e tempo como as novidades transitavam de área, mutando o seu dia-a-dia repercutido socialmente a curto, médio e/ou longo prazo.

Apesar de ter sido contornado até à data pela nossa historiografia, o episódio relatado por C. d'Oliveira (*vide supra*) merece-nos atenção, em especial por designios que lhe subjaceriam. De forma a discerni-los, analisaremos, mesmo que sumariamente, percursos de quem os protagonizou.

Adolf Schulten (1870-1960), a quem C. de Oliveira se referia, foi, como é do conhecimento geral, um conceituado arqueólogo alemão, especializado na Península Ibérica, onde exerceu uma profunda influência. Aluno de nomes tão eminentes dos estudos clássicos, como os do helenista Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931) e do historiador, filólogo, epigrafista e numismata Théodore Mommsen (1817-1903), era natural que A. Schulten enveredasse pelo mundo da Antiguidade Clássica *tout court*. Mas não só. A postura ultra-nacionalista e preconceituosa que assumiu mais tarde teria as suas origens em posições destes seus mentores, uma vez que, apesar de conceber o *Altertumswissenschaft*, U. Wilamowitz era um acérrimo conservador, defensor do império, das figuras heróicas e feroz opositor da República de *Weimar*, temendo o desmoronamento da cultura alemã perante o desenrolar desenfreado dos acontecimentos do alvor de novecentos. Quanto a Th. Mommsen, envolvera-se activamente na política, promovendo a anexação de Schleswig-Holstein à Prússia, manifestando o seu sentimento anti-austriaco e a defesa da unidade alemã, incentivando, também por isso, e pouco depois do conflito franco-prussiano e o decorrente reconhecimento da Prússia como estado líder do Império germânico, a constituição da *Reichslimeskommission* integralmente dedicada à Arqueologia romana e germânica, numa conjugação curiosa e ilustrativa dos propósitos que lhe presidiam, ainda que se contrapusesse à política bismarckiana, ao *Kulturkampf* e ao antisemitismo.

Ademais, estas duas figuras comungavam do facto de os seus seminários despertarem o interesse de estudiosos europeus que acorriam às universidades (maioritariamente berlinenses) onde leccionavam em busca de uma formação clássica que dificilmente obteriam nos seus países de origem, criando-se, desse modo, mesmo que inconscientemente uma rede ampla de discípulos.

A. Schulten foi um destes elementos constituintes, especializando-se na Península Ibérica, sobre cuja investigação arqueológica exerceu enorme ascendente, desconsiderando, contudo, a sua intelectualidade por entendê-la inferior à alemã. Este seu domínio afirmou-se num momento em que os pré-historiadores e proto-historiadores franceses (sobretudo helenistas da craveira de P. Paris) se inteiravam do papel decisivo que o território poderia (e deveria) desempenhar na rivalidade latente entre as duas super-portências que representavam, após a Guerra Franco-Prussiana e em vésperas de se arrastar a humanidade para o primeiro conflito bélico à escala mundial. Configuraram, também por isso, diferentes precedências para as culturas materiais influenciadas pela Antiguidade clássica nele encontradas, de acordo com as agendas políticas: minóico-micénica ou dórica. Neste quadro, não foi certamente fortuito que, pouco depois de deflagrar a 1.ª Guerra Mundial, P. Paris, então vice-presidente do *Comité International de Propagande*, e H. Breuil, ao serviço da informação naval da Embaixada de França na capital espanhola, promovessem palestras sobre o conflito bélico nas instalações do *Institut Français de Madrid*, de modo a obter o apoio do público espanhol para a causa francesa, numa altura em que, apesar da sua proximidade à política alemã, Afonso XIII (1886-1941) procurava manter a neutralidade num país politicamente dominado por germanófilos.

Impõe-se contudo, uma questão: se a Alemanha se posicionou desta maneira em relação a Espanha, por que razão actuou diferentemente quanto a Portugal? Quais as causas pelas quais a Arqueologia alemã elevava o contributo do passado do actual território espanhol no desenvolvimento genérico da civilização ocidental – designadamente através de Ampúrias –, enquadrando-a num ambiente cultural assumidamente mediterrâneo, enquanto negava ao actual território português a apreensão das linhas mestras da cultura europeia de raiz helénica, correlacionando-o, antes de mais, à África do Norte, secundariamente entendida, e à qual a intelectualidade europeia de oitocentos relacionara a Ibéria? E por que não fazê-lo, quando alguns membros da AAP, como o paleógrafo Possidónio Mateus Laranjo Coelho (1877-1969), entendiam deverem ser sobretudo os pré-historiadores portugueses e indagar as ligações paleolíticas do Sul do actual território português com o Norte de África, seguindo o exemplo de investigadores espanhóis? Além disso, durante a sua deslocação a Barcelona, Eugénio Jalhay (1891-1950)

visionara, no Museu de Ciências Naturais, artefactos procedentes de estações paleolíticas de Manzanares, nos arredores de Madrid (e escavadas com o apoio da autarquia madrilenha que subsidiou a feitura da carta pré-histórica provincial), com forte preponderância africana, designadamente *esbaikiense* e *aterense*. Contrariariam, assim, suposições de correligionários de A. Schülten, enquanto H. Obermaier e o arqueólogo espanhol José Pérez de Barradas (1897-1981) defendiam que as cercanias madrilenhas teriam sido habitadas, durante o Musteriense, por povos autóctones, de reminiscências Acheulenses; comunidades procedentes do Norte e por grupos aportados do continente africano.

A par de todo um ambiente ideológico que certamente influenciou esta abordagem (mesmo que não consciencializado), a condição em que se encontrava a nossa investigação arqueológica, de um modo geral, e a pré-histórica, em particular, terá ditado, como pressentira L. Coelho, a forma como o desenvolvimento das comunidades humanas emergidas entre nós em tempos tão remotos fosse ignorada, desconsiderada ou, talvez, deturpada.

Exceptuando as actividades desenvolvidas por (diminutas) associações de carácter mais localista, assim como genéricas – caso da Associação dos Arqueólogos Portugueses –, os estudos pré-históricos circunscreviam-se ao Ministério da Educação Pública (MEP) e à vontade de A. A. Mendes Correia que os introduzira na Universidade do Porto, engrandecendo o respectivo museu, enquanto preenchia as páginas do órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, mas não «Pré-histórica», numa denúncia dos propósitos etnogénicos subjacentes, pois cumpria aferir a população de uma determinada região “[...] como parte de um grupo social pelos seus usos, costumes, linguagem, litteratura, historia e tambem pelos restos d’industria primitiva que ali se contenham, enfim pelo que possa esclarecer, sob estes pontos de vista, o problema da filiação e parentesco com os varios povos que no decurso dos tempos teem habitado aquella parte do paiz” (*Expedição Científica à Serra Nogueira*, 1900, p. 15)². Além disso, a atenção centrou-se no arrolamento de exemplares megalíticos, na esteira de uma tradição firmada em oitocentos, e nos quais se convergia a génese da actual população portuguesa, derivada, por conseguinte, de um processo difusionista ou migracionista.

Um quadro bastante diferente do espanhol. Aqui, funcionavam múltiplas associações, sociedades, museus, institutos e universidades, amplamente financiados pelo poder central e por entidades particulares (nomeadamente aristocratas, talvez pelo peso secundário que detinham social e economicamente num país crescentemente republicano) empenhadas em estruturar reclamos de natureza regionalista, ao mesmo tempo que se organizava um amplo sistema de bolsas de estudo para especialização no estrangeiro, mormente em Paris e Berlim e geralmente concedidas pela *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*, enquanto se legislava a protecção dos vestígios arqueológicos. Concorria-se, assim, para o aprofundamento das relações bilaterais e, o que seria mais importante para os interesses espanhóis, para superar a supremacia científica de outras nações, abrindo-se novas perspectivas à afirmação da Arqueologia espanhola nos principais circuitos académicos europeus, concedendo-lhe espaço para divulgação periódica das suas investigações, a única forma de prestigiá-la em definitivo.

Em Portugal, o que sucedia?

² A. A. Mendes Correia integrara, porém, e de modo officioso, os estudos pré-históricos na cadeira de Antropologia da Faculdade de Ciências, e não de Pré-história, propriamente dita, enquadrada na Faculdade de Letras, num claro ascendente do modelo francês, onde, contrariamente à tradição germânica, se compusera uma relação estreita entre Pré-história e Ciências Naturais. Revelava, em todo o caso, o primado do arquétipo portuense, em cuja Universidade a Arqueologia era ministrada na área das Ciências Naturais, enquanto as de Coimbra e de Lisboa acolhiam no seio da Faculdade de Letras, talvez pela formação académica dos seus protagonistas, uma vez que J. Leite de Vasconcellos e V. Correia, por exemplo, se aproximavam claramente da intelectualidade germânica. Tratava-se, aquela, todavia, de um modelo reproduzido nos circuitos académicos espanhóis por interposição de J. Vilanova i Piera e Eduardo Hernández Pacheco (1872-1965), certamente por influência da escola francesa de finais do século XIX, inícios do XX, até que a colaboração estabelecida com a alemã, designadamente por intermédio de bolseiros espanhóis (como P. Bosch-Gimpera), reverteu a situação, agrupando P. Bosch Gimpera e H. Obermaier nas Faculdades de Letras.

Uma Academia de História inexistente; uma Academia de Belas-Artes limitada a isso mesmo – às “Belas-Artes”; um Museu Etnológico Português dominado por uma personalidade demasiado comprometida em corroborar a sua teoria etnológica, longe das descobertas arqueológicas verificadas em solo espanhol; um movimento associativo com enormes dificuldades em impor-se; um círculo académico que ainda não aceitara na totalidade a Arqueologia Pré-histórica como disciplina curricular; um Estado, enfim, que não estimulava verdadeiramente a investigação arqueológica, apesar dos programas de intenções, muitos dos quais inscritos em documentos legais, prejudicando o seu desenvolvimento, conferindo bolsas de estudo no estrangeiro apenas em determinadas áreas das “ciências exactas”, certamente por serem economicamente mais produtivas para o país. Uma situação sobremodo agravada agora que as actividades dos Serviços Geológicos se desvaneciam e o país desatendera as oportunidades colocadas nas suas mãos pela 9.ª sessão do CIAAP. Com efeito, a sua repercussão interna fora demasiado fugaz e datada, num sintoma da ausência de política concertada neste âmbito, talvez por inexistência dos movimentos regionalistas e nacionalistas que a vigoraram noutras paragens, designadamente em Espanha, bem como da condição *finisterriana* de Portugal que o afastava da principal movimentação académica europeia, e que a República não pretenderia alterar porquanto politicamente desinteressante. A coroar este desânimo, o país não suscitaria suficientemente a curiosidade intelectual estrangeira para que, à semelhança de Espanha (*vide infra*), individualidades de renome europeu fundassem revistas e institutos especializados em estudos portugueses, quer nos seus países de origem, quer em Portugal, como o Príncipe Alberto I do Mónaco (1848-1922) promovera a *Révue Hispanique* (1894) e o *Bulletin Hispanique* (1899).

Em todo o caso, pensamos que a diferença face a Portugal explicar-se-ia à luz do contexto político europeu vivido desde o segundo quartel de oitocentos, e, em especial, em terras francesas e alemãs. Recordemos, por isso, que a Europa implementava a ideologia imperial germinada no próprio nacionalismo mais conservador coadunado aos anseios de uma ascendente burguesia económica e financeira, revestida de um carácter messiânico para com os povos (pretensamente) menos desenvolvidos (quando não “primitivos”). Este intuito (a)firmara-se após a derrota da última revolução “romântica”, «A Comuna» de 1871, que dera lugar a uma vaga de optimismo substanciada pelo espírito positivista, ao mesmo tempo que ao despertar de uma sucessão de movimentos demolidores dos alicerces liberais, bem como do fortalecimento ultramontanista estruturante do *Kulturkampf* e de outras orientações políticas assomadas um pouco por todo o continente europeu. Uma tendência quase sempre materializada na dotação de um Estado fortemente centralizado e militarizado, e que, entre nós, se traduzira no regeneradorismo modernizante de Oliveira Martins (1845-1894) e no tardio «Integralismo Lusitano», ideologia oficial salazarista. Além disso, quando o nosso olhar se desloca para solo espanhol, rapidamente constatamos que o falecimento de Afonso XII (1857-1885) instaurou um processo dinástico difícil de solver ao colocar em campos opostos pretensões bourbónicas (*Carlistas*) e afonsinas, enquanto se formalizavam três candidaturas naturais ao trono: as do Duque de Montpensier (Casa de Orleães), de Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha – defendido pelos causídicos da “União Ibérica” – e de um representante da Casa de Sabóia. Não obstante, várias circunstâncias afastaram-nos, sobrevivendo um quarto requerente, dessa feita da Casa Real Prussiana, Leopold Von Hohenzollern, casado com uma das Infantas portuguesas, em tudo contrário aos interesses franceses, para os quais se desencadeava, deste modo, o *causus belli*, preleccionando-se sobre a *Weltpolitik*.

Estávamos, assim, perante uma profunda diferença entre os devires políticos espanhol e português, palcos privilegiados das eternas contendas europeias, ainda que de modo indirecto e, no caso que nos interessa, mediatizado por aspectos culturais tão diversificados quanto o arqueológico, autêntica ferramenta política e politizada numa era positivista/materialista, embora despojada dos axiomas socialistas e/ou comunistas que lhe estariam inerentes.

Mas os anos demonstraram outra diferença para compreender melhor a posição assumida pelos congéneres de A. Schulten.

Referimo-nos ao fracasso da aventura republicana em solo espanhol, seguido da vaga restauracionista em plena Europa bismarckiana, bem evidente, ademais, na educação austro-húngara do futuro Afonso XIII, embora

o estabelecimento de relações bilaterais com Espanha não constasse, propriamente, da política externa de Bismarck, centrada no isolamento político francês. É certo que o fim da 1.ª Guerra Mundial e do império de Guilherme II (1859-1918) trouxera a constituição da «República de Weimar» e da «Sociedade das Nações». Mas conduziu de igual modo Espanha à segunda fase da Restauração e à ditadura de Miguel Primo de Rivera y Orbaneja (1870-1930), esta última na sequência do golpe militar de 1923, altura em que se acentuou a ideia iberista e a tendência africanista, nas quais pressentimos o germen da dissensão entre interesses portugueses e espanhóis acobertados por designios alemães.

De facto, é curioso verificar que, conectando as raízes mais profundas da nossa História à das actuais comunidades berberes magrebina (vide *supra*) – onde A. Schulten se iniciara, como bolseiro, na Arqueologia de campo, absorvendo a imagem do berbere projectada por investigadores franceses, isto é, a de um povo uno e sem História, amante da liberdade, porém anárquico, culturalmente impermeável, e política e economicamente inábil –, era como se os principais círculos políticos espanhóis pretendessem – e necessitassem – expressar a sua superioridade cultural. Sobretudo quando as suas expedições africanas se emolduravam pela convicção de representarem uma nação civilizadora, à qual competiria “ilustrar” os povos (pretendidamente) menos desenvolvidos, nos quais se incluía, quase por inerência, o português, com as consequentes ilações políticas.

Mas não só. Este processo relembra a posterior recuperação nazi da obra do alemão Karl Otfried Müller (1797-1840), *The Dorians* (1824), por remeter para uma raça nórdica, superior, antepassada das tribos germânicas, a emergência da cultura dórica, legitimando, por conseguinte, as escavações que conduziram então nos seus principais centros, Esparta e Olímpia, num intróito às pretensões hegemónicas manifestadas sobre o território grego. Era como se, ao derivar horizontes culturais pré-históricos, identificados na Ibéria, de focos norte-africanos, se desejasse validar uma estratégia colonial e/ou neocolonial, em busca das raízes primevas, uma das razões – a par da indigenista – da “desafricanização” do passado espanhol, nomeadamente por mão do pré-historiador catalão Miguel Tarradell (1921-1996), director, entre outros organismos, do *Servicio de Arqueología del Protectorado Español en Marruecos*, num momento em que o território deixava de constar dos planos colonialistas desencorajados pelo amplo movimento independentista que percorreu o continente africano. Por outro lado, não podemos subestimar a relevância, em todo este processo, da denominada “crise marroquina” (1906) que desfavorecera as aspirações alemãs nesta zona norte-africana, a favor das ambições francesas, que M. Primo Rivera tentou impedir ao acordar o protectorado marroquino. No meio destes eventos, lidavam com um país que assistira à instauração republicana em 1910, apesar da multiplicidade de ocorrências internas que ditaram uma sorte política (algo) próxima à sua, à medida que se caminhava para o fim dos *anos loucos* sob o signo do poder germânico.

Nomes mais representativos dos estudos arqueológicos portugueses reagiam, em plena primeira contenda beligerante mundial, ao entendimento de uma África iniciada nos Pirinéus como sendo “[...] uma flagrante injustiça à Espanha e a Portugal, duas nações que positivamente teem pelo seu passado e até pelas suas condições actuaes tanto direito a entrar no concerto europeu como outras cujo *européismo* ninguem discute.” (CORREIA, 1916, p. 94), demonstrando como a investigação arqueológica começava a ser politicamente instrumentalizada. Razão suficiente para que se elevasse o conceito de *Homo europaeus mediterraneus* (ou *africano branco*), ao qual “[...] se devem algumas das mais altas civilizações mediterrâneas, e, se entre êle e alguns povos da Europa meridional há estreitas afinidades de costumes, tipo físico, e quiçá d’origem, é legítimo que para todos esses grupos humanos se adopte a designação comum de *mediterraneos* [...]” (CORREIA, 1916, p. 94). Até porque “Seculos de vida independente, em especiaes condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, etnia propria, e mesmo um *facies* somático distinto. O povo português é antropologicamente dos menos heterogéneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos [...]” (CORREIA, 1916, p. 95).

Mas apesar do tom ofendido de C. de Oliveira, a verdade é que alguns autores defendiam a origem comum de iberos [considerados por Teófilo Braga como os primeiros habitantes peninsulares] e berberes, por serem estes portadores

de uma cultura – pretensamente e/ou ainda assim – mais elaborada do que a observada no seio de outras – sobretudo contemporâneas – comunidades norte-africanas, em grande parte mercê de uma herança pré-clássica enraizada no mais profundo tempo bíblico. Com efeito, o pensamento prevalente neste período defendia o domínio da cultura ibérica até à presença romana, e o seu despertar por invasões, nomeadamente celtas. Mas era também entendida como origem africana e que os seus lugares nucleares, em solo peninsular, seriam o Levante e o Sul (ALONSO, 2004, p. 461). O que, por outras palavras, expressaria um sentimento nacionalista, mesmo que destituído do radicalismo presente noutros recantos europeus, procurando, porém, a derivação dos recessos orientais para onde a tradição bíblica radicava o florescimento humano visionado através de um prisma transformista de perfil moderno e monogenista.

Mas a frase de C. de Oliveira denunciava mais do que a prática de uma Arqueologia colocada ao serviço de linhas ideológicas, conquanto dissimuladas e legitimadas por uma (aparente) seriedade científica inabalável, desfrutando do ambiente favorável ao seu exercício. Ela encerrava a adopção de uma teoria racista, de supremacia do Homem ocidental sobre a *selvageria do berbére* actual, ao qual se negava a presença de uma *vida social* (=estrutura social e desenvolvimento cultural), certamente segundo parâmetros europeus. A Arqueologia catalã ganhava, então, consistência e reconhecimento internacional sob direcção do conhecido investigador P. Bosch-Gimpera, cujos estudos na Alemanha facilitaram a entrada do historicismo cultural nos círculos académicos espanhóis, a exemplo do IV Congresso Internacional de Arqueologia, organizado em 1929 (entre 22 e 29 de Setembro) na cidade de Barcelona³, enquanto decorria a Exposição Universal (contemplando *La España primitiva* inserta da *El Arte en España*) e em coordenação com o *Congreso de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias* (ambos intitulados de “espanholistas” pelo *Institut d’Estudis Catalans* que, por isso mesmo, se negou a participar neles perante a presidência de Afonso XIII). Um conjunto de acontecimentos registados quando se avizinhava a encíclica de Pio XI (1857-1939), *Divini Illius Magistri*, destinada a recuperar o poder da Igreja sobre valores sociais, em detrimento dos objectivos enunciados pela *Era positivista* reprovada muito antes da restauração neo-escolástica.

Se fora A. Schulten a incentivar esta linha de investigação, coubera, entre outros conterrâneos, a Manuel Gómez-Moreno Martínez (1870-1970) levantá-la no supracitado congresso de 1927. Fora, ademais, o mesmo M. Gómez-Moreno a sublinhar a superioridade intelectual da *raça dos dolmens e das cidades* (tipologias crescentemente presentes nos processos de classificação monumental) traduzida na cerâmica campaniforme e na cultura tartessa. Uma ideia que, no entender de C. de Oliveira, reiterava, de algum modo, as de F. Martins Sarmiento e de S. P. M. Estácio da Veiga (1828-1891), elas próprias confirmadas por estudiosos da envergadura dos franceses Camille Jullian (1859-1933) e S. Reinach, para quem havia que procurar as raízes das especificidades observadas em cada nação que se pretendia edificar e/ou consolidar na actualidade. Matizavam, contudo, as teorias ultra-difusionistas subjacentes ao postulado do *ex oriente lux*, (re)analizando o contributo europeu no processo geral de desenvolvimento cultural, uma das (ou a) razões pelas quais defenderam a endogenia civilizacional micénica, etrusca e céltica, ainda que se mantivesse a ideia de uma propagação orientada no sentido Sudoeste.

Não se esquecera, com efeito, a posição de A. Schulten quanto à derivação do Epipaleolítico do actual território português da *selvageria do berbére* ou, por outras palavras, do Capsense. Pelo contrário. Os achados recentes de R. P. Khoeler em Rabat confirmariam a relevância do substrato indígena associado a culturas peninsulares no desenvolvimento do Epipaleolítico e Mesolítico do seu território actual, contraditando a tese da escola arqueológica catalã relativa

³ A relação mantida doravante entre os principais centros arqueológicos espanhóis e portugueses prosseguiu proficuamente, mas quase sempre por iniciativa do Estado alemão. Foi o que sucedeu em finais de 1928, com o «Instituto Arqueológico» entretanto sediado em Madrid: “Comunica [Laranjo Coelho] também que tinha recebido uma carta do erudito alemão sr. Helmuth Schlunck, do centro germano-espanhol de Madrid, agradecendo as facilidades e as informações que lhe havia dado para que pudesse estudar e fotografar uma das espécies que ali se guardam, considerada de grande e inestimável valor arqueológico [...]” (Acta n.º 48, 27/12/1928).

à derivação berbere das culturas pré-históricas identificadas no seu termo. Motivado com tais questões, Manuel Afonso do Paço (1895-1968) elaborou uma *Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal*, à escala 1:250.000, a par de outra da península de Lisboa, desenhada à escala de 1:20.000, pressupondo uma convicção pessoal de que as comunidades mesolíticas derivavam do substrato paleolítico preexistente. Um trabalho amplamente elogiado por H. Obermaier, a quem fora, na verdade, beber a inspiração e a metodologia de trabalho, tal como a É. Cartailhac e H. Breuil.

Apesar das críticas lançadas por C. de Oliveira, é provável que os principais nomes da Arqueologia catalã evocassem, antes de mais, a ligação (como M Santa-Olalla projectara para Espanha) do território português ao Norte de África, sim, mas a uma realidade diversa e culturalmente apartada (ou talvez não, como veremos adiante) tanto da Europa (=Grécia+Roma), quanto da antiga civilização egípcia, que perfaria uma entidade bem distinta.

A única forma de contrapor esta posição seria apresentando materiais recolhidos em escavações conduzidas em Portugal, comparando-os a retirados das principais estações arqueológicas da época. Terá sido nesta perspectiva que a AAP convidou A. A. Mendes Correia a conferenciar sobre a matéria em Janeiro de 1928. Apresentou, então, estações paleolíticas e neolíticas, enquanto dissertava sobre a Babilónia, Assíria e Tróia, e tecia considerações sobre as *cruzes «swastika»*, tal como F. Martins Sarmiento fizera décadas antes para fundamentar a sua posição quanto à ligação micénica dos habitantes da *citânia* de Sânfins, a mesma que E. Jalhay propôs classificar como «monumento nacional». Não obstante, e apesar de se discutir as suas origens, aventando-se, como em tantas outras situações, a hipótese (quase latente) fenícia, A. A. Mendes Correia preferia interpretar a gravura encontrada em meados dos anos 20 nas imediações do «Castro da Presuria» como representativa, mais do que de um *guerreiro lusitano*, de um guerreiro *calaico-lusitano*, analisando e afastando a (ilusória) força das semelhanças encontradas em artefactos egípcios, mesopotâmicos ou nórdicos. Ao invés, aproximá-la-ia das peninsulares, nomeadamente asturienses [cultura mesolítica da costa cantábrica definida na mesma década pelo Conde de la Vega del Sella (1870-1940)] e, sobretudo, do substrato cultural criador das denominadas “estátuas calaico-lusitanas”, conquanto P. Bosch-Gimpera as considerasse “[...] uma *barbarização* da arte chamada *ibérica*, de origem meridional e oriental [...]” (CORREIA, 1927, p. 14-29):

Além do interesse arqueológico que revestem o castro do Reguengo e o seu petroglifo, estes possuem ainda uma bela significação nacionalista. Exprimem o *sentimento autónómico dos indígenas, o seu instinto de defeza contra invasores*. Aquela figura de guerreiro, no alto dum reduto formidável, dum alcantilado ninho de águias, parece, na sua rude simplicidade, lançar um repto valoroso a inimigos ou erguer um brado vibrante de triunfo. *Simboliza a alma heróica da Pátria*. É um *monumento sagrado da independência lusa* (CORREIA, 1927, p. 29. Nossos itálicos).

Se a Arqueologia portuguesa defrontava teses similares elaboradas por estrangeiros que pouco (ou nada) conheceriam da realidade material do seu território, enfrentava, não poucas vezes, um obstáculo tão ou mais danoso: a indiferença institucional pela relevância dos vestígios arqueológicos, volvidos mais de 50 anos sobre o início da dura batalha encetada nos primórdios da AAP, numa reiteração de como as mensagens emanadas da igreja arruinada do Carmo (bem como do seio de tantas outras instituições entretanto constituídas) ainda não chegavam a todas as secretárias ministeriais.

Qual(is) a(s) razão(ões)?

Não se circunscrevia(m) à inacção de organismos congéneres da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pois a eles se devia, na senda desta, prospecções e escavações arqueológicas; o resgate de elementos arquitectónicos; a fundação de museus regionais; a publicação de revistas culturais de referência no panorama interno; a promoção de acções de formação e o incentivo à constituição de organismos estatais dedicados à preservação de edificações históricas.

Apesar destes obstáculos estruturais, as investigações progrediam, acalentadas especialmente por quem (con)vivera sempre no meio da indiferença generalizada, relevando-se os *castros* nortenhos, nomeadamente minhotos, uma

tradição retomada pelo polígrafo e educador Félix Bernardino da Costa Alves Pereira (1865-1936) em 1906, 1907 e 1909 nos «Penedos Grandes» e na «Lapa das Bestas», nas imediações de Penacova, em Arcos de Valdevez. Foi nestas estações que apareceram fragmentos de cerâmica ornamentada, percutores, pontas de seta e outros objectos, entre os quais um bordo de recipiente semelhante aos hemisféricos de bordo com aba horizontal encontrados no Verão de 1903 numa propriedade do P.e Manuel J. da Cunha Brito (situada na margem do rio Vez, conhecida localmente por «Seara»), lembrando *um chapéu de côco de aba direita* (Sessão de 13/03/1930) que o médico e pré-historiador Joaquim Moreira Fontes (1892-1960) atribuía ao Neolítico final. Como pareciam análogos aos exumados na «Quinta do Anjo», em Palmela⁴, estabelecer-se-ia a sua cronologia relativa, deduzindo-se que os dois sítios pertenceriam ao mesmo horizonte cultural do qual fariam parte outros tantos onde se exumaram exemplares similares, como os de Esposende, S.to Tirso, Guimarães, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, denunciando uma hipotética concentração geográfica entre o Norte do Douro e o Sul do rio Minho. Pertenceriam, portanto, a uma *provincia arqueologica cerâmica de certa precisão* (Sessão de 13/03/1930)⁵, como se se pretendesse, ainda que inconscientemente, reiterar o pensamento de F. Martins Sarmiento e conferir unidade cultural a esta região com base em evidências arqueológicas.

Mais. Era como se tivessem bebido em G. Kossina (que a rebuscara, por seu turno, nas formulações tylorianas, numa altura em que não se separara em definitivo a Arqueologia Pré-histórica dos estudos antropológicos) a ideia de que a definição territorial de um tipo artefactual permitiria identificar uma determinada comunidade e os locais onde estanciará. Perfazer-se-ia, assim, a denominada “cultura arqueológica” (=cultura material) a partir do conceito de *Siedlungsarchäologie* – fundamental para a antropogeografia herdada da *Geopolitik* ratzeliana, substituindo a ênfase evolucionista pela histórica e elegendo o elemento cerâmico como *fóssil director* preferencial por resistir suficientemente a mutações internas derivadas de influências estranhas. É possível, no entanto, que alguns destes investigadores portugueses se inspirassem de igual modo nos escritos de V. Gordon Childe, divulgados desde 1925 (ainda que a tradução de parte da sua obra ocorresse, entre nós, apenas em 1947), onde se revia parte desta abordagem (*vide infra*). E uma vez que os recipientes cerâmicos deste tipo exibiam uma decoração geométrica em bandas, incisas ou impressas, análoga aos exemplares calcolíticos recolhidos nas grutas artificiais de Palmela e no castro da Rotura, admitia-se atribuí-las à *época do cobre* (=Edad del Cobre defendida pela Arqueologia espanhola oitocentista) *ou do bronze*, porquanto associadas a um espólio (frequentemente em contexto funerário) de igual modo composto de artefactos de cobre.

⁴ “La necesidad científica de estudiar comparativamente los monumentos arqueológicos de Portugal y España justificará [...]. Ningunos países como los nuestros peninsulares tienen más razones para unir fraternalmente sus esfuerzos en favor de tan noble causa.” (MÉLIDA, 1918, p. 23), para chegar à conclusão de que «Existe pues una familia cerámica propriamente iberica. [...] puede asegurar-se que de todo el cuadro de la cerámica decorada neolítica y eneolítica se destaca la de nuestra Península com importantes caracteres que de dan fisionomia própria» (MÉLIDA, 1918, p. 25), sendo que “Los vasos decorados peninsulares que es necesario señalar como típicos son los de Palmella y los de Ciempozuelos.” (MÉLIDA, 1918, p. 26). Não deixa de ser, contudo, relevante que J. Ramón Mélida considerasse a possibilidade de o motivo predominante nesta cerâmica, o zigzagante, tivesse origem no ideografismo subjacente aos hieróglifos egípcios, parecendo estabelecer, por conseguinte, uma conexão entre a Península Ibérica e as culturas pré-clássicas, as origens, enfim, da própria cultura europeia, ao mesmo tempo que negava a originalidade às comunidades ibéricas que se viam, assim, como produtos de um permanente *ex oriente lux*.

⁵ “Na estação de Penacova encontraram-se também quatro machados de pedra polida, um dos quais de granito, setas de chisto e sílex, 16 pesos, muito próximos uns dos outros, e que devem ser pesos de tear, porque a estação está longe do rio. Apareceu mais um escopro de bronze, de que o achador se servia ainda como ferramenta moderna, uma ponta de dardo, furadores de cobre (ou bronze), hastes massiças, um tubosinho de metal, trituradores de grãos (mós), aglomerações de um cereal (classificado como painço), carbonizado, frutos de carvalho, que foram analisados na estação de Belem, um fundo de uma vasilha com restos de alimentação carbonizada, sem presença de cloreto de sódio. Não apareceram nenhuns vestígios de ferro.” (Sessão de 13/03/1930).

3.1 – Entre o Minho e a Cantábria

Entretanto, prosseguiam as conferências periódicas na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Foi o caso de E. Jalhay, que a consagrou, como seria de esperar, à Pré-história, intitulado-a de *As últimas descobertas arqueológicas do Sul da Galiza e a sua relação com a pré-história portuguesa* (Acta n.º 54, 16/05/1929), acentuando o desenvolvimento recente da Arqueologia galega graças à acção de Angel del Castillo, Florentino López Cuevillas (1886-1958) e Fermín Bouza Brey (1801-1973), motivados com a deslocação (1922) de H. Obermaier à Universidade de Santiago, no ano em que se institucionalizava a Pré-história na Arqueologia espanhola com a sua nomeação para catedrático, sublinhando que “[...] o ilustrado professor alemão é actualmente um dos primeiros guias no estudo de pré-história galega.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). E. Jalhay tencionaria, porém, chamar a atenção para a necessidade de seguir o exemplo galego, prospectando a raia minhota na procura dos mesmos tipos de arqueossítios de modo a encontrar materiais aproximados, como sucedera poucos anos antes, quando J. Fontes descobrira (1924) a primeira estação paleolítica desta região peninsular, ainda que do lado galego, “[...] embora pouco antes se tivessem encontrado algumas pedras isoladas que pareciam trabalhadas intencionalmente.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). Ademais, parece-nos relevante que as presenças de H. Obermaier e de J. Fontes ocorressem, respectivamente, um ano antes e um ano depois da formação do *Seminario de Estudos Galegos*, fortemente apoiado pela revista (ultra)regionalista *Nós* e pelo *Rexionalismo* (ou *Rexurdimento*), em torno dos quais se congregaram intelectuais para contornar as severas restrições políticas impostas por P. Rivera. E não terá sido ocasional que, mormente a partir de então (1923), investigadores portugueses, como E. Jalhay e J. Fontes, fossem convidados a visitar e a colaborar em estudos galegos.

É certo que a *intelligentzia* galega procurava evidenciar uma comunhão entre os dois lados da fronteira através da cultura celta — inexistente para quem prefere falar de línguas celtas e seus falantes (STEMPEL, 2006, p. 37) —, aproximando-a das margens britânicas e originando um autêntico pan-celticismo característico da Península setentrional, apartada da sulista, mais conectada ao passado romano e levantino. Mas seria sobretudo a contiguidade ao povo português, com o qual se identificava histórica e linguisticamente, que desempenhava o papel central nesta estratégia de legitimação nacional(ista) (mais, até, do que regionalista), face a um poder madrileno que lhe negava a utilização de uma língua e cultura próprias. Por isso, um dos mais activos membros do *Seminario*, Ramón Otero Pedrayo (1888-1976), visionava uma Galiza, tanto luguense como bracarense, fundamentando a necessidade de estabelecer e aprofundar a colaboração que se desejava mais intensa com Portugal, demonstrando-se a lógica de uma reintegração, como avançara em tempos João Bonança (1836-1924).

J. Fontes publicou, então, na revista *Brotéria* o resultado da descoberta e da investigação da «Estação paleolítica de Camposancos», nas proximidades de Pontevedra, dando início a uma série de achados similares em Espanha e em Portugal (Acta n.º 122, 22/06/1961). Foi o que ocorreu no ano seguinte, dessa feita a 15 km de Orense, na margem direita do rio Minho, atribuída por J. Fontes ao Paleolítico Inferior (Sessão de 22/03/1929), constituindo-se, deste modo, mais um elo de proximidade entre terras galegas e minhotas. Sustentava-se, por conseguinte, a suposição da Secção de Arqueologia do *Seminario de Estudos Galegos* quanto a um Pré-asturiense luso-galaico – e já não “calaicolusitano” – e suas relações privilegiadamente atlânticas (*vide infra*), propondo-se a existência de uma variante local do Paleolítico no Sudoeste galego, diferenciado do Asturiense (de uma região onde se iniciaria, milénios depois, a *Reconquista* cristã), reforçando aspirações independentistas dos seus dirigentes.

Não obstante, J. Fontes declarava haver “Hoje há já dados suficientes para pensar depois dos descobrimentos do chelense africano e sobretudo do Sahara, que esta indústria veio de Africa para a Europa, pela Italia e Península Ibérica, mas muito especialmente por esta, de ai a grande importancia que tem estes achados tanto no nosso paiz como no reino vizinho. Camposancos vem-nos demonstrar que chegou tambem à galiza essa mesma fase industrial.” (FONTES, 1926, p. 30-31). Uma observação que ganharia maior importância quando, no caso do Acheulense, a sua cronologia norte-africana seria anterior à europeia, colocando o território peninsular e, por inerência, o português, numa posição,

digamos, algo privilegiada neste percurso. Não deixa de ser, contudo, interessante que, quase duas décadas antes, A. A. Mendes Correia especulasse na *Terra Portuguesa* sobre a etnogenia nacional de modo aparentemente antagónico ao entendimento vigente, em especial quando, contrariamente ao que se pressupunha, “[...] o dolicocefalo tardenoisiense do Vale do Tejo apresentaria antes algumas afinidades com uma forma mais antiga do paleolítico europeu [...]” (CORREIA, 1918a, p. 237) derivado de solo norte africano, ainda que não negro. Perfilharia, por conseguinte, o posicionamento de H. Obermaier, comungado, em parte, por outros estudiosos, a exemplo do antropólogo escocês Arthur Keith (1866-1955), para quem, apesar de os braquicéfalos europeus (considerados, em oitocentos, portadores das línguas indo-europeias) advirem de *qualquer ponto das regiões montanhosas da Europa Central* (e não propriamente de África), derivavam de paragens asiáticas,

sendo a Europa, a final de contas, um simples prolongamento da Asia, na qual a braquicefalia tem considerável importância, não é uma fantasia gratuita ir ahí procurar a origem de populações, que, não tendo provavelmente na Africa o seu berço, não remontam também, na Europa, senão ao epipaleolítico, nem se demonstrou ainda terem nascido de transformações dos dolicoides do paleolítico superior europeu (CORREIA, 1918, p. 239. Nossos itálicos).

A. A. Mendes Correia refutava, deste modo, *Le mirage oriental* de S. Reinach, entendendo a Península Ibérica como resultado de uma fusão de elementos étnicos procedentes da bacia mediterrânea oriental e do Norte de África (berbére) com um substrato populacional preexistente, assim como alguns autores perseguiram o *occidentalismo* para, tal como F. Martins Sarmiento, avaliar, por exemplo, as estruturas dolménicas no actual território português. Uma ideia, de certo modo, reiterada por H. Obermaier:

Ella fué el lugar donde se encontraron los flujos de las civilizaciones: Sur y Norte, y en ella donde se realizó su cruzamiento y fecundación, de cuyas circunstancias nos permitimos esperar para el provenir, resultados de gran transcendencia y de gran alcance. Este ya es un hecho *por lo que respecta al arte cuaternario cuyos incomparables tesoros aseguran hoy a España lugar preeminente en Europa* (JALHAY, 1922, p. 130. Nossos itálicos).

Esta posição contrariava os enunciados racistas de finais de oitocentos relativos à supremacia do *Homo Europaeus* sobre o *Homo Mediterraneus*, aproximando-se da visão sociológica francesa de oposição ao decadentismo apocalítico anunciado por ferozes críticos do darwinismo, em especial após traduzir-se (1908) a obra fundamental do sociólogo russo Jacques Novicow (Yakov Aleksandrovich Novicov) (1849-1912), censor veemente do darwinismo racial, enquanto o médico Francisco da Silva Teles (1860-1930) valorizava a miscigenação racial como necessária ao desenvolvimento civilizacional – por oposição à visão de culturas impolutas –, embora com o predomínio (mesmo que comedido) de um “tipo” de “alma dos povos”. Ecoariam, na verdade, as palavras de compromisso encontradas por José Augusto Coelho, para quem, parcialmente na esteira do “génio ibérico” de O. Martins, os “báltico” e “mediterrâneo” «São ambos dois tipos de eleição, dois tipos superiores. À sua colaboração, a essa colaboração em que as brandas qualidades do tipo *mediterrâneo* por assim dizer amaciam a dureza das do *báltico*, se devem as maiores e mais esplêndidas civilizações históricas.» (PEREIRA, 2001, p. 321). Revisitava-se, deste modo, a versão ruskiniana do *homem ético versus homem estético* (RAMOS, 2002, p. 171).

A sessão de 1930 do renovado *Congresso Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas* (CICPP), herdeiro do CIAAP oitocentista, activou ainda mais esta orientação ao asseverar a cronologia da Arte levantina – proposta por H. Obermaier e H. Breuil – nas escavações de Luis Pericot García (1899-1978) na Cueva de Parpalló descoberta (1872) por Juan Vilanova y Piera (1821-1893) nas proximidades de Valência. L. Pericot recolhera, então, inúmeras (cerca de 5.000 em todos os níveis de ocupação) placas *de loisa* gravadas ou pintadas com motivos lineares ou figurativos, predominantemente zoomórficos, “[...] de estilo idêntico ao das parietais dos abrigos e rochedos do Levante.” (Acta n.º 85, 29/05/1931), concluindo que “A arte realista quaternária foi evoluindo paulatinamente

para a estilização, de que, entre outros, o grupo meridional da Espanha, pospaleolítico, nos oferece exemplares interessantes.” (Acta n.º 85, 29/05/1931). Referindo-se ao sítio como a primeira estação *nitidamente magdalenense* alguma vez surgida no Levante espanhol, E. Jalhay sublinhava a sua relevância para o afastamento da ideia de que as estações do Paleolítico superior pertenceriam unicamente ao Capsense, de origem africana (antes de ser identificado como complexo cultural epipaleolítico): “Além de modificar os roteiros até hoje marcados para o magdalenense cantabro-pirenaico, as descobertas da «Cueva de Parpalló» vêm contribuir dum modo admirável para a cronologia da arte pré-histórica levantina, atribuída por alguns erradamente ao mesolítico.” (Acta n.º 85.º, 29/05/1931)⁶.

Uma constatação da qual derivariam várias ilações, a primeira das quais – talvez a mais relevante – sobre a possível interpretação da ocupação paleolítica da Península Ibérica independentemente da presença capsense, obrigando à revisão dos materiais provenientes de arqueossítios, como a Cesareda, pois “Julgava-se, portanto, que a arte levantina não era quaternária, por não apresentar fauna desta época, e foi a descoberta desta estação que veio resolver as dúvidas. Havia magdalenense só no norte da Península, e agora já aparece também no centro. É possível que entre nós, e até mesmo nos arredores de Lisboa, se encontre também, algum.” (Sessão de 10/04/1930).

Entretanto, o conjunto destes eventos comprovava o paradigma por detrás da investigação conduzida por quem, no seio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, centrava os seus estudos nas regiões do Minho e da Galiza: a convicção de que a cultura pré-histórica germinara no Noroeste peninsular, a julgar pelas estações com materiais datáveis do Paleolítico inferior (*vide supra*). Mesmo que não se compenetrassem do alcance desta inferência, somos quase tentados a detectar uma estratégia política complexa e eficaz, como a História demonstraria em breve. Bastará, talvez, recordar que o *caudillo* General Francisco Franco Bahamonde (1892-1975) nascera na cidade portuária de Ferrol, no Norte da Galiza, tendo sido rapidamente promovido, após a comissão cumprida em solo marroquino (1912), merecendo o favoritismo de Afonso XIII de orientação pró-alemã. Após a queda da monarquia, em meados de 1931, o General Franco fora afastado dos seus postos, combatendo ferozmente, desde então, a II República espanhola, mormente a partir de Marrocos, um protectorado que Espanha partilhava com França desde 1904, num pacto revisto em 1912 por força dos interesses económicos alemães na zona, até que, com o apoio de Hitler e de Mussolini, se tornou Chefe de Estado.

Perante este quadro, seria (quase) natural que (conquanto oficiosa e inconscientemente) o grupo de arqueólogos de Santiago de Compostela se empenhasse em demonstrar a anterioridade das estações arqueológicas identificadas na região sobre as localizadas nos demais recantos peninsulares, especialmente levantinos, mais próximos dos arquétipos centro-europeístas. Além disso, perfazia, juntamente com a região minhota, uma (pretensa) unidade cultural (ademais justificada pela similitude de recursos cinegéticos, reforçada por estudos etnológicos e geográficos) que se ambicionava manter e elevar com base nos vestígios paleolíticos, muito para além do ascendente galaico-lusitano defendido no século precedente, como denuncia a definição de *industria galaico minhota de tipo asturiense* (*vide infra*).

Havia também (ou sobretudo) que estabelecer uma linha de continuidade cultural, mitigando o papel habitualmente conferido aos elementos exógenos, nomeadamente por parte dos difusionistas, ao mesmo tempo que acentuar a relevância e a força das características endógenas. Ainda assim, não se libertariam totalmente do axioma difusionista, conquanto derivado de outras paragens, como a Irlanda, a julgar pela seguinte comunicação de E. Jalhay: “*A industria galaico minhota de tipo asturiense e os instrumentos de sílex da praia elevada de 25 pés do norte da Irlanda*” (Acta n.º 97, 25/02/1932), a relembrar estudos da secção de Pré-história do *Seminário de Estudos Galegos* (*vide supra*)

⁶ «Segundo a notícia da «Cultura Valenciana», as escavações, feitas por D. Luiz Pericote, duraram mais de 3 meses e revelaram para cima de dez mil instrumentos tipicamente magdalenenses, umas cem placas de louça com gravuras, sílices, punções de osso, e tudo absolutamente desacompanhado de qualquer indício da fauna que marca a corrente do roteiro septentrional, o que vem resolver um problema interessante. Até aqui eram apenas conhecidos os focos de arte do Norte (em Altamira) e do Levante. Nesta estação a fauna é quaternária, em plena região da arte levantina, que era atribuída ao mesolítico.» (Acta n.º 85, 29/05/1931).

sobre semelhanças hipotéticas entre o Asturiense galego e o da Bretanha francesa e da Irlanda, como forma de estabelecer uma ligação atlântica de grande antiguidade, embora a Península Ibérica não tivesse permanecido “[...] porém, subsidiária de uma cultura importada, pois criaram características próprias, e o seu poder fez-se sentir até à Irlanda.” (FONTES, s/d, p. 24). Na verdade, sugeria-se um processo inverso, interpretando-se as analogias observadas em estações irlandesas como decorrentes de uma migração asturiense da Cantábria (*vide infra*), correspondendo, assim, às clamações setecentistas quanto a uma identidade comum revista na Cantábria pré-romana.

Era o que defendia, por exemplo, Manuel Domingos Heleno Júnior (1894-1970), ao considerar que artefactos semelhantes ao crescente calcário recolhido nas «Grutas de Alapraia» demonstravam como as lúnulas irlandesas tinham sido influenciadas pelas ibéricas e não o oposto (Acta n.º 167, 18/06/1936). Com efeito, depois de comparar os materiais líticos de tipo asturiense das estações galegas com os exumados na Irlanda, descritos por C. Blake Whelan⁷, E. Jalhay apresentou as últimas conclusões de um estudo que realizava, defendendo a existência de um *roteiro sul-norte da indústria asturiense*. Uma ideia, aliás, apoiada por nomes como os de Miles Crawford Burkitt (1890-1971), da Universidade de Cambridge, de Rui Correia de Serpa Pinto (1907-1933) e de M. Afonso do Paço, para quem «Temos assim um grande roteiro do paleolítico ao longo da costa Atlântica e dos rios Minho e Lima, uma população densa vivendo segundo os costumes da época.» (PAÇO, 1931, p. 3)⁸. Mas também pelo próprio C. B. Whelan, o primeiro a comparar a indústria portuguesa com a do norte da Irlanda (como sucedera relativamente aos testemunhos dolménicos⁹), mesmo que as estações arqueológicas do Noroeste português ainda carecessem de um estudo mais aturado.

A ideia de uma expansão asturiense no sentido Sul-Norte seria reforçada pela identificação dos característicos *picos* (*coup-de-poings* ou bifaces) nas costas inglesas, a par dos exemplares analisados por R. de Serpa Pinto no *Musée de Saint-Germain-en-Layes*. Poder-se-ia, por conseguinte, inferir a presença de «[...] uma faixa que se estende desde as costas da Inglaterra até ao Norte de Portugal, e na qual a estação da Areosa apresenta a particularidade de ser a mais meridional.» (Sessão de 21/02/1929). Além disso, os *picos asturienses* surgiriam já associados à cerâmica neolítica à medida que se deslocavam para Norte. Resguardava, em todo o caso, e a par de H. Obermaier, a sua propagação pela região galega. Uma formulação confirmada por E. Jalhay após a identificação de *picos* de quartzite junto à foz do Minho, proporcionando-lhe a descoberta da estação arqueológica de «La Guardia», nas proximidades de Pontevedra. Um achado que abrisse caminho ao estudo circunstanciado dos arqueossítios de Afife, Carreço e Areosa (*vide infra*). Além disso, E. Jalhay localizou (possivelmente por sugestão de H. Obermaier) a expressão territorial da cultura

⁷ “Ao entrar na ordem da noite, o sr. padre Jalhay, em nome de Blake Whelan, da Irlanda, comunica o descobrimento de uma necropole na ilha Rathlin (Irlanda), com sepulturas toscas, de forma rectangular. As sepulturas são de incineração e apresentam ossos de animais, cinzas, pedras calcinadas, instrumentos recordando a tecnica campinhense, e uma ceramica da mais simples, com decoração incisa linear e ondular. As sepulturas de Rathlin vem confirmar a hipotese de que já no primitivo neolitico se faziam sacrificios aos [manes(?)] dos sepultados, pois os ossos calcinados dos bois e dos cavalos confirmam essa hipotese de um arqueologo francez. O autor da descoberta lembra que se tenha produzido uma emigração dos povos de Campigny para a Irlanda, atravez do mar, o que constituiria uma sugestão interessante para o estudo do roteiro do asturiense, a que o sr. padre Jalhay se tem dedicado ultimamente. O nosso vice presidente julga que talvez essa emigração constitua uma ultima etape da cultura asturiense. E lembra tambem que, datando essas sepulturas de 3.000 anos a.C. seria interessante relaciona-las com as ultimas descobertas de Obermaier nas sepulturas alentejanas da mesma epoca.” (Acta n.º 7. 12/07/1934. Nosso itálico).

⁸ Não obstante, e quase uma década volvida de investigações, o mesmo M. Afonso do Paço mencionava que “Admite-se um roteiro da costa até á Galiza, Irlanda e Bretanha, na direcção Sul-Norte, mas outros pretendem agora atribuir-lhe um sentido inverso. Aguardemos calmamente que os factos resolvam esta divergência.” (PAÇO, 1962, p. 7).

⁹ “[...] j’ai fait allusion dans mon exposé aux rapports ethnologiques et archéologiques entre les populations primitives péninsulaires et celles de l’Irlande, du Pays de Galles et de l’Écosse. Cette vague thèse paléo-ethnique – de primitif occidentalisme – trouve ainsi dans ces occurrences, sinon une preuve scientifique, en tout cas un appui moral très appréciable..” (SEVERO, 1905-1908, p. 114).

asturiense através da identificação do seu “fóssil director” – o *pico* asturiense – em estações arqueológicas do Sudoeste galego, e, mais especificamente, na costa atlântica (uma das suas principais características), denominando-as, então, de *camposanquienses*.

Mas não só. Como que pretendendo finalizar a polémica estabelecida em torno das origens do Epipaleolítico/Mesolítico do actual território português, E. Jalhay tentou transferir o epicentro da presumida influência norte-africana em território peninsular para o termo espanhol, defendendo que o Paleolítico superior na Península Ibérica seria predominantemente caracterizado pela presença do complexo industrial aurignacense oriundo do Norte, onde sofrera os primeiros impactes de outra grande *invasão* de povos meridionais “[...] que nos trouxe de África a cultura sbaiko-aterense e, possivelmente, a arte rupestre do levante espanhol.” (Acta n.º 161, 17/01/1936). Utilizava, no fundo, os mesmos argumentos da escola arqueológica catalã relativamente a Portugal. Sobretudo quando a fase média do Paleolítico superior – o Solutrense – era frequentemente interpretada como de origem norte africana, vinculada ao Sbaikiense de tradição Ateriense, cronologicamente situada nos inícios daquela subdivisão paleolítica vulgarmente atribuída para o Continente europeu, ou seja, o Aurignacense. Havia, porém, um ponto que ultrapassaria o aparente desmerecimento colocado por esta filiação norte-africana: o facto de parecer que os “[...] povos aurinhacenses vindos da Ásia Oriental (onde a cultura em questão parece ter tido a sua origem) chegou à Península Ibérica, por dois roteiros: um europeu, outro africano – Síria, Palestina, Norte de África e Península (sbaiko-aterense).” (FONTES, s/d, p. 23).

Na verdade, o empenho colocado na indagação de uma originalidade paleolítica, epipaleolítica/mesolítica, neolítica, calcolítica e das Idades do Bronze e do Ferro nas actuais fronteiras portuguesas terão motivado E. Jalhay a apresentar o resultado das campanhas arqueológicas conduzidas por R. de Serpa Pinto em La Guardia (depois de E. Jalhay a ter publicado, reportando-se, tanto mais, a uma região que conheceria bem¹⁰), Moledo, Âncora e Afife (onde se encontraram também vestígios de habitações castrejas interpretadas pelas gentes locais como “fornos”) e em Areosa, por Abel Viana (1896-1964), esta última da responsabilidade posterior de E. Jalhay (Sessão de 18/01/1929). Deslocando-se à Galiza, na companhia de M. Afonso do Paço, para avaliar as informações disponibilizadas por A. Viana, E. Jalhay observou a existência de instrumentos aparentemente paleolíticos em Carreço, confirmando a presença da sua indústria em Camposancos, Seixas e Moledo, registando que, na estação de Viana do Castelo “[...] os picos são aos milhares, não rolados, o que leva o Sr. padre Jalhay a julgar que deve estar ali o núcleo principal das estações asturienses.” (Sessão de 09/01/1930), confirmando, assim, a suposição de um roteiro Minho-Galiza-Cantábria, enquanto as investigações subsequentes reafirmaram a distribuição predominante dos *picos* ao longo da costa (Sessão de 13/12/1945).

3.2 – Pressupostos histórico-culturalistas

A chave residia no *rigor e método com que se procede nestas escavações* (JALHAY, 1923, p. 215), embora estivessem longe os anos em que o interesse de J. Grahame D. Clark (1907-1995) pela economia mesolítica proporcionaria aos investigadores na área outra visão do período, além da simples análise artefactual. Era, na verdade, uma substituição

¹⁰ Um conhecimento que adviria, em grande parte, dos tempos em que, depois de regressar à Península Ibérica (1916), procedente de Inglaterra, onde permanecera desde que a 1.ª Guerra Mundial o surpreendera em terras belgas, leccionara no Colégio fundado pelos jesuítas portugueses (ou “Colégio del Pasaje”, onde se criara um museu de Ciências Naturais, contemplando artefactos pré-históricos), precisamente em La Guardia, antes de se dirigir a Oña, para aprofundar os seus conhecimentos teológicos, região particularmente fértil em material pré-histórico, e onde conheceu pessoalmente H. Obermaier e o Conde de La Vega del Sella (MOITA, 1952, p. 213-219; CARDOSO, 2006).

clara do anterior modelo cronológico pelo estudo de cada parcela cultural, no seguimento de estudos conduzidos por antropólogos norte-americanos empenhados em explicitar as alterações culturais motivadas, não apenas por interações comunitárias, como pela adaptação aos respectivos ecossistemas, num processo entendido como “cultura ecológica”, numa tentativa processual de responder à questão mais desafiadora: porquê, ainda que menos focalizada em factores tão relevantes quanto os sociais e cognitivos.

Ainda que incipientemente, constituía uma tentativa de aplicar, ao estudo da antiguidade mais remota, a teoria funcionalista retirada dos meandros da análise sociológica. Na sua base, residia a convicção de que se alcançaria um conhecimento melhor do comportamento humano quando relacionado com os sistemas sociais concebidos enquanto conjunto de elementos funcionalmente dependentes. Pois, sempre que ocorresse uma disrupção num dos seus componentes, ela implicaria inevitavelmente a reformulação de todo o sistema, como se de um organismo vivo se tratasse, confirmadas pelas abordagens antropológicas de Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955) e Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) – este último no estatuto de “pai” do *funcionalismo* –, bem como nos trabalhos do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Mas também de A. A. Mendes Correia, para quem, “Os seres vivos têm uma embriologia. Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária. [...] O gérmen do povo português [...] é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que o gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal.” (CORREIA, 1944, p. 32). Era (quase) uma sublimação dos enunciados políticos da época, que tão bem absorvera enquanto presidente da edilidade portuense (1936-1942), antes de assumir o cargo de procurador da Câmara Corporativa e de deputado da Assembleia Nacional (1945-1956). Uma posição que facilitaria a interpretação do passado ao torná-lo previsível e, por conseguinte, passível de formular-se (quase) matematicamente, em especial ao pressupor que a actividade humana (=função) só existia e fazia sentido quando importava à existência comunitária, incentivando, por isso, ao estudo aprofundado das instituições.

Indepentemente disto, o facto é que esta nova escola antropológica social emergira em forte oposição à Etnologia, vulgarmente associada, não apenas ao evolucionismo linear, como sobretudo ao difusionismo, ainda que se entendessem as alterações observadas no seio das comunidades humanas como derivadas de um elemento alígena, dada a natureza conservadora do Homem. Era, porém, uma proposta de trabalho que, na Arqueologia, merecia apenas a atenção de quem já não se circunscrevia ao modo como se processavam as alterações no seio de cada comunidade mas, antes de mais, no seu funcionamento interno. Este interesse, mesmo que empírico, em razão da sua anterioridade relativamente à concepção sociológica, manifestava-se desde há muito entre arqueólogos que procuravam entender as modificações arroladas no registo arqueológico e ecossistemas originais, tal como predissera J. J. A. Worsaae no longínquo ano de 1840. Entre nós, houve quem reflectisse sobre a questão, repudiando a proximidade cultural de comunidades no mesmo estágio de desenvolvimento, assim como o estaticismo conferido pelo método histórico-cultural – ou culturalista –, conquanto sobrepusesse a cultura às condições mesológicas em que florescia, afirmando-se que,

os ciclos, círculos ou tipos da escola histórico-cultural apresentam também uma irredutibilidade, uma independência ou um verdadeiro carácter estanque que *não estão de acôrdo com a verificação não só de difusões e entrecruzamentos das culturas, sobretudo das mais progressivas*, como também da comunidade de muitos processos psicológicos em todos os seres e grupos humanos [...]. Mas *não se fantasia menos, individualizando “complexos” de cultura, estáticos, independentes, irredutíveis* (JALHAY, 1923, p. 213-214. Nossos itálicos). [Entretanto,] *Abandonou-se a preocupação dum evolucionismo unilinear e mecânico* que torna hoje a nossos olhos certas árvores genealógicas de espécies e raças como que devaneios quási infantis. *Reconheceu-se a complexidade extrema dos problemas filéticos e etnogénicos*, das classificações, afinidades e hierarquias raciais, a necessidade de *considerar menos importante do que antes se supunha, o papel morfogenético do meio e*, pelo contrário, *mais poderosa e transcendente a acção dos factores hereditários e constitucionais* (CORREIA, 1944, p. 34. Nossos itálicos).

Era, em todo o caso, um sinal claro de como os cultivadores da actividade arqueológica em Portugal nos primeiros decénios do novo século consciencializavam a necessidade (senão urgência) de conferir-lhe um estatuto científico através de uma metodologia rigorosa. Já não bastava analisar tipologicamente os artefactos exumados, nem seriá-los e classificá-los para alcançar um conhecimento aproximado do quotidiano das comunidades que representavam, mesmo que (muito) parcialmente e, na maioria dos casos, por força de uma comparação etnográfica herdada da actividade arqueológica oitocentista. À medida que se afastavam de uma abordagem puramente evolucionista (e, para mais, linear), aproximando-se de uma apreciação histórica, os arqueólogos concentraram-se no exame rigoroso da estratigrafia para aferir mutações culturais e cronológicas – certamente na esteira de Charles Darwin (1809-1882) –, como compreenderam estudiosos destacados do mundo clássico, a exemplo de Giuseppe Fiorelli (1823-1896), Alexander Konze (1831-1914), Ernest Curtius (1814-1896), Wilhelm Dörpfeld (1822-1890), W. M. F. Petrie (1853-1942) e Augustus H. L. F. Pitt-Rivers (1827-1900), além de P. Bosch Gimpera, para quem, sobretudo,

La Prehistoria, cuando está bien estudiada, cuando nos muestra la *sucesión perfectamente clara de las culturas y la evolución de cada una de ellas*, há de darnos una serie de datos que si son bien apreciados, permitirá una reconstrucción todo lo segura que puede ser una hipótesis científica, ya que todos sabemos cuán difícil es llegar a una evidencia absoluta en tales problemas (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 4. Nossos itálicos).

Devia-se, ademais, a W. M. F. Petrie e ao antropólogo cultural norte-americano Alfred L. Kroeber (1876-1960) a emergência da sistematização dependentemente da presença ou ausência de um número considerável de diferentes tipos artefactuais em “contexto fechado”, assim como da “seriação de frequência” de um número bastante mais restrito de tipos. Ainda que não disponhamos de dados sobre a sua utilização por arqueólogos portugueses, o facto de colaborarem com nomes maiores da Arqueologia peninsular da primeira metade do século XX permite-nos pressupor que o fizessem, até por serem, à época, os métodos mais aplicados no terreno. Não obstante, a incerteza mantém-se com um grau acrescido quando o assunto se estende ao método elaborado por Mortimer Wheeler (1890-1976), generalizado na Europa a partir de 1930 (*vide infra*). Em todo o caso, escrevia-se, ainda em 1944, e a propósito de Idanha-a-Velha, com acentuado vigor nacional(ista) que,

a suposição de que uma exploração metódica num sítio em que achados casuais ou outras considerações aconselhem *pesquisas mais amplas poderá conduzir à exumação científica* dos contornos de habitações, do delineamento dos arruamentos, da planta do velho povoado ou de parte dêle, enfim, das *sucessivas estratificações, correspondentes às várias épocas sobrepostas de povoamento e ocupação local. Nenhuma exploração do género se fez ainda. Tudo tem sido accidental*. Velhas paredes descobertas pelo arroteamento agrícola ou na escavação de alicerces. Lápides com inscrições latinas em muros, ou encontradas casualmente, inteiras ou fragmentadas, ao revolver-se a terra ou esquecidas, a um canto (CORREIA, 1944, p. 27-28. Nossos itálicos). [...] estamos convencidos de que *explorações metódicas* naquelas paragens [Beira Baixa] *trarão revelações* úteis para o esclarecimento não só da história local, mas também *da história nacional*, sobretudo das bases mais profundas desta última (CORREIA, 1944, p. 29. Nossos itálicos). [...] *Ai da sociedade humana ou do grupo étnico que não tenha a consciência, ao mesmo tempo, da sua individualidade histórica e das suas virtualidades do porvir!* (CORREIA, 1944, p. 146. Nossos itálicos).

É verdade que, nas palavras de C. de Oliveira (*vide supra*), a derivação do Epipaleolítico e/ou Mesolítico português da cultura capsense surgiria, então (1927), a olhos nacionais como uma tentativa de *assacar-lhe* a origem *libio-phenicia*, ou seja, do Mediterrâneo Oriental, da génese civilizacional, como sublinhavam as *Escrituras*. Uma possibilidade que a afastava de um universo que estivera na base do desenvolvimento europeu ulterior, remetendo-a para uma periferia de contornos subalternizados, longe dos preceitos orientalizantes. Mas os estudos desenvolvidos desde então lançariam um novo olhar sobre a questão.

Com efeito, a (suposta) *selvageria do berbere actual* pouco comungaria do seu passado e da realidade dos factos traduzidos nos materiais arqueológicos colhidos na região do Atlas. Sobretudo quando a comunidade berbere pertencia a um ramo da principal família linguística do Norte de África e do Médio Oriente – a hamito-semita –, abrangendo, por conseguinte, as grandes civilizações pré-clássicas (incluindo a egípcia), as mesmas das quais se pretendia decorrerem os principais fenómenos culturais registados em solo europeu, (re)abrindo-se, por isso, as portas ao (re)enquadramento peninsular no eixo mediterrâneo. Uma interpretação que não arredava o estigma impresso pela cronologia atribuída ao Capsense que, como já vimos (*vide supra*), implicava, não apenas uma transição do Paleolítico superior sob influência exógena, como a fixação e desenvolvimento epipaleolítico e/ou mesolítico num tempo mais tardio do registado noutros territórios europeus, designadamente espanhol. Era como se pairasse ainda sobre determinados meandros académicos peninsulares a superioridade do *Kulturvolker* sobre o (hipotético) *Naturvolker* de G. Kossina.

Em todo o caso, as teorias formuladas em torno de uma possível unidade antropológica pré-histórica entre a Península Ibérica e o Norte de África enraizavam numa tradição oitocentista quando Francisco M.^a Tubino, num artigo publicado (1876) na *Revista de Antropología*, intitulado *Los aborígenes ibéricos o los berberes en la Península*, a defendeu na esteira da convicção de P. Broca sobre o assunto. Uma posição à qual não fora estranha a conjuntura política vivida pela restauração borbónica. Ainda assim, não se estenderiam (pelo menos explicitamente) as pretensões francesas invocadas para o território das Ilhas Canárias, quando, no ano seguinte (1877), o médico René Verdeau (1852-1938) se deslocou ao arquipélago para corroborar a hipótese formulada por Théodor Hamy (1842-1908) e Armand de Quatrefages (1810-1892) sobre uma presumível relação étnica entre a sua população pré-hispânica e o «Homem de Cro-Magnon» descoberto anos antes em Dordogne (França). Em contrapartida, Espanha assentaria a sua imagem externa nas pretensões imperialistas precisamente em território marroquino, no âmbito de uma política regeneradora do país, vários anos depois do duro golpe inflingido pela perda da quase totalidade das possessões ultramarinas nos idos de 1898. Um facto que abalara profundamente o orgulho nacional(ista), no mesmo ano em que Portugal celebrava Vasco da Gama. Não admira, por isso, que a Madrid franquista subvencionasse expedições arqueológicas ao Norte de África em busca de conexões entre as culturas ibéricas e as norte-africanas (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 103), coordenadas pelos dois arqueólogos espanhóis, por excelência, do regime nas suas duas fases – a falangista europeísta (porém anti-capitalista – em especial do imperialismo mercantilista e plutocrático, representado pela antiga Cartago e pelas modernas Holanda e Inglaterra – e anti-liberal) e a do *Opus Dei* –, J. M. Santa-Olalla (ao reforçar o papel das relações hispano-árabes na etnogénese espanhola) e Martín Almagro Basch (1911-1984), embora já sem o peso teórico depositado por P. Bosch Gimpera, para quem a cerâmica ibérica formaria a última etapa de uma produção originada na África do Norte. Pois,

La función norteafricana y africana en general (pese a snobismos, y, por lo que atañe a España, el inefable “descubrimiento” de África por razones oportunistas) está hoy perfectamente clara, en su pasividad y regresividad casi generales, como continente colonial por excelencia. [...] y non estará lejano el día en que podemos encontrar en Marruecos (la Hispania Tingitana) estos indicios de pasividad africana en forma de productos industriales españoles, que podrán ser unas hachas de bronce, un vaso campaniforme, como ya hemos encontrado (SANTA-OLALLA, 1946, p. 97-98. Nossos itálicos).

Mas, enfim, os interesses político-económicos subjacentes eram completamente diferentes dos portugueses e espanhóis de finais do século XIX, princípios do XX, e a burguesia portuguesa não procuraria basear-se em estudos de antropologia pré-histórica para legitimar uma aproximação aos círculos franceses, contornando, assim, a agenda imposta pela capital. Não deixa de ser, contudo, no mínimo, curioso que M. Heleno radicasse a origem etnogénica da actual população portuguesa precisamente no *Cro-Magnon*, enquanto primeira *raça* europeia relacionada com a “superioridade” cultural da Arte franco-cantábrica, longe de qualquer outra comunhão (*vide infra*), designadamente do tipo físico *Combe-Capelle*, de traços “proto-etíopicos” (donde negróides), associado, em geral, ao *Capsense*.

Detenhamo-nos, por momentos, nestes assuntos.

Influenciados por um nome maior da tese orientalista e conceituado arqueólogo V. G. Childe, estudiosos portugueses perfilharam a teoria da expansão oriental por via marítima e/ou terrestre para explicar a origem do Neolítico peninsular, de uma forma geral, e da cultura dolménica, em especial, cujas particularidades dimanariam da especificidade geológica do território. Olvidariam, no entanto, uma questão fundamental do próprio pensamento childeano – ainda que rebuscado no kossiniano – impresso no *The Dawn of European Civilisation* recentemente publicado (1925), impressionado que estaria com as repercussões epistemológicas dos dados fornecidos pelas campanhas de escavação conduzidas entre 1908 e 1911 no *tell* de Vinca (Sérvia). Referimo-nos à visão pan-europeia da antiguidade pré-romana, fundamentada no conceito de “cultura”, em substituição do tradicional sistema tecnológico de períodos mortilletiano. Resultava, no entanto, de um olhar, quer, em parte, difusionista, perante as relações estreitas que manteria com o Próximo Oriente, quer evolucionista, face às adaptações dos elementos orientais às respectivas características e potencialidades de contextos europeus. Estabelecia-se, assim, e de algum modo, uma terceira via de abordagem das realidades arqueológicas identificadas em terreno europeu, um compromisso entre “ocidentalistas” e “orientalistas”. Conquanto actualizada, era uma posição que reforçaria em *L'Orient préhistorique* (1934) com as investigações empreendidas entretanto no terreno. Uma abordagem que já não satisfaria os círculos arqueológicos peninsulares, especialmente espanhóis, com destaque para a figura de J. M. Santa-Olalla – discípulo de G. Kossina –, franquista confesso, donde ultra-nacionalista.

Apesar de não encontrarmos referências explícitas a G. Childe na comunidade arqueológica portuguesa, pelo menos até à sua deslocação a Portugal (anos 40 –*vide infra*), apercebemo-nos da subjacência do seu pensamento.

É o que inferimos quando a (ilusória) singularidade dos monumentos megalíticos fundamentaria o ocidentalismo de P. Bosch Gimpera partilhado por R. Severo¹¹ e retomado entusiasticamente por M. Heleno, já plenamente emoldurado pelos paradigmas childenianos, contrariando, assim, o entendimento de M. Gómez-Moreno quanto aos megalitos andaluzes como manifestação brilhante do neolítico peninsular protagonizado pelos tartessos, criadores de um verdadeiro império – mas apenas mercê da sua base lígur –, numa imagem reforçada por A. Schulten (MARTÍ-AGUILAR, 2003, p. 191-192).

M. Heleno discordava, no entanto, de P. Bosch-Gimpera em relação à procedência nortenha desta particularidade defendida por A. A. Mendes Correia, para quem a “[...] região noroeste peninsular em que intensamente floresceu a cultura pré-histórica dos castros e das citânias, dum região que, ainda que em mais remota data, constituiu, o foco de irradiação dum cultura megalítica [...]” (CORREIA, 1944, p. 32). Correspondia-a, assim, *grosso modo* à área culutral ocidental das quatro peninsulares definidas por P. Bosch-Gimpera.

Pelo contrário, M. Heleno sublinhava a multiplicidade de focos megalíticos no actual território português, um dos quais situado na região alentejana, da qual se transportara maritimamente a cultura dolménica até às costas bretãs e britânicas (MOITA, 1956, p. 135-136). Posicionava-se, deste modo, em conformidade à abordagem precedente de A. A. Mendes Correia, embora a estendesse «[...] a outros países do noroeste europeu, em presumido testemunho dum velha talassocracia atlântica, dum verdadeiro império ocidental, anónimo, de há mais de quatro mil anos.» (CORREIA, 1944, p. 32).

Era, sem dúvida, uma utilização política de testemunhos arqueológicos, substanciando o devir histórico do país e o seu papel de potência colonizadora contemporânea, no momento em que a Espanha falangista associava a ideia de império espanhol a um hipotético império tartessico de enfoque indigenista (MARTÍ-AGUILAR, 2003, p. 124-133), antes de a pressão internacional perigar as bases do império português a revitalizar nas comemorações (1960) do

¹¹ “[...] quiçá, invertido o itinerario, mais um argumento da imaginosa theoria que pretendia explicar a civilização megalithica pela intervenção de extranhas influencias, espalhadas ao longo do littoral europeu por via maritima.” Cf. cimentado sobretudo após a publicação da obra referencial *Etnología de la Península Ibérica*, a primeira grande síntese sobre a pré-historicidade ibérica da lavra de um peninsular.» (SEVERO, 1905-1908b, p. 710).

centenário da morte do Infante D. Henrique. Recentralizava-se, deste modo, a sua origem, enquanto se invertia a orientação expansionista aclamada durante tanto tempo.

Esta situação contrariava por completo o desígnio principal de M. Heleno: a afirmação das especificidades culturais portuguesas através, justamente, de testemunhos arqueológicos, os únicos a validar pretensões independentistas e hegemónicas, como apreenderam destacados pensadores europeus, para lá dos critérios geológicos e tipológicos de oitocentos. Criticava-se, deste modo, o “tipologismo” etnológico. O mesmo seria (quase) dizer evolucionista linear ou difusionista/migracionista (oriental), ao qual se contrapunha o funcionalismo, o único passível de desvendar o sistema interno de cada comunidade (*vide supra*). Associava, por isso, o primeiro à Arqueologia – entendida aqui como método estratigráfico –, e o segundo àquela que deveria constituir o exercício arqueológico, isto é, a abordagem cultural. Um passo fundamental para ultrapassar tal estado consistia na exploração arqueológica sistemática do território português, nomeadamente no que respeitava ao Paleolítico superior, no qual *mergulham as raízes do povo português*, amovendo-se “[...] o domínio da ideia capsense e a crença no negróide *afér-taganus*, quer dizer, a génese africana do povo português e das suas primeiras culturas.” (HELENO, 1956b, p. 226)¹².

Ademais, o território norte-africano fora arredado do palco das grandes civilizações, excepção feita ao egípcio, perfazendo um *naturvolker* do qual se fazia derivar o Epipaleolítico português. Uma situação a elucidar mediante o estudo cuidado de estações mesolíticas, buscando-se responder às três perguntas que M. Heleno considerava fundamentais: *Quando viemos? Donde viemos? O que criámos?* Demonstrava, assim, a sua convicção do carácter exógeno das culturas pré-históricas em solo português, entendidas por muitos aportadas de África pelo estreito de Gibraltar. Pelo contrário, as escavações revelariam, numa expressão (quase) máxima reivindicativa das raízes europeias portuguesas (ZILHÃO, 1987, p. 34-35),

*Nada de africano*¹³; ao contrário *todas as indústrias da Europa ocidental da época* [princípios do Pleistoceno] *têm larga representação no nosso país* e por elas pudemos concluir que foram *as raças europeias* – a de Cro-Magnon, Combe-Capelle e Chancelade – que, *eliminando o homem de Neandertal, constituíram o primeiro e mais importante extracto da nossa etnogenia* (HELENO, 1956b, p. 234. Nossos itálicos).

Comungaria, deste modo, a etnogenia portuguesa de A. A. Mendes Correia, para quem, com profunda ironia,

Ao «neandertaloidismo» dos crânios de Mugem e ás pretendidas sobrevivências «neandertaloides» nas provincias portuguesas do norte, opomos-lhe formal contestação. Parece impossível que espíritos ilustres hajam alimentado um momento taes ideias. *Os crânios de Mugem são bem H. sapiens*, e os nossos contemporâneos do Minho, Trás-os-Montes e Beira não

¹² Relocalizando os concheiros da Quinta da Sardinha, descobertos (1863) por C. Ribeiro, encontraram-se (1925) seis concheiros no Paúl de Magos, dois dos quais contíguos e próximos da Quinta da Sardinha, que presumiram corresponderem aos identificados no século anterior. Reconheceram, ainda, concheiros no Paúl do Duque, onde recolheram micrólitos trapezoidais e triangulares talhados em sílex, assim como lascas de quartzito, remetendo a fauna malacológica para um especialista na matéria, ao mesmo tempo que o crânio analisado pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, dirigido por A. A. Mendes Correia, apresentava caracteres “[...] perfeitamente idênticos aos do homem Afer Taganus de Muge.” (Sessão de 14/02/1946), ou seja, predominantemente dolicocefalo, pertencente à variante local do tipo físico do “homem africano”, contemporâneo do *proto-braquimorfo* de Muge. Uma ilação relevante por afastá-lo do Neanderthal (CORREIA, 1927, p. 175), como acentuou M. Heleno, na sua oposição inflamada ao *Homo Afer Taganus* de A. A. Mendes Correia, ao insistir em descender a actual população portuguesa do tipo neolítico de *Baumes-Chaudes* (CORREIA, 1927, p. 216) (=tipo central europeu), do qual derivava o tipo mediterrâneo ou ibero-insular (CORREIA, 1919, p. 93). Pois, “O neolítico assistiria, entre nós, à colisão e, por vezes, à fusão, dos elementos étnicos vindos da bacia do Mediterrâneo e da África com vários elementos, uns, sobreviventes do paleolítico espanhol, outros, o maior numero, recém chegados da Gália e talvez representantes do tipo de Baumes-Chaudes, o padrão racial do português contemporâneo” (CORREIA, 1918, p. 240).

¹³ Uma expressão quase a relembrar a ênfase com a qual J. Cabré anunciou a M. Gómez-Moreno, relativamente ao espólio da sepultura da necrópole de Toya, de que *nada es romano* (CABRÉ *apud* GONZÁLEZ REYERO, 2002, p. 64).

deixariam de protestar contra aquela hipótese, tão pouco lisonjeira para eles, se estas questões fossem acessíveis ao vulgo. *O H. Neanderthalensis, uma espécie arcaica e extinta*, diversa até dos australianos e das actuaes populações inferiores do globo, *um hominídeo semi-bestial, de celebração reduzida e estagnada – a acotovelar-se conosco, aqui no norte de Portugal, em plena Europa, em pleno seculo XX, talvez usufruindo todos os direitos civís e políticos!...* (CORREIA, 1918a, p. 238. Nossos itálicos).

Ainda que M. Heleno remetesse para o início do Paleolítico Superior as raízes da etnogenia portuguesa, fruto da acção do *Homo sapiens sapiens*, como demonstrariam as correspondentes manifestações artísticas, tal convicção não respondia a todas as questões que levantara.

Com efeito “Donde vieram estes novos povos? Como se escalonaram? Qual a sua importância para o estudo das nossas origens?” (HELENO, 1956b, p. 234).

No conjunto, estas interrogações demonstravam a persistência da sua posição referente à sua origem – conquanto “europeia” –, como definiam os sítios solutrenses escavados entre nós, a cujo espólio, confirmaria, na persuasão de M. Heleno, e contrariamente à tese do pré-historiador catalão Francisco Jordá Cerdá (1914-2004), a inexistência de dois solutrenses, de *facies* cantábrico e ibérico. Pelo contrário, defendia a originalidade do solutrense português em resultado da fusão de elementos franceses e ibéricos, longe, por conseguinte, do “espectro” africano.

De outro modo, como implementar a pretensão de A. A. Mendes Correia de colocar, como sucedia nas principais potências europeias, a Antropologia e, (quase) por junção, a Arqueologia ao serviço de propósitos políticos mais abrangentes, introduzindo-a nos *curricula* universitários, expressão última da sua institucionalização definitiva e da sua equiparação à História da Arte: «Nem outra coisa seria para desejar, tratando-se dum país em que é necessário manter em vigília a consciência nacional, alimentando as suas raízes mais profundas, e em que há a defender e valorizar um vasto domínio colonial, sede das mais diversas raças.» (CORREIA, 1933, p. 5). Rejeitava, todavia, a sua utilização pan-germânica ou a *pluralidade das origens humanas* – por oposição à monogenia – defendida pelos escravagistas e do agrado evolucionista cultural, apesar do terreno conquistado pelo etnocentrismo, diversidade e relativismo cultural de Franz Boas (1858-1942). Substanciara, em todo o caso, o entendimento de M. Heleno quanto à antiguidade da etnogenia portuguesa (PEREIRA, 2001, p. 53), indo além de quaisquer pretensões portuguesas:

O povo português é o de menor índice cefálico médio na Europa, facto êsse que atesta *antiguidade e relativa pureza étnica*¹⁴. As diferenças de médias provinciais ou distritais em vários caracteres não são tão elevadas como noutros países, o que atesta maior homogeneidade. Enfim, a *Antropologia cultural ante-histórica reconhece a existência dum foco atlântico, português ou galaico-português*, de cultura nos tempos pré-históricos, *foco independente do mundo mediterrâneo, original, criador, expansivo, reconhecível, por exemplo, na civilização megalítica portuguesa*, e ao qual porventura está ligada a aparição dos mais remotos espécimes duma das mais antigas escritas, a *escrita que chamei proto-ibérica*. [...] considerar-se-ia sem hesitação, contra um arreigado preconceito erudito, uma invenção *anterior ao alfabeto fenício*, ao qual teimosamente se tem pretendido atribuir a ascendência de todos os alfabetos antigos e modernos...¹⁵ Assim, [...] a verdadeira Antropologia portuguesa fornece, como a vontade colectiva, *um*

¹⁴ “[...] o baixo índice cefálico português, a relativa homogeneidade da população actual do país e alguma analogia de elementos preponderantes nesta e na população neo-eneolítica, permitem presumir uma certa continuidade racial dos tempos pré-históricos até hoje, a despeito de sucessivas penetrações e infiltrações de sangue estranho desde essa data remota até ao presente.” (CORREIA, 1933, p. 33).

¹⁵ “Com efeito, as varias esculturas e insculpturas de evidente simbolismo, anteriormente descriptas, significam idéas, como proprios hieroglyphos de uma lingoagem cultural. Era, pois, de natural comprehensão, que succedanea escripta ideographica se prestasse á lingoagem de uso corrente para inventario de factos e coisas de comezinha importancia, o que sempre foi natural e proprio do homem, nas phases consecutivas da sua vida e nos seus diversos grupos ethnicos. Entrementes, assim não se vê precisamente como que não representam directamente as proprias coisas ou respectivos elementos graphicos de contorno, mas provavelmente simbolisam em seus componentes phoneticos as palavras que significam essas coisas. Este acontecimento por completo revoluciona os preceitos estabelecidos como de boa sciencia.” (SEVERO, 1905-1908, p. 741). Mais. R. Severo concordaria com o pré-historiador francês Édouard Piette (1827-1906), ao referir “[...] como a tradição nos conserva a lembrança de uma civilização muito antiga na Peninsula Iberica, e pretende concluir

dos seguros alicerces da unidade e consciência nacionais. [...] ela está destinada a prestar ainda altos serviços na mais nobre e patriótica das tarefas: o melhoramento dos Portugueses de corpo e alma (CORREIA, 1933, p. 40-42. Nossos itálicos). *Em todos nós existe* – e deve ser mantida e avivada – *uma centelha da sagrada chama que é a própria alma da grei.* Em todos nós há a preservar e a fortalecer uma parcela anímica do Portugal de todos os tempos; *cada português representa um instante dessa luminosa e abençoada eternidade que é a Pátria* (CORREIA, 1944, p. 160. Nossos itálicos).

Discordaria, porém, de M. Heleno quanto à inexistência de influência africana, entendendo o *vasto domínio colonial* como *sede das mais diversas raças* (*vide supra*). Perspectivaria, por conseguinte, a legitimação imperial portuguesa baseada no *luso-tropicalismo* (ALEXANDRE, 1999, p. 391-394), a particularidade do povo português – por contraste aos tropicalismos norte-europeus –, mesmo que o *Estado Novo* obviasse a valência da miscigenação. O que não impedia A. A. Mendes Correia de defender a predominância dolicocefálica da população portuguesa, embora sem – facto essencial – afinidades hemáticas com os negros africanos,

E, no entanto, *não falta ainda, nalguns países cultos, quem pretenda que o povo português é um povo de pretos ou mulatos*, ou que, pelo menos nele existe uma forte influência das raças negras africanas (digo “raças negras” e não simplesmente “raças africanas” porque há raças africanas que não são negras, como os brancos da África do Norte). [...]: «Portugal possui, como a Espanha, uma população de tipo acentuadamente ocidental (Günther chama assim à raça mediterrânea ou ibero-insular doutros autores). *O sangue oriental mal se descortina. O nórdico existe em fraca proporção*, e apenas nas cidades do litoral. *Pelo contrário, parece separar etnicamente os Portugueses e Espanhóis ocidentais uma influência forte de sangue de negros*, já reconhecível em Espanha... (CORREIA, 1933, p. 36-38. Nossos itálicos).

Na verdade, era um dos temas mais entusiasmantes produzidos pela (ainda) escassa comunidade arqueológica nacional, ao qual não ficou indiferente o poder político. De contrário, como entender que, no quadro das comemorações centenárias de 1940, se realizasse um congresso de Pré e Proto-história portuguesa, a primeira das assembleias organizadas no âmbito do Congresso do Mundo Português? (CORREIA, 1944, p. 146). Uma interrogação especialmente pertinente perante a convicção de que o povo português era resguardado pela *Providência* e deveria ser amparado institucionalmente, “[...] mas sem cair nos absurdos e reprováveis excessos neo-maltusianistas e nos radicalismos eugénicos [...]” (CORREIA, 1944, 149)¹⁶?

que os Phenícios teriam tomado no arredado mundo ocidental os mais comuns d’estes signaes graphicos, que melhor se accomodavam á sua escripta commercial, os quaes mudariam de valor e significação em suas mãos, transformando-se em verdadeiros caractéres alphabeticos.” (SEVERO, 1905-1908, p. 742). “Ora, se de facto os phenícios não vieram conhecer ao Occidente europeu os velhos caractéres alphabeticos, pois que semelhantemente fora de uso por outras terras orientaes da bacia do Mediterraneo, é certo, porém, que n’uma era prehistorica, em conformidade com a mais grosseira chronologia, isto é, muito antes da epocha attribuida ao invento phenicio, existiram por esta região do velho mundo signaes lineares representando uma determinada lingoagem escripta.” (SEVERO, 1905-1908, p. 744).

¹⁶ Se dúvidas houvesse acerca da simbiose cultivada entre ciência e política, as seguintes palavras de A. A. Mendes Correia no discurso inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População realizado no Porto no âmbito das comemorações centenárias de 1940 afastá-las-iam: “Não é exacto o que sôbre a pretensa decadência de Portugal afirma Henri Decugis no seu livro *Le Destin des Races Blanches*. Essa decadência seria devida, segundo aquêl autor, à infecundidade das familias dirigentes, à pululação de elementos inferiores, a um abastardamento da raça pelo mestiçamento intenso com gente de côr, ao abaixamento do nivel intelectual da população, à escassez dos individuos de escol, que de há três séculos a esta parte quasi não permitira a Portugal participar no prodigioso movimento intelectual da Europa. [...] a simples realização dêste Congresso é um protesto contra a asserção dos que nos dizem decadentes, na mais lamentável ignorância do nosso brilhante movimento intelectual do século XVIII, da nossa acção no Brasil colonial, dos nossos modestos esforços para a valorização das colónias, do labor de alguns dos nossos institutos científicos, do verdadeiro milagre de ressurgimento, operado sob a direcção firme e esclarecida de Salazar.” (CORREIA, 1944, p. 150-151). O que não o impedia de sublinhar que “É intuitivo que, quanto mais intenso e variado fôr o mestiçamento e mais activa a interferência social e política dos mestiços na vida portuguesa, mais rápida e fortemente se desfigurará a fisionomia tradicional da Pátria e irá desaparecendo o que de mais nobre e próprio existe no valor português. Seria a dissolução do Portugal multissecular, o fim de uma cadeia vital ininterrupta e gloriosa.” (CORREIA, 1944, p. 194).

Apesar de considerar que os estudos realizados entre nós sobre o Quaternário substanciariam a cronologia de H. Obermaier (*vide supra*), com quem partilhava o cepticismo relativo à existência do “Homem Terciário”¹⁷, E. Jalhay defendia uma revisão dos estudos estratigráficos, designadamente das grutas das Fontainhas, Furninha, e Cesareda – nas duas últimas das quais assinalou, pela primeira vez entre nós, materiais atribuíveis ao Paleolítico superior –, a exemplo do que ocorria nos arredores madrilenos. Pois, “Só assim, acrescentou, será possível determinar com mais fundamento se a cronologia estabelecida para o paleolítico do Norte da Europa pode também ser aplicada, ao menos em parte, ao paleolítico da Península.” (CORREIA, 1924b, p. 31).

Adoptava-se, assim, o desenvolvimento cultural dissonante, como diferentes e anacrónicos eram os caminhos percorridos pelos países europeus na contemporaneidade, pois “Fantasiou-se demasiado, na suposição da universalidade duma curva contínua e ascendente de progresso.” (CORREIA, 1944, p. 214).

3.3 – O Calcolítico e o campaniforme

Nem uma palavra, contudo, sobre a necessidade de ir mais além, para lá dos artefactos e entender as razões das variações observadas no registo arqueológico como decorrentes de uma simples resposta a um estímulo, a um domínio, enfim, do ecossistema em que as comunidades, suas fazedoras e utilizadoras, se inseriam, tal como sucedia com o indivíduo na actualidade. Pois “Herdaram-se tendências, mas a educação e o ambiente, a acção indutora do exterior completam a formação individual.” (CORREIA, 1933, p. 83). Complementam, mas não decisivamente, pois “[...] ecoam ainda as palavras célebres de Hegel, quando êste pedia que não lhe falassem do céu da Grécia para explicar a velha civilização helénica, pois o mesmo céu cobriu os Gregos antigos e os Turcos e Gregos modernos.” (CORREIA, 1944, p. 22). Preferia, deste modo, a “[...] coexistência de factores biológicos e físico-sociais, de factores hereditários e mesológicos, na vida dos povos [...].” (CORREIA, 1944, p. 22-23), pois, “Se o meio fosse onnipotente, não haveria tipos físicos estáveis. A hereditariedade é o mais forte princípio vital.” (CORREIA, 1919, p. 28).

Tal não invalidava que E. Jalhay considerasse que os exemplares de cerâmica campaniforme recolhidos nas «Grutas de Alapraia» derivassem de um roteiro da *cultura do vaso campaniforme* introduzido por via marítima no actual território português, “[...] directamente da Andaluzia para a foz do Tejo e foz do Sado.” (Acta n.º 155, 02/07/1935), reiterando a cerâmica como *fóssil director*, por excelência, da abordagem histórico-cultural.

Manteve e aprofundou esta convicção passados sete anos, inspirando-se nos resultados das sucessivas campanhas de VNSP, traduzindo-a em *A Civilização – designação sugestiva dos pressupostos inerentes – Neo-Eneolítica Portuguesa: sua expansão e roteiros* (Acta n.º 231, 30/01/1942). Uma existência confirmada no conjunto de exemplares encontrados no número crescente de arqueossítios identificados na foz do Tejo e ao longo das suas margens, à medida que se caminhava para montante.

Não obstante, havia “Um ponto a elucidar é o das possíveis infiltrações africanas, isto é, se o vaso campaniforme não veio de África.” (Sessão de 13/07/1944). Era como se as principais mutações observadas no registo arqueológico das estações portuguesas continuassem a ser interpretadas como oriundas, não de circunstâncias internas das comunidades preexistentes, mas de uma influência estranha que, no caso do actual território nacional, tendia a ser (quase) sempre associado ao Norte de África, mesmo que não ao negro.

¹⁷ “Até agora nem sequer em terrenos do plioceno, que é a última fase do terciário, se encontrou o mínimo vestígio de ossada humana. Só por meio dos eólitos também se não prova a sua existência; outra coisa seria se com êles se tivessem achado restos de cozinha ou ossadas humanas, porque sem isso a origem dos eólitos pode muito bem explicar-se por meio de forças dinâmico-geológicas.” (JALHAY, 1921, p. 257).

Era, todavia, uma situação algo similar à que suscitara a polémica quanto ao Epipaleolítico e/ou Mesolítico “português”, por se tratar de um período transitório, protagonizado, neste caso, pelo Bronze. Tal como sucedera com os mapas produzidos por M. Afonso do Paço para o Paleolítico e Mesolítico (*vide supra*), E. Jalhay apresentou (1946) uma *carta* com os sítios portugueses com testemunhos similares à alabarda de sílex recentemente descoberta no Penhascoso (Mação). Por si só, este facto demonstraria a mesma procedência, “[...] como parece deduzir-se da identidade de tipo, das dimensões, da pátina e até do material de que são fabricadas.” (Sessão de 14/02/1946), numa altura em que,

Na arqueologia [...] obtêm-se consideráveis progressos nos métodos de investigação, na estratigrafia, no exame dos sinais intrínsecos de antiguidade, na identificação das madeiras pelos caracteres das cinzas, no estudo dos pólenes, na aplicação da genética à determinação da origem das plantas cultivadas, na paleopatologia, nas relações da geografia física com a pré-história (CORREIA, 1944, p. 34)

Volvida mais de uma década, e dissertando sobre a Arqueologia sesimbrense, Eduardo J. M. da Cunha Serrão (1906-1991) equacionou a possibilidade de fenómenos pré-históricos e proto-históricos do actual território português por fazerem manifestações recuadas da *individualidade portuguesa*. Destacou, por conseguinte, e a par da expansão atlântica da *cultura dolménica* – avançada por outros estudiosos (*vide supra*) –, a disseminação da *cultura do vaso campaniforme*, interligando-as às descobertas quinhentistas, como se de três faces constitutivas de uma especificidade nacional se tratassem (Acta n.º 117, 20/10/1960). Até porque, no ano em que prepara a carta paleolítica e epipaleolítica do país, M. Afonso do Paço sublinhava “Trabalha[r]mos hoje afincadamente no ressurgimento do Império, a tuba da fama esforça-se por mostrar ao mundo a nossa actividade colonizadora.” (PAÇO, 1934, p. 4).

Era o que indicavam a E. da Cunha Serrão os materiais recolhidos na península de Sesimbra, com o apoio de A. A. Mendes Correia, na qualidade de presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP), instância de contra-poder ao Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos e Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, de M. Heleno (FABIÃO, 1999, p. 125). Uma colaboração que contemplava também os poderes locais, nas figuras do presidente autárquico – acrescentando, assim, a valência arqueológica à arquitectónica dos seus monumentos medievais e modernos (“A vila de Sesimbra foi visitada pelos representantes da imprensa”, 1934, p. 8) –, do eng.º José Brás Roquete e de Manuel José Palmeirim, numa conjugação de esforços e interesses traduzida no Museu Arqueológico Municipal.

Quanto à cerâmica campaniforme, E. da Cunha Serrão frisava a relevância da baía de Sesimbra na aceitação e divulgação de “[...] um estilo cerâmico raro na Península Ibérica que se supõe ser tartésica e inspirado em tipos cerâmicos fenícios [...]” (Acta n.º 117, 20/10/1960.), “[...] na época em que os povos comerciantes e navegadores do Mediterrâneo ocidental e oriental percorriam, ao longo da costa hoje portuguesa, o afamado caminho marítimo do estanho [...]” (Acta n.º 117, 20/10/1960), em busca de matérias primas essenciais ao desenvolvimento dos seus intercâmbios. Rasgava-se, deste modo, uma nova visão do passado centrada no desenvolvimento económico das suas múltiplas comunidades, tal como ocorrera ao longo de toda a História ocidental. Além disso, parece-nos sintomático que esta abordagem assomasse um pouco em contraposição à ideia de que a cerâmica campaniforme representaria a “grande cultura hispânica” – embora E. da Cunha Serrão a considerasse tartésica, expressando a capacidade, vocação e missão imperialista espanhola. Uma deputação revista por arqueólogos portugueses, embora relativamente aos dolmens (*vide infra*).

Neste sentido, o estudo do povoado pré-histórico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) integrar-se-ia na ideia concebida e divulgada ainda em finais de oitocentos quanto a uma “idade de ouro” da pré-historicidade portuguesa protagonizada pelo Calcolítico, decorrente de uma comunhão entre o substrato indígena e elementos do mediterrâneo oriental. Enquanto isso, as suas escavações eram avaliadas por J. M. Santa-Olalla como símbolo maior do modo como a civilização peninsular – no seu todo – trouxera a metalurgia ao continente europeu, (re)apropriando-se de uma

realidade encontrada em solo português (CARVALHO, 1989, p. 105). Encontrara-se, assim, o último argumento da política colonial (LEITE, 1999, p. 352-361) – e de missionação – do *Estado Novo*, ratificando-se a obrigatoriedade de estender a sua civilização às comunidades (pretensamente) menos desenvolvidas, equiparando-se este momento da História portuguesa ao das Descobertas quinhentistas (LILLIOS, 1995, p. 57-69). Na verdade, não seria casual que fossem M. Afonso do Paço e E. Jalhay a investigar Vila Nova de São Pedro, para mais membros da recém formada (1936), por A. de Oliveira Salazar (1889-1970), Academia Portuguesa da História (VICENTE, 1999a, p. 23-24), num período particularmente favorável ao investimento cultural proporcionado por uma certa estabilidade económica interna, em cujos desígnios se traçava o compromisso de reconstituir criticamente o passado através do enriquecimento documental dos direitos inalienáveis de Portugal sobre o seu território europeu e domínios ultramarinos.

A questão não se resumia a este aspecto. Subsistiam dúvidas quanto à interpretação de artefactos que acompanhariam este tipo cerâmico nas mesmas estações, eventualmente decorrentes de um primitivo culto *Eneolítico* exógeno.

Esta questão tornara-se recorrente na comunidade arqueológica nacional e, por conexão, da Secção de Arqueologia Pré-histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, como sucedera a propósito das escavações de Vila Nova de São Pedro, ao recolher-se um exemplar de trigo aparentado ao moderno *triticum aphaersocum*, cuja origem se intentava remeter – como Vanilou e J. M. de Santa-Olalla – para o Sudoeste asiático, de onde derivara, “[...] seguindo a via danubiana, para a Suíça, Liguria e Península Ibérica, onde já apareceu na estação de Almizaraque, estudada por Siret e Leisner.” (Sessão de 07/03/1950).

Paulatinamente, o *funcionalismo* introduzia-se na Arqueologia portuguesa, conquanto episodicamente, apreendendo-se o olhar de V. G. Childe sobre o percurso centro-europeu da «Revolução Neolítica». Tentava-se reconstituir, em todo o caso, o *modus vivendi* das comunidades sobreviventes em ecossistemas específicos, canalizando energias derramadas em organização económica, política, social e mágico-religiosa, perfazendo um sistema fundamental à autoreprodução explanado por J. Grahame D. Clark em *Archaeology and Society* (1939) (CARDOSO, 1999, p. 147)¹⁸.

A ilação de Vanilou e J. M. de Santa-Olalla secundarizaria, no entanto, o canal levantino e norte africano de aproximação à Península Ibérica, num momento em que a *Prehistoric Europe: The Economic Basis* (1952), de J. Grahame D. Clark, ignorava, nas palavras de M. Afonso do Paço, a “[...] arqueologia portuguesa, chegando-se mesmo a pôr em dúvida os achados de milho painço da estação eneolítica de Pepim (Amarante), estudados pela Universidade do Porto.” (Sessão de 24/04/1952). O que seria tanto mais grave quanto teria revisto a bibliografia e coleções arqueológicas europeias para delas retirar os dados necessários ao entendimento do seu crescimento económico entre o fim das glaciações e período histórico (TRIGGER, 1992, p. 252). Antes de mais, esta ausência traduzia a escassez de divulgação, no estrangeiro, das investigações arqueológicas portuguesas, fazendo-se representar episodicamente nos principais encontros científicos, rareando a produção bibliográfica noutras línguas que não a portuguesa e a castelhana, às quais se somava, por vezes, a francesa. J. Grahame D. Clark dificilmente acederia, por conseguinte, ao conteúdo das nossas principais publicações arqueológicas. É certo que tal não impedia que recorresse a expedientes para conhecer o seu teor. Mas talvez o vazio relativo ao actual território português na sua obra reflectisse o entendimento dos principais nomes da Arqueologia mundial sobre o desenvolvimento genérico das comunidades pré e proto-históricas identificadas entre nós até então, manifestando um decandentismo coadunado à imagem do Portugal contemporâneo, supostamente justificada nessas raízes tão remotas quanto apartadas dos principais eixos culturais do continente europeu.

¹⁸ Não fora, porém, a primeira vez que a atenção nacional se concentrara em argumentos arqueobotânicos e arqueozoológicos. Embora por histórico-cronológicas, A. A. Mendes Correia invocara, no início dos anos 30, a frequência crescente de *Mytilus edulis* em concheiros asturianos – bem como no Cabeço da Arruda, contrariamente ao que sucedia no Cabeço da Amoreira, para sustentar a anterioridade destes.

Formava, porém, um vazio incómodo para uma comunidade científica empenhada em descortinar o seu passado mais remoto, baseando-se, justamente, nas linhas teóricas preponderantes à época, a maioria das quais germinada em universidades britânicas sob influência de estudos antropológicos norte-americanos e ingleses, designadamente por Edward Evan Evans-Pritchard (1902-1973), numa reacção à abordagem a-histórica – porquanto mecanicista e redutoramente determinista – dos seus predecessores mais próximos, Bronislaw Malinowski e A. R. Radcliffe-Brown.

Até porque a obra de J. Grahame D. Clark se transformara rapidamente num modelo de trabalho, principalmente por considerar a reciprocidade da relação entre cultura e meio ambiente, aplicando o conceito ecossistémico do botânico britânico Arthur George Tansley (1871-1955), à luz do qual todos os processos se constituem pela junção de múltiplas vertentes em nome da sua perenidade, como de um mecanismo autoregulador e homeostático se tratasse. Assim sendo, as alterações observadas no registo cultural equivaleriam a uma resposta da comunidade às mutações ambientais proporcionadoras de flutuações populacionais, a par de inovações tecnológicas e de contactos culturais, incentivando-se um olhar “para dentro” de cada agrupamento humano. A recolha de gramíneas em VNSP (*vide supra*) indicaria o ascendente de J. Grahame D. Clark na comunidade arqueológica portuguesa, embora não conduzisse à instauração de uma interdisciplinaridade e desenvolvimento de uma escola paleoeconómica, como sucedeu em terras britânicas.

Era, no entanto, sintomático que uma tentativa inicial de encontrar em solo português artefactos análogos aos identificados em regiões espanholas se metamorfoseasse em recolha *da* anterioridade pré-histórica nacional(ista). Uma necessidade despontada no final dos anos 30, quando, tal como L. Pericot, M. Afonso do Paço atribuiu “[...] às estações asturienses galaico-portuguesas uma antiguidade maior que às das Astúrias.” (Acta n.º 54, 16/05/1929). Ainda que inconscientemente, configuraria à zona uma realidade político-cultural homogénea desde a pré-historicidade. Um processo de algum modo semelhante à vinculação da Arqueologia oitocentista asturiana à doutrina regionalista – *Asturianismo* – reconhecida pela nova classe média, na tentativa de configurar uma identidade cultural própria materializada (1844) na *Comisión Provincial de Monumentos de Oviedo* – conquanto no quadro genérico espanhol –, razão do enaltecimento de elementos míticos fundadores como o *Covadongismo* (MARÍN SUÁREZ, 2004, p. 77-80). Entretanto, a ideia de M. Afonso do Paço subjacera ao íntimo das zonas raianas portuguesas e à mente dos incentivadores da proximidade galega e minhota¹⁹, insolvida “[...] se não quando se encontrarem estações com estratigrafia e onde apareçam *in situ* os «picos» asturienses.” (FONTES, 1932, p. 19).

A *Sociedad Pro-Monte Santa Tecla* fora autorizada (1914) pelo Ministério da Instrução Pública (MIP) a investigar e a fundar um museu a instalar provisoriamente em residência alugada. Uma situação que perigaria a integridade dos artefactos escavados, sobretudo se desacompanhados dos equipamentos que acautelassem a sua valorização permanente. Haveria, por isso, quie atribuir-lhe um novo *valor* – além do de *antiguidade* –, dessa feita turístico, a integrar no *contemporâneo*, transformando um *monumento morto* em *monumento vivo*. Como reconhecia E. Jalhay, era difícil apartar esta evidência, a exemplo de experiências extra-peninsulares. Bastaria pensar no que sucedia em *Conimbriga* para apreendê-la:

O passeio de quinze kilometros a Condeixa-a-Velha despertaria uma tentadora e constante curiosidade, se os arredores de Coimbra não fossem tam abundantes de formosos atractivos e paisagens incomparaveis. Assim, só os raros contemplativos de evocações archeologicas de longe em longe visitam este melancholico cemiterio d'uma civilisação passada (“Excavações nas ruínas de Conimbriga”, 1927, p. 359)

¹⁹ Não seriam os primeiros investigadores a utilizar vestígios arqueológicos para confirmar uma realidade político-sócio-cultural sobrevivente ao devir dos tempos, pois, no século XIX, F. Martins Sarmiento tomara uma iniciativa congénere, ainda que não assumida de modo oficial e pleno (MARTINS, 2008).

E. Jalhay sabia do que falava. Recebia com regularidade notícias de actividades na citânia de Santa Tecla, cuja planta seria levantada em breve por um engenheiro estatal, expressamente deslocado de Madrid para o efeito, numa prova do *valor* conferido pelo país aos assuntos arqueológicos, dotando a sua escavação de uma verba anual de 5.000 pesetas. Entretanto, as investigações revelavam materiais que a aproximariam de outras realidades ibéricas, designadamente portuguesas. Em concreto, um elemento cilíndrico julgado inexistente a Norte do Mondego, a par de fíbulas e contas policromas – aparentadas às recolhidas por S. F. M. Estácio da Veiga – expostas no museu de Santa Tecla inventariado por J. Cabré, “[...] o que constitui um preciso livro sobre a nossa protohistória, e diz [E. Jalhay] “nossa” porque Santa Tecla pode considerar-se nossa, sob o ponto de vista científico.” (Sessão de 15/11/1930)²⁰ pela proximidade geográfica que mantinha com exemplares castrejos minhotos.

Além disso, emoldurava-se com perfeição na estratégia traçada pelo *Seminário de Estudos Galegos* (*vide supra*) de valorizar, conjuntamente ao Paleolítico, a Proto-historicidade galega, por oposição à presença romana, conotada à perda de um substrato cultural pretendidamente endógeno e, acima de tudo, à assolação da sua indentidade pela proximidade então forçada ao restante território peninsular (FERNÁNDEZ, 1997, p. 460). Era, sem dúvida, um processo similar ao catalão, onde a *Renaixença* motivava o conhecimento da herança celtibérica, investigando-se Numância, frequentemente associada a comemorações nacionais(istas)/regionais(istas) e empregada como símbolo, por excelência, da unidade catalã. Até porque, tal como Massada (Israel), se particularizara pela imolação perante o exército romano (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 123). O poder madrileno elevava-a, porém, como alegoria da coesão que a Regeneração borbónica pretendia hastear no palco europeu, antes de os arqueólogos alemães, subvencionados pelo *Kaiser*, escavarem no local, por intermédio de A. Schulten (ALMELA BOIX, 2004, p. 263), perspectivando o resgate de um pedaço da longa memória do substrato celta do qual se hasteavam herdeiros, ao mesmo tempo que denunciavam a inferioridade cultural dos grupos remanescentes em solo peninsular. Uma crença que, nos círculos políticos germânicos, significaria a oportunidade – quase única – de realizarem o seu propósito científico até que o Estado espanhol o controlou por completo, adquirindo os terrenos que albergavam as ruínas, financiando anualmente as investigações e formando uma comissão específica de trabalho (JIMENO & TORRE, 1997, p. 471-483). Não só. As inquirições bascas centralizavam-se na comprovação da incursão celta – assim como a Galiza demandava a presença de elementos celtas e suevos que pretendiam seus antepassados (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 126) –, a única a igualar a sua proto-historicidade à da Espanha setentrional, contrariamente ao que ventilava P. Bosch-Gimpera (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 99).

3.4 – Em torno do megalitismo

O cilindro exumado em Sta. Tecla (*vide supra*), recordaria os recolhidos em Monte Abraão, em especial por não apresentar qualquer gravação na superfície, conquanto tivesse sido encontrado no povoado de Sta. Tecla um exemplar gravado, “[...] um idolo, como o de Cintra, com olhos e dois semi-círculos, cilindros que, parece, se estenderam, então, até à Galiza.” (Sessão de 25/11/1930.), uma figuração comparada por J. Fontes às gravações das *placas de louza*, referindo não existir “[...] razão para não supor que é a mesma ideia representando um idolo pré-histórico.” (Sessão de 25/11/1930.).

Era uma conclusão arrojada quando, neste mesmo ano (1930), F. Alves Pereira apresentara, em comunicação proferida sobre o espólio recolhido numa anta que explorara em Idanha, desenhos de umas “[...] peças de pedra, achatadas, triangulares, de chisto do cambrico local, que parecem pedras votivas, visto a natureza da rocha

²⁰ “Ultimamente foi ali encontrada uma cabeça ou ponta de um torques de ouro, com ornamentação igual á dos nossos, mas tão delicada que, segundo Cabré, é a melhor peça do genero encontrada até hoje em toda a Europa.” (Sessão de 15/11/1930).

não permitir qualquer aplicação útil.” (Sessão de 15/05/1930), aludindo a outras peças revestidas, no seu entender, de igual carácter simbólico, como machados/simulacros. Perante a sua pluralidade, E. Jalhay considerava dever-se atender sempre às *placas triangulares*, até por estabelecerem um diferencial do megalitismo identificado no actual território português – derivado, segundo P. Bosch-Gimpera, de um grupo capsense (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. CVIII)²¹ – e, por conexão, do espaço mágico-religioso neolítico, mais fértil e multifacetado do que o correspondente quadrante cronológico-cultural do Ocidente europeu. Também por isso, noticiou entusiasticamente a descoberta, em Santa Tecla, de uma estela funerária insculpida com a representação de um báculo e de um machado de cobre, de configuração triangular, de marcado intuito cultural (Acta n.º 6. 14/06/1934). Ademais, a configuração triangular do machado coadunar-se-ia à teoria do engenheiro e arqueólogo belga, autor de relevantes campanhas arqueológicas espanholas e do referencial *Les premiers âges du métal dans le sud-est de l’Espagne* (1887), do arqueólogo belga Louis Siret (1869-1934) (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 235-242), quanto às formas ondulatórias como elemento masculino, por oposição ao feminino traduzido no triangular, como observado em gravuras e pinturas de *povos selvagens*, reforçando – nas palavras de J. Fontes – um possível *culto do machado* no castro de S.ta Tecla (Acta n.º 8. 18/12/1934).

O sucesso destas temáticas suscitou o maior interesse da Associação dos Arqueólogos Portugueses, aguardando-se o resultado de outras campanhas, enquanto E. Jalhay conferenciava sobre *A Arqueologia Pré-histórica no Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Ciências (Barcelona 20-27 de Maio de 1929)* (Acta n.º 59, 11/07/1929).

Este evento deveria marcar o desenvolvimento da Arqueologia portuguesa, lançando as bases da investigação proto-história peninsular (ALMELA BOIX, 2004, p. 263), especialmente quando, a par de A. A. Mendes Correia, E. Jalhay representara a AAP. Não obstante, o reconhecimento das actividades conduzidas em Portugal proviria, não das autoridades nacionais, mas de espanholas, nomeadamente na figura de P. Bosch-Gimpera ao atribuir a A. A. Mendes Correia, da Universidade do Porto, e a Virgílio Correia, da Universidade de Coimbra, a presidência de várias sessões, a reiterar a necessidade, enunciada anos antes, de colaboração permanente entre as duas comunidades científicas²².

Com efeito, o discurso inaugural da sexta secção fora confiado a A. A. Mendes Correia, dedicando-o a «O problema da cronologia das mais antigas inscrições do noroeste peninsular» (Acta n.º 59, 11/07/1929), convicto da presença de *alfabetiformes* em artefactos magdalenenses e em paredes de grutas paleolíticas, sendo que «Algumas das gravuras da arte rupestre do N.O. peninsular poderão talvez ser tidas por verdadeiros caracteres alfabéticos.» (Acta n.º 59, 11/07/1929). Um assunto que transcorreu a sua vida de investigador (*vide supra*), procurando, quase incompreensivelmente, testemunhos de uma cultura portuguesa ancorada no passado mais remoto, contrariando enunciados espanhóis, designadamente da escola catalã. Como a temática dolménica não se esgotara no seio europeu, discutindo-se a sua origem geográfico-cultural, V. Correia vislumbrava de igual modo uma escrita nos signos gravados nalguns exemplares, mormente de Alvão (Trás-os-Montes) e Parada (Pontevedra), assim como em artefactos móveis (Acta n.º 59, 11/07/1929), substanciando uma comunhão pré e proto-histórica entre as regiões galega, minhota e – agora também – transmontana. E não se encontravam sós nesta abordagem. R. Severo identificava em dolmenes transmontanos, juntamente com registos numéricos de *coisas e factos* – ou *pedras de contar* – em lajes com ‘fossetes’, caracteres alfabéticos, nos quais

²¹ Interessante que este mesmo investigador entendesse a *cultura portuguesa*, procedente da Estremadura, como o âmago de desaparecimento da cultura do vaso campaniforme do Baixo Guadalquivir, alcançando Almería, onde deram lugar à cultura de *Los Millares* (contrariamente à abordagem orientalista dos irmãos Siret, por exemplo), até que *El Argar* (entendida pelos mesmos irmãos Siret como derivada de uma invasão céltica centroeuropeia) exerceria o processo inverso (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. CVIII-CXI).

²² “[...] vantagem particular do Congresso do Pôrto e foi a união e estreitamento de relações entre os cientistas portugueses e espanhóis, muita vez tão distanciados por ódios e rivalidades seculares de raça e de nacionalidade. [...]. As duas nações rivalizaram como num grande certame: cada uma apresentou os seus cientistas mais notáveis e estes, por sua vez, estadearam os seus descobrimentos científicos, nas exposições de instrumentos para o progresso das ciências e da indústria” (TAVARES, 1921, 228).

“Independentemente da fôrma e uso, claramente simbolicos, aperceber-se-hia n’esses signos ou em suas combinações um intuito ideographico, a stenographia de uma determinada lingoagem” (SEVERO, 1905-1908, p. 738).

Considerando que o espólio recolhido em monumentos megalíticos era composto essencialmente de cerâmica atribuível a um período que intitulou de *post-megalítico*, V. Correia atribuiu os sinais a uma actividade *proto-ibérica* (Acta n.º 59, 11/07/1929), com origem no actual território português. Uma dedução reforçada pela posterioridade cronológica evidenciada pela análise estrutural dos exemplares localizados em solo espanhol, quando comparados ao arcaísmo dos portugueses. V. Correia apresentou, então, um conjunto de cerca de 400 petróglifos levantados em duas estações de arte rupestre transmontana, “[...] sendo alguns inteiramente inéditos por representarem machados encabados” (Acta n.º 114, 30/06/1960). Uma ocorrência que tinha lugar no momento em que L. Pericot divulgava um motivo serpentiforme identificado num castro galego das proximidades de Mondariz (Valença), muitos anos antes (1960) de Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997) apresentar a *Arqueologia megalítica baixo-alentejana; suas relações com o Algarve e Sudeste Espanhol*, num testemunho da pertinência do assunto.

A gramática decorativa pré-histórica e – sobretudo – proto-histórica presente em suportes pétreos de povoados fortificados do Norte de Portugal agradava sobremaneira a intelectualidade nacional desde a lavra de F. Martins Sarmiento. A existência, no entanto, de “[...] uma cultura de povoações fortificadas ao sul de Portugal [...]” (Acta n.º 6, 14/06/1934), formalmente divergente da castreja compelia a uma revisão do entendimento dos povoados muralhados de altura erguidos no mesmo período, mas não no mesmo espaço. Pois o modelo histórico-cultural (cultura=povo – registo arqueológico enquanto fenómeno antropológico) demonstraria como, neste caso, os “pacotes” artefactuais encontrados sistematicamente em determinado espaço e tempo equivaleriam a uma única comunidade (ou grupo) e – o que talvez fosse mais importante – ao local da sua germinação. Ainda que inconscientemente, concentraram-se, passo a passo, no entendimento dos processos culturais, ultrapassando a barreira da descrição primária dos seus materiais (de intrinsecidade nem sempre apreendível), tentando descortinar todo um sistema (=estrutura) inerente às dinâmicas culturais, desprendendo-se da mera recolha artefactual (=antiquarismo) – conquanto oitocentos assistissem à associação entre artefactos, estratos geológicos e vestígios osteológicos –, quantas vezes de forma desconexa. Procurava-se, antes, compreender quando, porquê e como se relacionaram (=processo), inferindo, para tal, a partir dos estudos etnológicos da actualidade, e a exemplo do que propuseram entre nós José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e António Jorge Dias (1907-1973), numa preconização do “método histórico directo”, a interligação de “tipos” de cultura material (=combinação de atributos favorecidos pelos seus fazedores) a “tipos” de comportamento etnográfico.

Não estranhará, por conseguinte, que, três décadas antes, por ocasião da sua viagem a Oya, onde se identificaram gravuras rupestres, A. do Paço e E. Jalhay relembassem um penedo insculturado com uma serpente, um motivo enraizado no folclore regional, nomeadamente das vizinhanças castrejas. Um facto que, na sua opinião – e na de outros autores portugueses (GOMES, 2002, p. 146) –, confirmaria a hipótese formulada por F. López Cuevillas e F. Bouza Brey (fundador do *Seminário de Estudos Galegos*) na obra (1929) *Os Oestrimnios, os Saefes e a Ofiolatria en Galiza* (tema então em voga, considerando-se a sua procedência oriental, centro-europeia ou celta) na Galiza pré-histórica, pressupondo-se o seu alargamento ao Minho (Sessão de 13/02/1930), numa tentativa mais de acentuar as particularidades galegas no quadro peninsular (PRADO FERNÁNDEZ, 1997, p. 459).

3.5 – A proto-historicidade

Quanto aos machados de bronze, E. da Cunha Serrão retomou a temática possidoniana, interpretando a sua manufactura indígena a partir da respectiva distribuição geográfica peninsular, designadamente de tipos originais de machados de alvado com dois anéis e de talão de face plana – o denominado tipo “ibérico” ou “galaico-português”, mais adequados à identificação da *cultura castreja* radicada, segundo A. A. Mendes Correia, no substrato *eneolítico*,

contrariando, assim, a posição de P. Bosch-Gimpera sobre uma hipotética penetração cultural ibérica (que entendia de linhagem ibérica) nos castros do Noroeste português por intermediação lusitana (CORREIA, 1924a, p. 265). Assinalou, então, uma condensação de exemplares na Cantábria, Galiza, Minho, Vila Real e Estremadura, isto é, em zonas metalíferas, de cobre e principalmente de estanho (Sessão de 19/12/1963). Uma endogenia que se pretendia alargar a outros artefactos, até pelas consequências que traria a uma (re)afirmação nacional(ista), regional(ista) e local(ista), numa Europa e sobretudo numa Ibéria potenciadora de uniformização de actos a partir de um único foco original. O que, além de presumir a hierarquização cronológica de culturas cingidas pelas actuais fronteiras administrativas, pressupunha uma menor capacidade (pretensamente) transposta para a actualidade em domínios como a autonomia política e a criatividade artística, cultural e científica. Ainda que indirectamente, lidimava-se deste modo a sua subjugação – mesmo que não político-administrativa – aos desígnios imperialistas das principais potências europeias. E de entre aqueles tipos artefactuais, sobressaíam as cerâmicas *villacondenses*, para as quais,

Anciosamente se esperam melhores dados para completar o estudo d'uma unidade fítil, que *suppomos peculiar da região, e assim mais uma revelação do indigenato e da originalidade d'uma industria importante, á qual vae em moda negar autonomia e espontaneidade*. Não importa que o presente producto, de per si, não abone a superioridade da manufactura olarica; interessa em todo o caso como monumento discreto do trabalho indigena, *de livre concepção e factura independente* (FORTES, 1905-1908, p. 665. Nossos itálicos).

Residiria neste propósito a reavaliação da Necrópole do Olival do Sr. dos Mártires (Alcácer do Sal), escavada pelo fundador da AAP. Os materiais recolhidos refutariam a ideia de que o actual território português não apreendera o saber antigo por interposição fenícia, embora alguns pensadores a apoiassem à luz dos trabalhos de S. P. M. Estácio da Veiga. Mas fora justamente na sua obra que o Marquês de Jácome Correia não descortinara referências a materiais consolidadores de uma “colonização” fenícia ou, até, “[...] grega nas costas portuguesas, visto os não ter encontrado de época anterior aos romanos” (Acta n.º 60, 25/07/1929). E nada melhor do que refutar esta convicção no epicentro da escola arqueológica que a formulara. Apresentou, por isso, as fíbulas recolhidas no ‘Olival do Sr. dos Mártires’ como procedendo de uma *necropole post-hallstatica*, o momento final da última etapa de Hallstatt caracterizada por uma sociedade hierarquizada manifestada no mobiliário funerário, assim como pelo estabelecimento de centros estratégicos de produção artesanal e comercial. Uma leitura reforçada por P. Bosch-Gimpera ao relembrar a descoberta, pelo mesmo V. Correia, de um *escaravelho-amuleto* egípcio datado do século VI a. C., ou seja, do início daquela mesma etapa, quando da intensificação dos contactos entre fenícios e o mediterrâneo ocidental.

Atestava-se, deste modo, a gradual relevância política do exercício arqueológico, muito anos depois de Jacinto Bettencourt defender a origem hebraica das estelas dos (então) denominados *caracteres ibericos e celtibericos*, ou seja, da “Escrita do Sudoeste”. Viva-se um num panorama nacional particularmente interessante, em plena afirmação republicana, laicizando-se a sociedade, cujo fundo se remetia para o berço da matriz judaico-cristã da ocidentalidade europeia (Acta n.º 60. Sessão da Assembleia Geral de 31 de Maio de 1911, 1912, p. 302-304). Uma pertinência de actualidade supreendente, se recordarmos que, decerto para suplantar regionalismos do último quartel oitocentista, manuais escolares espanhóis editados pelo gabinete conservador de António Maura y Montaner (1853-1925) – e reiterados por M. Lafuente – dividiam (1910) a Península Ibérica em três grandes zonas, de acordo com as culturas supostamente predominantes em cada uma: Portugal e Galiza, pontuada pelo substrato celta conotado à barbaridade e incultura; Catalunha e restante litoral sul, representada pela presença íbera de elevada cultura, e o restante território dominado por celtíberos, um híbrido que carreara o melhor das duas primeiras essências²³. Uma proposta geográfica

²³ Uma questão que, entre outras, mereceu uma comunicação do Marquês de Cerralbo no Congresso Científico do Porto (Verão de 1921), intitulada *Singularidades celtibéricas* (TAVARES, 1921, p. 234).

de base histórico-cultural de profundas consequências políticas, nomeadamente para as relações bilaterais, ainda que, numa aparente defesa do *Iberismo* (VICENTE, 1999, p. 201-205) [na esteira do “pan-iberismo” oitocentista do historiador e arqueólogo Manuel de Góngora y Martínez (1822-1884)] – posteriormente depreciado por ser um factor de atomizar o território –, se afirmasse (1927) entre nós que,

Fica dito que *os lusitanos pertenciam ao grupo ibero ou celtibero, o que não quer dizer, que eles tivessem, ao tempo da conquista romana, grau de cultura comparável à que os iberos alcançaram a sul e sudoeste da península*, pelo VI século antes de Cristo, na escultura, na cerâmica, na fabricação de adornos, etc. *Iberismo dos lusitanos*. – Lê-se em Strabão que, *na Lusitânia, havia tribus célticas*, descendentes dos celtas das margens do Guadiana, mas não se conclua daqui que todos os lusitanos, etnicamente, estivessem nas mesmas condições (AZEVEDO, 1927, p. 92-93. Nossos itálicos).

Destes estudiosos, nenhum outro orientaria as suas investigações por um pressuposto ideológico tão notório como A. A. Mendes Correia, opondo-se, quase ortodoxalmente, ao *orientalismo* de individualidades como o sueco Oscar Montelius (1843-1921) e L. Siret (*vide supra*), conquanto ponderasse a esporádica influência levantina. Senão, que dizer da conferência proferida (1934) na AAP sobre *O Mito da Atlantida e as origens da cidade de Lisboa*, matéria que povoava há muito o imaginário europeu até que penetrou, em definitivo, no mundo científico, já na década de 50 (ELLIS, 2000)?

Analisando a cientificidade duvidosa de algumas abordagens, A. A. Mendes Correia baseou-se em textos clássicos para propor a correspondência do *Monte Sacro* a *Monsanto*, derivando *Olisipo* de *Elassipo*, “[...] transformação linguística admissível pelos processos etnológicos.” (Acta n.º 126, 07/02/1934). A verdade é que, passados seis anos, o assunto continuava a interessar consócios animados com a descoberta de materiais corroboradores das ligações hipoteticamente estabelecidas entre o extremo ocidental ibérico e as matrizes levantinas do Mediterrâneo. Uma convicção presente na comunicação realizada por E. Jalhay sobre *Relações entre a Península Ibérica, o Egipto e o Mediterrâneo oriental, durante o neo-eneolítico* (Sessão de 20/06/1940) [tal como A. García y Bellido insistira para a cultura ibérica (GONZÁLEZ REYERO, 2004, p. 82)], mesmo que, nalguns casos, por intermédio do território norte africano, pois «Essas relações foram há muito sustentadas principalmente por Siret e Montelius, e depois rebatidas, em parte, por Salomon Reinach e Bosch-Gimpera, mas os modernos pre-historiadores começam a inclinar-se para a primeira hipótese, baseados nos mais recentes descobrimentos.» (Sessão de 20/06/1940)²⁴. Era, porém, uma derivação divergente da pretendida para as origens do Paleolítico superior e, sobretudo, Epipaleolítico e/ou Mesolítico identificados entre nós (*vide supra*), por conectá-lo às antigas civilizações pré-clássicas, já não do Próximo e Médio Orientes, mas do Egipto.

²⁴ “As grutas neolíticas de Marrocos, como, por exemplo, a de Achakar, estudada pelo padre Koeler, oferecem paralelismos nitidos com as nossas da mesma época, quanto à cerâmica e indústria óssea. Os braceletes de conchas (pectuculos) da cultura egípcia predinástica e principios da dinástica aparecem em Almeria e também em Portugal. As contas minúsculas de forma achatada, tão comuns nas nossas estações da cultura de Palmela, abundam também no Egipto por volta de 3.000 anos a.C. Os fragmentos de foice dentada de sílex, semelhantes aos encontrados por Bonsor em Acebuchal (Sevilha), são decerto inspirados nas foices de sílex do Egipto, que apareceram entre nós em Alapraia e Vila Nova de S. Pedro. Os alfinetes de cabeça torneada, de tantas estações eneolíticas peninsulares, os objectos de marfim, os chifres de barro, até as cascas de ovos de avestruze de Almeria, são mais um elo de que nos une às culturas africanas da mesma época, além dos argumentos antropológicos, também muito importantes. As contas de colar aparecidas em Portugal são nitidamente egípcias, como as de calcite, se bem que Jacques de Morgan negue a sua origem oriental, em concordancia com a opinião do nosso malgrado Rui de Serpa Pinto, que supunha ser a calcite um produto do nosso paiz. Contra a sua origem oriental há realmente o argumento aceitavel de não ter deixado vestígios do seu emprego nos pontos do trajecto do presumido roteiro para o ocidente. Há porém um objecto encontrado em Vila Nova de S. Pedro que projecta muita luz sobre o assunto e confirma plenamente a hipótese das relações com a Africa: é o cutelo ou punhal de cobre, encontrado, descoberto na campanha de escavações de 1939, exactamente do mesmo género dos provenientes do Egipto, guardados no Museu do Cairo, e publicados por Morgan” (Sessão de 20/06/1940).

Além de, nas palavras de M. Heleno, ter “[...] arranc[ado] na Hispânia essa ciência da sua fase narrativa e de interpretação unilinear para abrir o seu período de compreensão cultural e etnológica e do estudo das interferências dos seus círculos culturais [...]” (HELENO, 1962, p. 309), transmutando-a de disciplina tipológica em ciência histórico-cultural, P. Bosch-Gimpera especializara-se em filologia clássica e Arqueologia no ambiente universitário e intelectual berlinense vincado pela escola de G. Kossina e seus adversários, Carl Schuchardt (1859-1943) e Erich Friedrich Schmith (1897-1964). Foi aí que bebeu o pensamento centro-europeu, reflectido nas interpretações adoptadas pela Arqueologia catalã, mais do que pela madrilena. Em especial no referente à equivalência entre cultura material e etnogénese, um pouco na esteira dos CIAAP oitocentistas e das exposições internacionais, onde os materiais arqueológicos figuravam abundantemente nas secções de “ciências antropológicas”. Mas foi também o que sucedeu em relação ao radicalismo difusionista, ou seja, ao migracionismo, mesmo que o considerasse apenas nalguns casos, mormente quando “[...] muy pronto la cultura de almería se distingue por el extraordinario desarrollo de la metalurgia, siendo ella la que propagó el conocimiento de los metales en Occidente, difundiendo el cobre y la plata” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 5-6). Sublinhara (1927), por isso, que,

Al estudio de los pueblos primitivos actuales debemos en buena parte detalles y conocimiento de la existencia de los llamados «círculos de cultura», que *permiten sacar ciertas consecuencias del parentesco íntimo de tales culturas para vislumbrar su contenido etnográfico [...] [e] cuando tenemos una serie de datos similares de la cultura y del arte que se encuentra en un territorio limitado y que se extienden luego en un sentido o en otro siguiendo la dirección y los movimientos de los pueblos que produjeron dichas culturas* y que, por lo tanto, contrastan con otras civilizaciones, entonces, evidentemente, *podemos decir que esos círculos de cultura significan y suponen la historia de un pueblo*, revelándose, a través de ellos, su personalidad (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 4-5. Nossos itálicos).

Não obstante, e talvez no seguimento dos debates sobre a origem epipaleolítica/mesolítica peninsular, P. Bosch-Gimpera radicava a cultura de Almeria no Neolítico “das cavernas” do grande Atlas e na cultura sahariana. Até porque “Tal cultura, en Africa como en España, parece representar un estrato étnico indígena derivado de los pueblos del paleolítico superior de tales territorios, y que non son otros que los que desarrollaron la cultura llamada capsense [...]” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 7). Entendia, contudo, tratar-se de uma civilização aportada do mediterrâneo, pois “Investigaciones hechas por diferentes egiptólogos há comprovado en lo más antiguo de la civilización predinástica algo que en realidad, no es más que la cultura del Sahara (El Badari, Fayum)” (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 8). Inscrevia, por conseguinte, na etnia líbio-camita (biblicamente descendente de *Cam*, filho de Noé) enraizada no Capsense, uma ideia reforçada por J. Martín Almagro Basch a partir de formulações de H. Breuil (ALMAGRO BASCH, 1946), teorizando o *El problema de la cerámica ibérica*, revindo a posição de P. Paris (*vide infra*) à luz de novos artefactos, afastadas que estariam dúvidas sobre o desempenho fenício nas culturas ibéricas, baseando-se de igual modo na cronologia micénica, com a qual P. Paris a entroncava (ROUILLARD, 2004, p. 313)²⁵. J. Martín Almagro-Basch problematizava também as origens do povo português e a individualidade das suas culturas pré e proto-históricas,

²⁵ Perante a ausência institucional, em território espanhol, da escola arqueológica inglesa – porém actuante por intermédio de personalidades, como o arqueólogo francês de origem inglesa George Bonsor (1855-1930) – P. Paris tentou contrariar a alemã particularmente presente no *Servei d'Investigacions Arqueològiques* do *Institut d'Estudis Catalans* (1914), extinto pela ditadura de P. Rivera e pela *Mancomunitat de Catalunya* esquerdista. Promoveu, então, a colaboração científica entre espanhóis e franceses, fundando (1909), em Bordéus, cidade geográfica e culturalmente mais próxima de Espanha (GRAN-AYMERICH, 1998, p. 312), a *École des Hautes Études Hispaniques*, antes de inaugurar e dirigir (1928) a Casa de Velásquez, a terceira *École Française* em solo estrangeiro, depois de Roma – onde Espanha inaugurara (1910) uma escola de História e Arqueologia (ÁLVAREZ & GIL de MONTES, 2004, p. 401-406), ainda que funcionando apenas até 1914 (MAIER, 2004, p. 83) – e Atenas. Coroava-se, deste modo, a importância arqueológica do território espanhol, reforçada com os acordos assinados sobre o protectorado marroquino.

destacando a dolménica e a castreja²⁶, sublinhando as particularidades ibéricas dos elementos retirados de *Cerro de los Santos* e corporalizadas na *Dama de Elche* (ALMELA BOIX, 2004, p. 266; ROUILLARD, 2004, p. 317-320).

Apesar das elaborações childeanas, esta problemática assomava em pleno debate darwinista. O mesmo evolucionismo que consolidaria a hipotética – e por muitos ambicionada – supremacia da raça ariana²⁷ no processo de selecção natural, patente numa suposta linearidade cultural de raízes pré-históricas, de perfeita harmonia com os recursos mesológicos, perfazendo, por oposição ao “tipo setentrional” (*Homo Alpinus*) e, sobretudo, “meridional” (*Homo Mediterraneus*), a mais forte das “almas dos povos” (ou perfis psicológicos), protagonizada, neste caso, pelo “tipo báltico” (o verdadeiro *Homo Europaeus*), de carácter estrutural, estável e continuado (PEREIRA, 2001, p. 315-320).

Ademais, é interessante que fosse justamente o ano seguinte (1929) particularmente profícuo ao nível de representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses em congressos temáticos. Era uma reacção quase directa ao aumento registado em Espanha e ao apelo de pares espanhóis, participando em encontros organizados por instituições hispânicas. Foi o que sucedeu no Congresso para o Avanço das Ciências – de par com o Congresso de Arqueologia Clássica –, realizado em Barcelona, e presenciado por A. A. Mendes Correia e V. Correia, em representação, não das respectivas universidades, mas da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Entretanto, prosseguiam as conferências de arqueólogos associados. Uma tendência que não mais se desvaneceu das suas actividades, agora que assumia, em definitivo, o seu estatuto arqueológico, aceitando, todavia, outros estudos do passado, numa relação (quase) indissociável, ao mesmo tempo que interdisciplinar. Uma preconização do rumo fixado pela *New Archaeology* – de raízes histórico-culturais –, recuperando, ou melhor, multiplicando a demanda – conquanto crítica e inovadoramente – de um rosto por detrás das culturas materiais escavadas. Tal como os “novos arqueólogos” das décadas de 50 e 60, estes investigadores empenhar-se-iam mais no processo cultural (enquanto fenómeno mental) do que na descrição (como fim em si) dos materiais remanescentes, conectando-os para identificação da dinâmica subjacente e conferindo lógica à essência científica da Arqueologia assente em dados fenomenológicos, ou seja, em construções hipotéticas (abstractas).

Ao responder, com base em artefactos exumados e registados no terreno, a perguntas tão essenciais para o entendimento do passado, quanto *quando, porquê e como* – as mesmas colocadas pelo etnógrafo –, retorquia-se ao delírio que conduzira a Europa e o Mundo a uma mortandade sem precedentes. Procurar a diversidade na aparente unidade perfazia uma premissa que urgia sublinhar, sob pena de se reabrir o mesmo abismo, com consequências imprevisíveis, como sucederia, por mão de Berlim, ao precipitar a demonstração do direito apetecido sobre demais recessos, financiando investigações arqueológicas que comprovassem – e/ou construíssem – a unicidade continental sob a égide criativa dos seus antepassados, autêntico *Kulturvolker*, móbil fundacional do *Ahnenerbe* himmleriano.

Mas E. Jalhay pretendia sobretudo explicar o *metodo historico-cultural* aplicado aos estudos pré-históricos, defendendo a monogenia e o difusionismo enquanto dominadores de *ciclos de cultura* formados pelos primeiros grupos humanos, alguns dos quais sobreviventes nos *primitivos actuais*, numa inequívoca assimilação da escola que

²⁶ Não neste sentido as seguintes obras: *Pre-historia catalana*; *La Arqueología pre-romana*; *La pre-historia dos iberos y la etnologia vasca*; *Two celtic waves in Spain*, e, sobretudo, *Etnologia de la península ibérica*; *La formación de los pueblos de España* e *El problema indo-europeu*, para além do *El problema de la propogación de la escritura en Europa y nos signos alfabéticos de los dólmenes de Alvão*.

²⁷ Embora se deva ao nazismo a implementação de pressupostos subjacentes ao ideal rácico ariano, ele assomou na esteira de prestigiados pensadores não alemães. Profundamente influenciado pela cultura alemã e teórico do racismo, defensor do eugenismo e criador de um dos maiores mitos contemporâneos – o ariano –, o diplomata, escritor e filósofo francês (naturalizado alemão) Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), na esteira da semente lançada pelo naturalista britânico James Parsons (1705-1770) e de ponderações schlegelianas, o inglês Houston Stewart Chamberlain (1855-1927) casou com a filha de Richard Wagner (1813-1883) – o famoso compositor associado a posições anti-semitas –, participando num grupo ultra-nacionalista e anti-semita que verteu em obras de grande divulgação europeia inspiradoras de Benito Mussolini (1883-1945) e Adolf Hitler (1889-1945), transformando os povos germânicos nos únicos descendentes arianos, os líderes inatos da futura Europa, descortinados nas respectivas classes dirigentes.

o concebera, assumidamente childeana, ainda que de raízes kossinianas, olvidando que a História dos mesmos era de igual modo dinâmica. O seu estudo era, por isso, essencial ao conhecimento da primitividade, quando “A etnologia²⁸ passa deste modo a ser uma ciência histórica e um factor integrante do estudo dessas civilizações antigas” (LUZ, 2002, p. 390),

tendo-se já estabelecido que o *ciclo cultural* dos bifaces se originou no Sul, ao passo que o das lascas proviria do Norte e Oriente. Mais tarde podemos ainda seguir o *roteiro* de várias culturas e civilizações até mesmo ao eneolítico e no período dos metais, como por exemplo, *o da cultura do vaso campaniforme e o da cultura de Hallstadt*. Esta última, *introduzida na Península provavelmente com a invasão celta, não destruiu por completo nem a civilização nem o elemento antropológico pré-celta já existente e de que descende o povo português. O estudo moderno da pré-história leva-nos com outras directrizes a ver nos povos primitivos a origem dos povos históricos* (JALHAY, 1936, p. 20. Nossos itálicos).

Esta era uma das razões pelas quais trilhava meandros arqueológicos, por proporcionarem fundamentos para identificar a etnogénese nacional que aspirava única e isenta de influências alígenas, pelo menos em termos antropobiológicos. Era, pois, com base nestes estudos que entendia “[...] não se poder já hoje sustentar a tese de Herculano de que o povo português se constituiu em virtude de estratificações variadíssimas, devidas a colonizadores e invasores estranhos, sem que os lusitanos nele representem o elemento fundamental e primitivo” (JALHAY, 1936, p. 20). Pressupunha o desenvolvimento civilizacional a partir de um único centro, do qual emanaram os primeiros grupos, num processo de aperfeiçoamento traduzido em *culturas* ímpares, “[...] reflectindo fielmente o grau que atingira ao emigrar do seu centro de origem” (JALHAY, 1936, p. 20.). Apartando-se da evolução mono-linear, não podiam os estudos mais recentes cingir-se ao método tipológico, abrindo, antes, caminho à imposição arqueológica enquanto campo interdisciplinar (CORREIA, 1938, p. 254). À semelhança, todavia, das suas fontes teóricas, o escrutínio dos compostos culturais não constituía um fim em si. Pelo contrário, tratava-se de uma etapa de um propósito mais abrangente e audacioso: a busca da origem da Humanidade através do estabelecimento do(s) seu(s) percurso(s), hierarquizando-os e legitimando reivindicações contemporâneas, a exemplo das nacional-socialistas alemães. Uma proposição comungada por A. A. Mendes Correia:

Quando todos os ciclos estiverem bem determinados por um estudo aprofundado, alcançar-se-á talvez a meta tão desejada dos adeptos da escola crítico-histórica – a de distinguir entre eles, pela sua antiguidade e por outras razões intrínsecas, os que descendem mais ou menos directamente dos ciclos de cultura do homem fóssil (CORREIA, 1938, p. 254) [...] [pelo qual] *A pre-história foi renovada pelas aplicações do método histórico-cultural, graças ao qual as comparações das civilizações pre-históricas com as civilizações etnológicas não se baseiam em concordâncias isoladas e análogas, mas verdadeiramente tópicas. Por sua vez, a pre-história, mediante o critério estratigráfico, contribui para maior segurança no estabelecimento dos círculos culturais etnológicos* (CORREIA, 1938, p. 254. Nossos itálicos).

A insistência na monogenia assumia, contudo, contornos mais latos e profundos, ao corresponder a interesses e convicções de defensores inquebrantáveis da *Criação*. Sobretudo agora que, “[...] admitindo-se uma origem única para as diversas raças ou tipos actuais, a-pesar das diferenças que entre si apresentam, porque se não admitirá também para as raças fósseis?” (JALHAY, 1927b, p. 5). E. Jalhay explicitaria estes propósitos sobretudo quando, “Entre a Ciência e a Religião não poderá nunca haver verdadeiro conflito” (JALHAY, 1927b, p. 15), pois,

²⁸ Termo que o naturalista William-Frédéric Edwards (1777-1842), fundador da *Société d’Ethnologie de Paris*, em 1839, relacionou com os estudos de elementos que, do ponto de vista físico e cultural, distinguem as raças humanas umas das outras (LUZ, 2002, p. 390).

É bem sabido que para um católico *os dogmas do pecado original e da Redenção estão intimamente ligados com o monogenismo, ou seja, com a unidade da espécie humana*. O que sustentar pois que os representantes das raças fósseis [...] foram homens no sentido rigoroso da palavra, e que, por outro lado, várias dessas raças coexistiram, como coexistem hoje as raças branca e negra, terá de *admitir para todos eles uma origem comum, um par inicial, a que se aplique o que sobre o mesmo vem narrado nos primeiros capítulos do Génesis* (JALHAY, 1927b, p. 7. Nossos itálicos)²⁹.

A nova abordagem teórica não se circunscrevia ao apartamento paulatino do anterior modelo de evolução mono-linear parcialmente defendido por E. Jalhay, para quem “Muitos factos culturais, como os mitos ligados ao totemismo, implicam uma tal complexidade estrutural, que a sua larga distribuição é inexplicável por um fenómeno de lógica elementar e por origem independentes” (JALHAY, 1927a, p. 293)³⁰.

Mas a AAP questionava (1945) a admissão acrítica da cronologia definida por P. Bosch-Gimpera e aceite pelo arqueólogo sueco Nils Åberg (1888-1957), por considerar “[...] uma seqüência evolutiva perfeita e ininterrupta de tôdas as formas arquitectónicas, a começar nos pequenos dólmenes [...]” (*A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha*, 1945, p. 11). Era, com efeito, uma observação pertinente e reveladora da influência de outras áreas do conhecimento no exercício arqueológico, etnográfico e, até, histórico. Uma constatação que não subentenderia a inferioridade cultural de um processo evolutivo não mono-linear, sublinhando-se, pelo contrário, a validade de percursos individuais (DIAS, 1991, p. 18-21). Movê-los-ia o pensamento do antropólogo francês Paul P. Broca (1824-1880), fundador (1859) da *Société d'Anthropologie de Paris*, em reacção aos limites do anti-transformismo e anti-poligenismo sobre a origem humana, preponderantes na *Société d'Ethnologie de Paris*, sob égide da *Société de Biologie* abonada por A. de Quatrefages no ensino antropológico conduzido no museu de História Natural (LUZ, 2002, p. 390-391). Ainda assim, acreditava-se que a individualidade denunciaria a ascendência de um único arquétipo cultural – por muitos observável em manifestações artísticas (SEVERO, 1905-1908b, p. 710)³¹ –, do qual procederiam, com maior ou menor variabilidade

²⁹ Esta questão mereceu, porém, longos debates, uma vez que “No campo *científico* teem vários antropólogos encontrado dificuldade para determinar essa origem comum a tôdas as raças humanas fósseis e actuais. Dois de entre eles, os padres H. Breuil e P. Teilhard de Chardin (êste último, da Companhia de Jesus), afirmam que, quanto mais aprofundam os seus estudos paleoantropológicos e paleontológicos, mais a origem das raças humanas lhes parece tomar o aspecto de “populações diversas” [...] E, se por esta se confirmar cada vez mais a inexistência de semelhante tronco, como se poderá conciliar essa *hipótese* com as verdades certíssimas da Revelação? Admitindo, dizem os AA. citados, a suposição de que várias dessas raças fósseis – as que, pelo menos, não entram no bloco do *Homo sapiens* – serão apenas de Hominídeos e não de Homens” (JALHAY, 1927b, p. 7). E a chave do problema parecia residir na assumption inequívoca do *Homo neanderthalensis* enquanto tal, ou seja, como espécie autónoma do *Homo sapiens*, sobretudo quando “[...] os esqueletos do tipo de Neanderthal jaziam em sepulturas, com milhares de instrumentos pétreos, fabricados intencionalmente. Êste conjunto de provas não se poderá facilmente debilitar” (JALHAY, 1927b, p. 9). Mais. Para E. Jalhay, “Chamamos *razão* ao conhecimento dos primeiros princípios, das verdades necessárias, absolutas, universais, da impossibilidade da contradição, da inteligibilidade universal...[...]. O macaco não precisa de razão para utilizar um pau ou uma pedra ponteguda de preferência a um punhado de terra. [...] Um simples raspador moustériense denota já um grande desenvolvimento da utilização da madeira e das peles, uma adaptação por conseguinte do meio ao fim preconcebido, o conhecimento da relação entre êsse meio e êsse fim, por outras palavras, a existência duma faculdade que abstrae do indivíduo e atinge o universal, á qual chamamos *inteligência*. [...] é fora de dúvida que tôdas as circunstâncias dessas sepulturas, demonstram patentemente um certo respeito pelos mortos, nascido, como é fácil de ver, de relações passadas e do sentimento da dignidade humana. [...]” (JALHAY, 1927b, p. 12), para terminar questionando se “Não poderá um católico admitir que a raça de Neanderthal seja humana, em vista das dificuldades que surgem no campo científico para uma origem comum com a das raças actuais?” (JALHAY, 1927b, p. 15).

³⁰ “Não se torna pois necessário recorrer ao poligenismo para a explicação das diferenças existentes entre tanta diversidade de raças. Êste mesmo tem hoje uma tal pluralidade de doutrinas e de pontos de vista, como diz o eminente Professor portuense, Dr. Mendes Corrêa, que mostra bem a sua feição arbitrária e o seu precário fundamento: basta recordar os seis grupos de Hominídeos de Sera, os quatro ou cinco *géneros* humanos de Sergi, os dois *phyla* de Klaatsch etc.” (JALHAY, 1927, p. 294).

³¹ “[...] não há que separar desde já o symbolo da propria substancia, e lembraremos n'um proposito de natural filiação a *litholatria* universal desde as edades primeiras [...] percebe-se claramente no mesmo *processus* mythologico, por simples observação, dentro do raciocinio ethnographico. Sobre o fundo primigenio do culto elementar da natureza, a concepção animista, primeva tambem e elementar, vae construindo formulas cultuaes, symbolos religiosos e mythos” (SEVERO, s/d, 710).

de, com maior ou menor intensidade. Caminhos individualizados esses moldados de igual modo por inúmeros paralelismos culturais cristalizadores do despontar poligénico do mesmo fenómeno social:

dever-se-ão antes distinguir nessa arquitectura correntes culturais diversas, que, não se seguindo numa cronologia absoluta, decorrem de certo modo inter-relacionadas? E, neste caso *não serão algumas das formas intermediárias, em vez de testemunhos de um desenvolvimento progressivo, comprovativas sim da influência recíproca de tipos fundamentais, existentes a priori e paralelos?* (*A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha*, 1945, p. 11-12. Nosso itálico).

Três anos depois, propôs convidar-se o antropólogo e arqueólogo alemão, do Instituto de Frankfurt, Leo V. Frobenius (1873-1938), então em Barcelona, a organizar uma exposição no nosso país sobre arte rupestre africana a repetir em Madrid, “[...] pois o tipo negroide do nosso homem de Muge já justificaria o nosso interesse pelas coisas africanas” (Acta n.º 20. 16/04/1936). Sobretudo agora que a dolicocefalia era atribuída, não a africanos negros, mas a brancos do Norte de África. Ademais, imperaria ainda a divisão de Magnus Gustaf Retzius (1842-1919) entre dolicocefalos e braquicefalos, com aqueles a precederem estes, inicialmente protagonizados pelo *Cro-magnon*, culturalmente mais evoluído (MAIER, 2002, p. 70). Além disso, H. Obermaier conferenciara recentemente em Valência sobre as ligações da arte levantina espanhola com a africana, embora J. Perez de Barradas discordasse da origem bosquímane norte-africana – donde, negra – da primeira, defendendo um foco comum para ambas. Não obstante, E. Jalhay lastimava “[...] que não haja em Portugal ambiente para se fazer uma exposição como a de Barcelona, pelo que não se atreve a propor o convite a Frobenius” (Acta n.º 20. 16/04/1936).

Era como se, apesar das circunstâncias, Portugal não dispusesse da envolvente propícia à catalização de profundos sentimentos nacionalistas em torno de um movimento como a *Renaixença* catalã –, subsidiário do projecto cultural *Noucentista* apoiado pela *Lliga Regionalista* (CORTADELLA MORRAL, 2003, p. XI) –, de amplo espectro popular carreado desde o início do terceiro quartel oitocentista, em contraponto ao centralismo madrileno, mesmo que revestido de aparente descentralização na figura, por exemplo, da *Comisión Central de Monumentos* (CORTADELLA MORRAL, 1997, p. 273-285). É possível, contudo, e como já tivemos oportunidade de aflorar (*vide supra*) que o país não carecesse dessa (re)afirmação perante um hipotético poder exógeno, num momento em que os desígnios nacionais eram controlados por nova agenda política. A razão deste suposto desinteresse, quando comparado ao manifestado pelos demais países europeus por vestígios pré e proto-históricos, residiria no facto de a formação do reino de Portugal desenhar-se na medievalidade. Este era, pois, o período a sobrelevar como signo maior das suas potencialidades. Apenas alguns estudiosos encontrariam nas investigações espanholas, designadamente catalãs, sob acendalha estrangeira, os critérios para o aprofundamento de percursos arqueológicos portugueses, quantas vezes solitariamente, quantas vezes apoiados pontualmente pelo Estado, mas sem a sistematização e a firmeza desejadas.

Entrementes, E. Jalhay regressou a Madrid em meados dos anos 40, dessa feita a convite da *Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas* (CGEA) e da *Sociedad Española de Antropología, Etnografía e Prehistoria* para um ciclo de conferências sobre Pré-história portuguesa. Revisitou, então, estações arqueológicas, em especial no termo de Málaga, onde admirou os monumentos megalíticos da Idade do Bronze de Viera, Menga e Romeral (Antequera), enquanto, em Villanueva de Algaidá, percorreu a necrópole de Alcaide composta de grutas artificiais rasgadas no calcário, “[...] do mesmo tipo das nossas de Carenque, Alapraia e Palmela, embora de uma cultura mais avançada” (JALHAY, 1927b, p. 7).

Repetia, assim, o modelo teórico que tentara imprimir em relação à prioridade do actual território português no despontar e ampliação de culturas pré e proto-históricas, ainda que consequentes de um percurso difusionista, cuja definição constituiria o desiderato destes investigadores de meados de novecentos: “Todos estes monumentos da Andaluzia teem muitos pontos de contacto com os nossos do sul do país, sendo de suma importância o seu estudo para a determinação dos roteiros que seguiram diferentes civilizações e culturas. [...]” (JALHAY, 1927b, p. 7). Com alguma surpresa, justificava este propósito com certa flexibilidade, porquanto “[...] muitas das civilizações pre-históricas se

estabeleceram e desenvolveram simultaneamente em Espanha e em Portugal” (JALHAY, 1927b, p. 7). Uma orientação prosseguida por outros investigadores nacionais, a exemplo de O. da Veiga Ferreira, em comunicação emitida na Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre *Os Grandes Monumentos pré-históricos da Península de Lisboa e as suas relações com o Algarve, Alentejo e Sudeste Espanhol* (Acta n.º 128, 04/01/1962), a partir do espólio recolhido em sepulcros megalíticos, analisando-o como relacionado com o Mediterrâneo oriental e o Norte de África.

Num ano (1944) crucial para o *devir* europeu e mundial, E. Jalhay desafiou J. M. de Santa-Olalla – entretanto retornado a Madrid sob o signo falangista – a proferir uma palestra em Lisboa³². Aceitando o repto, J. M. de Santa-Olalla apreciava publicamente o congénere português e reconhecia o contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses no estabelecimento e desenvolvimento para os estudos pré-históricos portugueses. O que trouxe à Associação dos Arqueólogos Portugueses? Contornando a precedência geográfica – sobretudo entre Portugal e Espanha – de manifestações cristalizadas em artefactos arqueológicos, J. M. de Santa-Olalla discorreu sobre um tema recente na comunidade científica internacional e quase inédita em Portugal, conquanto não totalmente desconhecido: *A Arqueologia Aérea em Espanha* (Acta n.º 254, 25/04/1944).

Ao que tudo indica, a presença de J. M. de Santa-Olalla abriu um importante capítulo na História da AAP, iniciando-se um ciclo de conferências apresentadas por excelências da Arqueologia espanhola, numa estratégia que visaria recolocá-la no circuito internacional. Interessante que a Associação dos Arqueólogos Portugueses procurasse libertar-se da escola madrilena, recolhendo à sua inspiradora inicial, a catalã. Na véspera do término da 2.ª Guerra Mundial, L. Pericot comunicou sobre *La Cueva Parballó y el Paleolítico superior peninsular*, esclarecendo a forma como as escavações em Portugal e em Espanha nos últimos 15 anos alteraram a ideia de que a Península Ibérica se encontraria dividida, durante o Paleolítico superior, em duas áreas culturais distintas, a *septentrional-europêa* e a *meridional-africana* (Acta n.º 9, 09/04/1945).

Abundante em materiais desde o Aurinhacense superior até ao Magdalenense, a *Cueva Parballó* fornecera mais de 500 placas calcárias pintadas e gravadas com elementos predominantemente zoomórficos, de par com outros artefactos atribuídos a um Solutrense de *origem africana*, “[...] afirmando dever-se esperar surpresas em muitas estações pre-históricas, e, em Portugal, o aparecimento de muitas outras estações solutrenses” (Acta n.º 9, 09/04/1945). Uma tese contrária à defendida por A. Schülten. Ademais, E. Jalhay noticiou com entusiasmo o aparecimento, em França, a seguir à 2.ª Guerra Mundial, de placas calcáreas com figurações humanas, as quais, “[...] pelo aspecto das figuras, vêm revolucionar quanto se conhecia da arte paleolítica” (Sessão de 14/02/1946). Separaram-se, então, os defensores fervorosos da sua autenticidade – como H. Breuil – dos refutadores alistados pelo conde Bégouën, pelo facto de que, como sublinhou J. Fontes, “[...] nas novas figuras a variedade e diferença de estilos parecem subordinados a um determinado propósito de quem as gravou, além de muitas outras coisas discutíveis debaixo do ponto de vista antropológico” (Sessão de 14/02/1946).

Ao invés do grau de libertação humana materializado na luta pela (sobre)vivência, o determinismo mesolítico motivou múltiplas investigações, em especial no tocante à *época dos metais*. Nomeadamente quanto à Idade do Bronze, no seguimento da tradição oitocentista da AAP, iniciada pelo seu fundador em meados dos anos 70, até como forma de (a)firmação nacional(ista), ao tentar demonstrar a presença de uma produção metalúrgica autóctone, pois,

³² Em meados de 1938, M. Afonso do Paço anunciara a sua retenção no campo de concentração de Chamérac (França), para aonde fora evacuado por interferência da embaixada francesa em Madrid, em plena guerra civil espanhola (1936-1939) (OLIVEIRA, 1999, p. 148-157; VICENTE, 1999, p. 19-20), a mesma que era combatida pelo Portugal salazarista (MEDINA, 1993, p. 321-337): “[...] Santa-Olalla perdeu toda a sua coleção, os trabalhos inéditos, os diários de escavações, notas, fotografias, o ficheiro, tudo lhe foi incendiado ou destruído, incluindo o diploma de socio da nossa Associação” (Acta n.º 30, 22/04/1938). Evidando-se esforços para concretizar o seu regresso a Espanha, M. Afonso do Paço sugeriu que os pré-historiadores portugueses contribuíssem para a reconstituição da sua vida académica, cedendo elementos para a nova biblioteca de quem considerava *muito amigo de Portugal* (CASTELO RUANO, CARDITO ROLLÁN, PANIZO ARIAS & RODRÍGUEZ CASANOVA, 1927, p. 573).

Com quanto todas *as épocas* da archeologia portuguesa sejam interessantes, e haja necessidade de as estudar por meudo, todavia *as que mais se impõem são as mais antigas, como a romana e a pre-romana, por conterem as origens, e estarem arriscados a desaparecerem totalmente os monumentos que d'ellas restam* (VASCONCELLOS, 1897, p. 56. Nossos itálicos).

Daqui que E. Jalhay dissertasse sobre a *Adaga da Quinta da Romeira (Santarem) – subsidio para o estudo do bronze em Portugal* (Acta n.º 134, 28/06/1934)³³, uma *belissima arma prehistorica* que encontrara quase esquecida num armário do Museu Municipal de Torres Vedras, inaugurado recentemente. Uma ocorrência que expressava a (já) incómoda ausência de especialistas portugueses na área, que poderiam ter identificado – como fez – a proximidade formal que ostentava com o exemplar recolhido na sepultura da Quinta da Água Branca (SEVERO, 1905-1908a, p. 241-243), descrito por J. Fontes na *Portugália* e exposto no (agora denominado) *Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos (MEJV)*. Ademais, J. Fontes referia (1926), a propósito da *foice* de bronze encontrada em Sta. Tecla – no ano em que o *Seminario de Estudos Galegos (vide supra)* criava uma secção de Pré-história e Arqueologia (DÍAZ-ANDREU, 1997, p. 407) –, que,

Ela deve ser de factura indigena. [...]. Por outro lado, há anos já, publicamos um curioso exemplar de molde de fundição de foices, encontrado nos arredores de Lisboa (Cacem) [...]. Esta peça tem maior valor pois *é o único molde da idade do bronze que existe em Portugal e Espanha*. E se tínhamos provas indirectas de que a fundição de este metal se fazia na Península só o achado de esse exemplar confirmou tais suposições (FONTES, 1926, p. 46. Nosso itálico).

No seu entender, tratava-se de uma *fundição regional* justificável, pois a Península Ibérica possuía áreas jazidas de estanho, numa época de afirmação do seu comércio convertido em *caminho marítimo do estanho* indispensável para, com o cobre, obter bronze. Ainda assim, alguns estudiosos, como H. Obermaier e P. Bosh-Gimpera, questionavam a procedência mediterrânica dessa fundição, porquanto apenas as ilhas Baleares encerrariam vestígios *indiscutíveis* de influência egeia ou micénica, apesar das lendas que envolviam as *Cassitérides*, associadas por muitos ao território britânico.

Este tipo de investigação enquadrava-se numa longa tradição da Associação dos Arqueólogos Portugueses, continuamente reiterada, a exemplo do que sucedera nos anos 20, quando E. Jalhay apresentou objectos do Castro de Tendais (Sinfães) (JALHAY, 1934, p. 157-261), mercê do interesse da proprietária do terreno (Sessão de 22/03/1929). Dos fragmentos cerâmicos recolhidos, destacava-se a *esbranquiçada*, “[...] com semelhanças com a cerâmica neolítica de cultura central (centro de Hespanha), e revelam já uma civilização muito adeantada” (Sessão de 22/03/1929). Demonstrava-se, deste modo, a antiguidade e desenvolvimento ocupacional do actual território português, em especial face à posição childeana sobre a “Revolução Neolítica”.

É possível que E. Jalhay procurasse aproximar culturalmente toda a Ibéria, a julgar pelos exemplares cerâmicos com orifícios similares aos encontrados em castros galegos, destacando-se os cossoiros que entendia procederem de sepulturas, “[...] pela quantidade de desenhos que parecem indicar um uso muito cultural, ou ritual, representando a Eternidade [...]” (Sessão de 22/03/1929), seguindo, pois, a opinião do político e arqueólogo Enrique de Aguilera y Gamboa, XVII Marquês de Cerralbo (1945-1922). Uma suposição aparentemente confirmada com a cerâmica encontrada nos povoados de Caldelas e Tendais, decorada com o motivo ‘S’ e ‘fossetes’ “[...] iguais às dos cossoiros

³³ “Estabelecendo o paralelo entre as duas adagas, baseado na forma, nos desenhos e até na materia em que são feitos (cobre), mostrou que ambas as armas são do tipo denominado «de espigão» anterior ao das alabardas com rebites ou cavilhas, do primeiro periodo calcolítico ou talvez já do inicio do bronze, e por conseguinte, são anteriores ainda ao segundo milénio antes de Cristo. A adaga da Quinta da Romeira é um pouco menor que a da Agua Branca, e visto não apresentar fractura alguma pode-se considerar como o mais belo instrumento do seu genero conservado hoje nos nossos museus. O Reverendo Padre Jalhay apresentou á Assembleia a adaga de que fôra portador por especial deferencia do presidente do Municipio de Torres Novas” (Acta n.º 134, 28/06/1934)

espanhois, referindo-se sempre ao culto dos mortos, o que provaria que, de facto, os cossoiros apresentados pelo sr. padre Jalhay devem provir de sepulturas” (Sessão de 22/03/1929).

Mais. No seu entender, a verificação adviria da identificação – conquanto indirecta – de sepulcros de incineração em estruturas habitacionais da Citânia de Sanfins, contribuindo, assim, segundo A. Garcia y Bellido [continuador de José Ramón Mélida Alinari (1856-1933) (ALMELA BOIX, 2004, p. 261-268)], para a localização das necrópoles correspondentes aos aglomerados castrejos (Sessão de 13/12/1945). Esta tese divergia da tradição oitocentista acalentada por F. Martins Sarmiento, para quem os sepulcros megalíticos pertenceriam aos habitantes castrejos, numa remanescência setecentista britânica e francesa, quando se relacionara o substrato pré-romano com a celticidade, e esta com os dolmens, então interpretados como altares sacrificiais, na esteira dos registos cesarianos (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 75). Uma hipótese equacionada – embora com reservas – ainda no início do século XX, apesar do desenvolvimento da investigação neolítica e das idades metalúrgicas³⁴, ponderando-se estar-se perante “Povos que tanto cuidado e trabalho tinham para a construção da moradia dos mortos, que não faziam grande caso da habitação dos vivos [...] [para quem] bastavam simples cabanas de ramos ou ligeiras tendas de pelles, o abrigo natural d’um rochedo ou talvez a cavidade d’uma arvore” (BRENHA, s/d, p. 690).

3.6 – A Associação dos Arqueólogos Portugueses ao reencontro da Arqueologia europeia

No fim da 2.^a Guerra Mundial, a Associação dos Arqueólogos Portugueses terá (re)entrado no circuito – cada vez mais alargado – da comunidade arqueológica internacional, embora com maior incidência na espanhola. Observava-se, contudo, uma diferença de substância relativamente à experiência oitocentista da AAP. Matizava-se, agora, a sua participação em encontros de referência europeia, talvez em consequência dos tempos vividos desde 1926 e pela ausência dos meios necessários à sua concretização e, em última análise, pelos turbulentos anos da guerra.

Embora com mais de um decénio de diferença, foi o sócio-correspondente Juan Maluquer de Motes (1915-1988), fundador da *Zephyrus* e do *Instituto de Arqueología y Prehistoria* (1959) e “indigenista” assumido (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 142-146) – nomeadamente no tocante a Tartessos, esses supostos predecessores os navegadores espanhóis e portugueses (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 199) –, a palestrar sobre *Las excavaciones estratigráficas de Cortes de Navarra*³⁵,

³⁴ “Onde habitaria o povo constructor da necropole? [...]. Tendo, pois, de procurar mais longe, quasi involuntariamente nos voltamos para os *castros*. Não que n’elles encontra-se dados seguros para estatuir a relação com a necropole dolmenica. Porque, a meu vêr, o encontro fortuito d’um machado neolithico com os caracteres fundamentaes do descripto no rol do mobiliario funebre é elemento fragil de concordancia. Basta ponderar que há sempre a penetração d’uma civilização na phase immediata; e que duas epochas proximas não se apartam em estratos absolutamente definidos e autonomos. Mas já porque o achado é um indicio, já porque outros dados mais complexos e decisivos convenceram archeologos distinctos a afirmar a dependencia dos castros e dolmens, aceitamos provisoriamente que as acropoles do Salles tenham sido a estação humana dos constructores da parte gallega do cemiterio dolmenico” (FORTES, 1903, p. 678-679). Em contrapartida, R. Severo entendia que “Não há elementos de transição que os liguem, por falta de documentos e de saber, porque não há castros explorados, e raras são as necropoles de varias epochas convenientemente estudadas: verosimilhanças apenas, quando muito rasões locais de proximidade ou visinhança. Faltam os conhecimentos especiaes archeologicos e palethnologicos; e até melhores provas, os grupos dolmenicos constituirão um typo independente, pela sua característica architectura megalithica, pela facies neolithica dos seus mobiliarios ou espolios, pelo seu modo de distribuição e agrupamento” (SEVERO, 1905-1908, p. 709).

³⁵ “Descreveu, a seguir, a estação propriamente dita, as suas construções em adôbe, a impossibilidade de as conservar; as casas rectangulares que apresentavam, no qual, três divisões, para cereais, vasilhame de barro e farinhas. Referiu-se, ainda, ao problema estratigráfico e aos enterramentos de crianças no interior das casas. O Museu de Pamplona recolheu quantidades importantissimas de recipientes de barro, ali mostrados. E acabou analisando os problemas agricolas, comerciais e industriais que as escavações puseram em equação, assim como as migrações humanas. A conferência foi acompanhada com um plano dos principais cortes estratigráficos e terminou com a projecção de várias fotografias em côres” (Acta n.º 83, 06/04/1956).

subsidiadas pela instituição Príncipe de Viana, da Deputação Foral de Navarra. Um exemplo que os congéneres portugueses gostariam de ver abraçado entre nós, mormente ao ter permitido apresentar o volume *Cortes de Navarra* ao XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas.

Esta conferência revestiu-se do maior interesse, até por se reportar a um povoado de estratigrafia complexa, desde o Bonze final – inserido no horizonte cultural dos “campos de Urnas” (que P. Bosch-Gimpera associara aos celtas) – até à 2.^a Idade do Ferro. Ademais, e talvez pela primeira vez em Portugal, apresentavam-se resultados de escavações sucessivas baseadas no «sistema Wheeler», fundamental para o conhecimento da sequência histórica daqueles períodos no Vale do Ebro.

A palestra de J. Maluquer de Motes aprofundava um assunto grato aos pré-historiadores portugueses.

Sublinhando a importância dos vestígios encontrados para a compreensão do quotidiano do povoado, nomeadamente no que se referia à prática agrícola, comercial e industrial, o catedrático espanhol demonstrava-a de igual modo para o entendimento da – sempre presente – temática das *migrações humanas*. A expansão dos «campos de urnas», com as suas cerâmicas características, era tradicionalmente explicada pela migração – e não difusão – ou invasão indo-europeia, em grande escala, um assunto amiúde debatido em comunidades arqueológicas, aprofundando-se a discussão entre monogenistas e poligenistas, entre migracionistas e difusionistas, privilegiando, em todo o caso, o modelo “essencialista-invasionista” prevalecte na agenda científica espanhola.

Quatro anos depois, foi Juan de Mata Carriazo y Arroquia (1899-1999), professor da Universidade de Sevilha e delegado da «Zona de Serviço de Escavações Arqueológicas» do respectivo distrito académico, a deslocar-se à Associação dos Arqueólogos Portugueses para apresentar *Algunas escavaciones recientes en Andalucía* (Acta n.º 113, 28/04/1960).

J. de Mata Carriazo provinha, pois, de uma cidade de acentuada tradição antiquária e arqueológica traduzida na formação de uma das “escolas locais” de Pré-história e na fundação da secção sevilhana da *Sociedad Española de Historia Natural*, assim como da *Sociedad Antropológica Sevillana* (AYARZAGÜENA SANZ, 2004d, p. 76), nas quais ainda se (re)viviam as lendas seiscentistas de Túbal como povoador bíblico da Andaluzia (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 27).

Evocou, então, a figura do sacerdote e escritor Rodrigo Caro (1573-1647), bem como os trabalhos desenvolvidos em Itálica – de cujo município procedia a família de Trajano e Adriano – nos séculos XVIII e XIX, em especial por Manuel Luis de Góngora y Martínez (1822-1884) (DELGADO TORRES, 2004, p. 153-156), um precursor dos estudos pré-históricos e históricos andaluzes e autor de *Antigüedades Prehistóricas de Andalucía* (1867).

Mas o conferencista discorreu também sobre a intervenção de L. Siret nos povoados de *El Garcel* e de *Tres Cabezos* pertencentes à “cultura de Almería” do Neolítico final da Andaluzia oriental. A mesma definida por P. Bosch-Gimpera como imediatamente anterior ao despontar da mais importante cultura calcolítica espanhola: a do povoado de *Los Millares* escavado e publicado em oitocentos pelos irmãos Siret. Dissertou de igual modo sobre as escavações orientadas (1882-1888) por J. Bonsor na Carmona romana (MAIER, 2004, p. 325-331), naquele que é considerado como o primeiro projecto de escavação sistemática efectuado em Espanha. Uma empresa que abriu uma nova etapa na História da Arqueologia deste país ao radicar numa concepção iminentemente científica resultante da primazia conferida ao conhecimento do quotidiano das suas gentes, e não à simples recuperação de peças para engrandecimento de colecções particulares e/ou museus estatais, ao mesmo tempo que J. Bonsor modelava o exercício arqueológico através da *Sociedad Arqueológica de Carmona* (AYARZAGÜENA SANZ, 1997, p. 303-310) e do *Museo de la Necrópolis* que fundara.

J. de Mata Carriazo apresentou, ainda, a necrópole ibérica de Tútugi (Galera, Granada), estudada por J. Cabré, indissociável do desenrolar da cultura ibérica – a «cultura ou período hispânico» de L. Siret – que ajuizava fortemente influenciada pela cartaginesa, afastando-a, por conseguinte, de qualquer filiação romana. Na verdade, J. Cabré apartara-se da habitual abordagem difusionista centrada na origem grega das expressões artísticas do Sul e do Levante espanhol, sublinhando as particularidades impressas no seu actual território, insistindo numa nomenclatura apropriada às características intrínsecas do período imediatamente pré-romano, contrariando, assim, o enquadramento forçado na terminologia francesa.

Finalmente, J. de Mata Carriazo analisou as escavações conduzidas por H. Obermaier em dolmenes da baixa Andaluzia. Passou, então, em revista etapas fundamentais da Arqueologia espanhola, destacando a investigação da «Cueva de la Pileta», pelo trabalho exemplar de M. Gómez-Moreno³⁶.

No conjunto, estes exemplos sobressaíam pelos procedimentos científicos que pugnava por seguir nas campanhas que orientava, por exemplo, no povoado de Carambolo do Bronze Final tartéssico do Vale do Guadalquivir – o primeiro, na realidade, a ser assumido como tal (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 151) –, no topo do qual se encontrara (1958), por casualidade, um tesouro áureo composto de 21 peças, entre as quais colares, braceletes e uma coroa. A sua descoberta assumira relevância acrescida ao graduar a influência fenícia, buscada por J. Bonsor (MAIER, 2004a, p. 325-331) no desenvolvimento de Tartessos (Villarías Robles, 1997, p. 613-619), ícone franquista das raízes bíblicas da supremacia espanhola, da sua antiguidade monárquica e luta contra invasores (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 190). Era esta a Tartessos que A. Schülten – o seu “inventor” (MARTÍ-AGUILAR, 2005, p. 87-118; WULFF ALONSO, 2004; WULFF ALONSO, 2003) – negava aos iberos (porquanto, no seu entender, culturalmente impotentes), lembrando, de alguma forma, toda uma Europa que contestava a propensão portuguesa para a criação artística (LEANDRO, 2004, p. 227). Na opinião de A. Schülten, os iberos eram incapazes de originar uma cultura tão elaborada, atribuindo-a, por isso, a invasores cretenses ou a povos aportados da Ásia Menor, possivelmente da Lídia (os mesmos que teriam fundado a Etrúria). Para isso, escrutinava na *Bíblia* os fundamentos da sua teoria (CORREIA, 1959, p. 4) que contrariassem o interesse espanhol (despontado no século XVI) por Argantónio (?670 a.C.-?550 a.C.), principalmente por ter sido transformado num símbolo da resistência nacional ao domínio exógeno (ALBUQUERQUE, 2003, p. 159-173).

Com efeito, era um assunto de não somenos importância.

Em Portugal, foi, sobretudo, António dos Santos Rocha (1853-1910) a assumir o posicionamento de J. Bonsor sobre esta temática, a julgar pela correspondência mantida entre ambos. Uma influência notada em especial no seu empenho em demonstrar o ascendente fenício e cartaginês nos povos ibéricos, atribuindo, por exemplo, materiais recolhidos na região do Mondego a uma época “lusocartaginesa” (MAIER, 2002, p. 77-78). Mas o pensamento de J. Bonsor fez-se experimentar de igual modo em Adelino de Abreu, pois, conquanto remontasse os vestígios *d’essas tribus selvagens* aos *trogloodytas*, considerava os iberos e os celtas procedentes de *successivas migrações asiáticas, africanas*, os

³⁶ Enquanto representante do mundo académico sevilhano, cuidava de divulgar a Arqueologia do distrito que apresentava. Listou, em todo o caso, sítios sustentadores da necessidade de (re)afirmar particularidades do país, mesmo que estivessem longe os anos em que pairara no ar o temor de uma sobreposição alemã aos seus desígnios. Mas, embora já numa segunda fase, Espanha ainda se encontrava sob domínio falangista, e um denominador comum dos regimes totalitaristas mais altivos residia, justamente, na utilização da Arqueologia para enfatizar pretensões nacionalistas de feição (quase sempre) imperialista. Com efeito, nada melhor do que legitimá-las à luz de um sentir ancestral supostamente plasmado em materializações passadas das quais se arvoravam herdeiras directas. Assim, desde Itálica, que dera ao “Mundo Romano” alguns dos seus mais notáveis dirigentes, passando pelo povoado de *Los Millares* até à «cultura ibérica» e «tartéssica» (agora tornada mais peninsular do que mediterrânea), seriam múltiplas as razões pelas quais as autoridades investiriam na sua investigação. Unir-se-iam essas intenções, contudo, pelo facto de tornarem único o país no quadro cultural europeu, demonstrando, assim, uma competência criativa que os agruparia, finalmente, aos *Kulturvolker*. Esta era uma tendência que julgamos não detectar em Portugal, a não ser pontualmente em relação a certos castros nortenhos e ao povoado calcolítico de VNSP. Uma ausência que teria a ver, acima de tudo, com a inexistência das necessidades ideológicas que a justificaram além-fronteiras. O país encontrava-se há muito definido administrativamente, não padecendo de questões regionalistas, nem de agenda política ajustada a um colonialismo trans-europeu. Era, em todo o caso, um país que continuava a atrair investigadores e viajantes ocidentais cultos em busca das manifestações de uma ancestral cultura popular substanciada por uma economia predominantemente agrícola e destituída do nível de industrialização que causara o (quase) aniquilamento e/ou adulteração das pertencentes aos demais países, especialmente norte-europeus. Pois era, precisamente, destas que muitos entendiam proceder a portuguesa e a espanhola. Seguiu-se, assim, o pressuposto de que as especificidades culturais se cristalizavam com maior facilidade e perenidade nas periferias. Daí que se deslocassem à Península ibérica, calcorreando-a e “esventrando-a” em demanda do seu próprio passado, ao mesmo tempo que da validação da superioridade contemporânea dos países que representavam, esquadrinhando observações etnográficas em busca de motores difusionistas – ou, até, migracionistas – de costumes – normalmente fenícios – traduzidos nas actuais diferenças comportamentais.

primeiros povos, enfim, “[...] que, vindos da Asia, habitaram a península iberica.” (ABREU, 1895, p. 21-23). Esta ideia era parcialmente perfilhada por contemporâneos portugueses, para quem,

os indigenas primitivos foram os Herminios, eram os povos mais antigos e aguerridos dos Montes Herminios, eram da familia dos Lusitanos que habitavam os herminios menores; *os lusitanos pertenciam à Familia Celta*, que veiu das Gallias e de Asia. *Os Celtas pertenciam à Familia dos Aryos asiaticos, que eram povos cultos e até fabricavam bronze* (LACERDA, 1908, p. 21. Nossos itálicos).

Era, em todo o caso, uma abordagem contestada com ardor por nomes maiores da Arqueologia espanhola, especialmente catalã, ainda que formados academicamente sob o signo de G. Kossina. Falamos, em concreto, de P. Bosch Gimpera, para quem, partindo de um pressuposto indutivo, a cultura ibérica,

tiene el sello de una *indiscutible personalidad étnica*, a pesar de hallarse impregnado de las influencias griegas y fenicio-cartaginesas que intervinieron en su formación, el hecho de la existencia en la cultura ibérica de un fondo primitivo, *en el que se acusa la persistencia de la manera de ser indígena, que tiene sus raíces en épocas antiquísimas que se pierden en la Prehistoria*. [...] vamos a parar a *la civilización llamada de almería*, que en tales épocas anteriores: la Edad del Bronce, el neolítico y el neolítico, *floreció en el mismo territorio ocupado luego por la cultura ibérica* (BOSCH-GIMPERA, 1928, p. 5. Nossos itálicos).

4 – ALGUMAS NOTAS FINAIS

A inexistência de necessidades geopolíticas presentes noutros territórios europeus ditou, de algum modo, a ausência de um discurso arqueológico consistente destinado a substanciar pressupostos pátrios, reforçados com o estudo, restauro e divulgação do repositório medieval ilustrador do processo formativo das fronteiras actuais, exemplo, por excelência, da unidade nacional veiculada pela agenda salazarista e reforçada pelo integralismo católico que a apartava das restantes ideologias totalitaristas contemporâneas. O que não impediu que os protagonistas do exercício arqueológico português das primeiras décadas do século XX demandassem, à semelhança do que ocorria na restante Europa e quase em sintonia com o praticado nos círculos académicos espanhóis, especificidades materiais corroboradoras da ancestralidade de realidades pretendidas comuns e únicas ao actual território nacional e suas gentes, configurando, com elas, um país, uma raça e uma estirpe. Neste sentido, não divergiram, em substância, das linhas mestras dos estudos arqueológicos, antropológicos e etnológicos conduzidos nas principais capitais europeias, enquadrados por momentos políticos particularmente favoráveis ao seu incremento.

Na realidade, deveríamos assinalar o modo como se tentou entrelaçar o devir das comunidades pré e proto-históricas identificadas em solo português com fenómenos registados noutros recessos, insistindo na sua origem levantina, no decurso de uma longa tradição clássica e bíblica, sem desmerecer, contudo, a(s) valência(s) endógena(s), numa confirmação da criatividade e legitimidade existencial do ser, estar e fazer português, materializadas na abordagem “ocidentalista”, por oposição à “orientalista”. Privilegiaram-se, todavia, outras ligações culturais, mormente com a região galega e asturiana, zonas de grande significado histórico para o território nacional, enquanto se tentava estabelecer conexões materiais com o Norte de África, definindo-se, assim, as duas vias de difusão e/ou migração apuradas pelos teóricos fundamentais de finais de oitocentos, inícios de novecentos, enquanto se fortalecia gradualmente a comunhão atlântica.

Foi neste último enquadramento que se noticiou (1930) o aparecimento de um “[...] tesouro importante de velhas joias de ouro [...]” (Sessão de 15/05/1930), numa herdade do concelho de Moura. A peça aquilatava aproximadamente dois quilos, tendo sido adquirida por S. Reinach para o *Musée de Saint-Germain-en-Layes*. E, em Reguengos,

encontraram-se outras jóias, “[...] da mesma época de bronze, segundo a melhor classificação de Salomon Reinach” (Sessão de 15/05/1930). Objectariam, assim, as teses ultra-difusionistas do *ex oriente lux*, sublinhando a contribuição europeia na evolução civilizacional, e defendendo a endogenia das mais significativas, equacionando-se, por isso, a pré-romanidade das jóias de Moura. Distante do modelo mediterrânico, nomeadamente micénico e/ou fenício, afirmava-se que “As jóias encontradas em Portugal são interessantes pelas relações que permitem estabelecer com a Gran-Bretanha, Dinamarca, e outros povos das costas do Atlântico, no período da pré-história” (Sessão de 15/05/1930). Confirmava-se, deste modo, a proximidade atlântica reclamada por investigadores nacionais da primeira metade de novecentos. Uma pretensão repetida amiúde, a exemplo do artigo publicado por G. Leisner, reforçando a revisão das teorias sobre o Neolítico e o Calcolítico peninsular “[...] e suas consideráveis influências na maior parte do continente europeu” (“A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha”, 1945, p. 11). Basear-se-iam, para o efeito, na cronologia relativa de diferentes tipos sepulcrais megalíticos, conquanto alguns mantivessem que “Existiu pois, n’este paiz do Noroeste da Peninsula, desde tempos, para nós, prehistoricos, uma ourivesaria caracteristica, com essa technica barbara e de primitiva esthetica, mas que manifesta uma feição propria” (SEVERO, 1905-1908a, p. 412).

A verdade, porém, é que, apesar dos esforços conduzidos desde a queda dos regimes totalitaristas europeus – Portugal incluído –, manteve-se uma certa necessidade de procurar a unidade na diversidade, fomentando a variedade como um todo actuante, como que em demanda de uma hipotética matriz primeva da realidade construída – e a edificar – pela “União Europeia”, privilegiando-se, quase sempre, o passado proto-histórico medeado entre finais do Bronze e a Idade do Ferro, designadamente através de *Hallstatt*, configurando-se, para o efeito, as mais diversas “rotas célticas”. É neste contexto que deverão ser entendidas as diferentes iniciativas projectadas e (algumas) realizadas para demonstrar uma primeira forma de suposta comunhão europeia, liderada, neste caso, pelos celtas, a exemplo da mensagem subjacente à exposição internacional veneziana, patrocinada pelo governo italiano, sugestivamente intitulada *I celtici, la prima Europa* (1991), alvo de profundas e extensas críticas, em especial pela ideia transmitida de uma herança cultural celta perceptível na actualidade de alguns povos europeus, contrariando, assim, a diversidade expressa nos materiais arqueológicos descobertos em todo o continente.

Recuando algumas décadas, verificamos como estes propósitos eram inerentes a diferentes eventos. Responsável pelas maiores escavações do cenário da antiguidade tardia do actual território português, Idanha-a-Velha (Acta n.º 91, 28/05/1957), D. Fernando de Almeida (1903-1979) expressava um gosto inscrito num certo panorama arqueológico europeu. Apesar da *décalage*, é possível que o interesse generalizado pelos estudos visigóticos nascesse de uma Arqueologia alemã empenhada em aferir a extensão de uma cultura que reclamava como sua antepassada e, por inerência, o grau da sua influência no desenvolvimento cultural de outros recessos. Este projecto fora, ademais, implementado em solo espanhol, designadamente através da *Anhenerbe*, de colaboração com o pan-germanista J. M. de Santa-Olalla (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 96), para desapossar a componente muçulmana do substrato espanhol através da “germanização” do seu território. Um propósito que catalizou esforços e aplicação de novas técnicas de escavação e de interpretação arqueológica procedentes dos círculos científicos alemães. Neste âmbito, o estudo de sítios da Alta Idade Média entre nós perfaria, também por isso, uma expressão e/ou reforço do embrião de um Portugal unido e católico despontado em pleno período visigótico.

O texto que ora findamos constitui apenas uma primeira abordagem a um tema que desenvolveremos em breve noutros contextos, de forma escrita e oral, tendo sempre presente que a História, mais do que herdada e/ou descoberta, é talhada por um grupo restrito de individualidades empenhadas em convertê-la num passado comum adaptável a diferentes agendas ideológicas, sobretudo quando, por uma conjugação de factores, urge afirmá-lo perante designios exógenos e/ou indesejáveis.

REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

1 – Arquivísticas

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/06/1925-16/11/1933).

Sessão de 21/02/1929.

Sessão de 22/03/1929.

Sessão de 09/01/1930.

Sessão de 18/01/1929.

Sessão de 13/02/1930.

Sessão de 13/03/1930.

Sessão de 10/04/1930.

Sessão de 15/05/1930.

Sessão de 15/11/1930.

Sessão de 25/11/1930.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (03/06/1933-21/06/1938).

Acta n.º 6. 14/06/1934.

Acta n.º 7. 12/07/1934.

Acta n.º 8. 18/12/1934.

Acta n.º 20. 16/04/1936.

Acta n.º 30. 22/04/1938.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (14/02/1939-18/01/1945).

Sessão de 20/06/1940.

Sessão de 13/07/1944.

Actas da Secção de Arqueologia Pré-histórica (22/02/1945-23/07/1956).

Sessão de 13/12/1945.

Sessão de 14/02/1946.

Sessão de 07/03/1950.

Sessão de 24/04/1952.

Sessão de 19/12/1963.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1925/31-05-1928).

Acta n.º 32, 24/11/1927.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (01-05-1928 a 07-11-1930).

Acta n.º 54, 16/05/1929.

Acta n.º 59, 11/07/1929.

Acta n.º 60, 25/07/1929.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (29-05-1931 a 25-06-1935).

Acta n.º 85, 29/05/1931

Acta n.º 97, 25/02/1932.

Acta n.º 126, 07/02/1934.

Acta n.º 134, 28/06/1934.

Acta n.º 155, 02/07/1935.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (31-07-1935 a 17-02-1941).

Acta n.º 161, 17/01/1936.

Acta n.º 167, 18/06/1936.

Livro das Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (08-03-1941 a 24-04-1970).

Acta n.º 254, 25/04/1944.

Acta n.º 9, 09/04/1945.

Acta n.º 83, 06/04/1956.

Acta n.º 91, 28/05/1957.

Acta n.º 113, 28/04/1960.

Acta n.º 114, 30/06/1960.

Acta n.º 117, 20/10/1960.

Acta n.º 122, 22/06/1961.

Acta n.º 128, 04/01/1962.

2 – Bibliográficas

VV.AA. (1900) – *Expedição Científica à Serra Nogueira (Traz-os-Montes). Programma de trabalhos. I. Geologia, Mineralogia, Meteorologia, Ethnographia, Anthropologia e Hydrologia.* Lisboa: A Liberal – Officina Typographica, p. 15.

(1917) – Vida administrativa. 1.º – Museógrafia, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, S. 5, 13: 7, Lisboa: AAP.

(1918) – Relatório da gerência da Direcção em 1918, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, S. 5, 13: 7, Lisboa: AAP, p 319.

(1927) – Excavações nas ruínas de Conimbriga, *Portugalia*, 1 (1-4), Figueira da Foz: Sociedade Arqueológica, p. 359.

(1934) – A vila de Sesimbra foi visitada pelos representantes da imprensa, *Ilustração Portuguesa*, S. 9, 204, Lisboa: Tipographia da Illustração Portuguesa, p. 8.

ABREU, A. de (1895) – *Serra da Estrella. Topographia. Viriatho. Ethnographia...*, Coimbra: Francisco França Amado, p. 21-23.

ALBUQUERQUE, P. A. (2003) – Argantónio, um “guardião” da “Idade da Prata? A possível estrutura mítica do rei tartéssico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6: 1, p. 159-173.

ALEXANDRE, V. (1999) – Luso-Tropicalismo, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F. eds. lts. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 391-394.

ALMAGRO BASCH, J. M. (1946) – *Prehistoria del Norte de África y del Sáhara Español*, Barcelona: Casa Provincial de Caridad.

ALMELA BOIX, A. (2004) – José Ramón Mélida Alinari, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 261-268.

- ALONSO, F. W. (2004) – “Franquismo e Historia Antigua: algunas notas europeas com P. Paris y A. Schulten”. *Historia y mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*. In MORÓN, J. M.; PONCE, F. J. G. & ANDREOTTI, G. P., eds. lits. – Málaga: CÉDMA, p. 447-491.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (1997) – La Sociedad Antropológica Española (SAE) y el nacimiento de la ciencia prehistórica en España, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M. eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 295-302.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004a) – Édouard Philippe Émile Cartailhac, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 227-230.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004b) – El nacimiento de la Arqueología científica en España, *Pioneros de la Arqueología en España*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 75-78.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004c) – Francisco María Tubino y Oliva, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 197-202.
- AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004d) – Louis Siret, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 235-242.
- AZEVEDO, A. M. de (1927) – Apontamentos para a história dos perseguidores da Igreja em Portugal, *Brotéria*, 4, p. 337.
- AZEVEDO, L. G. de (1927) – Idade Antiga. Lusitânia pre-romana (dum livro em preparação), *Brotéria*, 5, p. 92-93.
- BELÉN DEAMOS, M. (2002) – Francisco María Tubino y la arqueología prehistórica en España, *Arqueología fin del siglo. La Arqueología española de la segunda mitad del siglo XIX*. Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 51-52.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1928) – *Los antiguos iberos y su origin*, Madrid.
- BRENHA; J. (s/d) – Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d’Aguiar, *Portugalia*, t. 1 (3), s/e, p. 690.
- BREUIL, H. (1917) – “Le chair et le traineau dans l’art rupestre d’Estrémadure”. *Terra Portuguesa*, S. 2, 15-16, p. 86.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne, *Terra Portuguesa*, S. 3, 27-28, p. 34-39.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa, *Al-Madan*. S. 2, 8, p. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do Século XX. In *Astúrias e Portugal. Relações Histórico-culturais*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.
- CARVALHO, A. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal, *Arquivos de Cascais*, 8, Cascais: CMC, p. 105.
- CASTELO RUANO, R.; CARDITO ROLLÁN, L.; PANIZO ARIAS, I. & RODRÍGUEZ CASANOVA, I. (1997) – Julio Martínez Santa-Olalla. Vinculación y contribución a los organismos e instituciones arqueológicas españolas de posguerra, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 573-580.
- COLLIS, J. (2003) – *The celts. Origins, myths of inventions*. Gloucestershire: Tempus.
- COLLIS, J. (2006) – Rethinking the Celts: the impact os historiography and archaeology. *Celtes et Gaulois dans l’Histoire, l’historiographie et l’idéologie moderne*. In RIECKHOFF, S., ed. lit. –. Glux-en-Glenne: Bibracte, p. 97-110.

- CORREIA, A. A. M. (1916) – Os berberes e os povos peninsulares. I, *A Águia*, S. 2, 10.
- CORREIA, A. A. M. (1918a) – Estudos da Etnogenia Portuguêsa. Os habitantes primitivos do território, *Terra Portuguesa*, S. 2, 24, p. 237.
- CORREIA V. (1918b) – O Prof. Henri Breuil na Sociedade de Geografia, *Terra Portuguesa*, S. 3, 27-28, p. 33.
- CORREIA, A. A. M. (1919) – *Raça e Nacionalidade*, Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA V. (1922) – Arte rupestre em Portugal. A Pala Pinta. Aditamento, *Terra Portuguesa*, 32-34, p. 147.
- CORREIA, A. A. M. (1924a) – *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 265.
- CORREIA, A. A. M. (1924b) – Uma invasão pre-histórica na Península Ibérica (os Capsienses), *A Águia*, S. 3, vol. 4, p. 24.
- CORREIA, A. A. M. (1927) – O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel, *Brotéria*, 4, p. 14-29.
- CORREIA, A. A. M. (1933) – *Introdução à Antropobiologia*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- CORREIA, A. A. M. (1938) – Arqueologia e Biologia, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 4, p. 245-261.
- CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmens e Cultura*, Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- CORREIA, A. A. M. (1959) – *Arqueologia e História Sacra*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- CORTADELLA, J. (1997) – La investigación arqueológica en las asociaciones excursionistas catalanas (1876-1915), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 273-288.
- CORTADELLA MORRAL, J. (2003) – Historia de un libro que se sostenía por sí mismo: La *Etnología* de la Península Ibérica de Pere Bosch-Gimpera, *Pere Bosch-Gimpera. La Etnología de la Península Ibérica*. In CORTADELLA, J., ed. lit. – Pamplona: Urgoiti Editores, p. IX-CCXLIV.
- DELGADO TORRES, M. (2004) – Manuel Rodríguez de Berlanga. Manuel de Góngora y Martínez, *Pioneros de la Arqueología en España*, Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 153-156.
- DIAS, N. (1991) – *Le Musée d'Ethnographie du Trocadéro (1878-1908)*. *Anthropologie et muséologie en France*, Paris: CNRS, p. 18-21.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 403-416.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*, Madrid: Ediciones Clásicas.
- DUPLÁ, A. (2003) – Falange e Historia Antigua. *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*. In ALONSO, F. W. & MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lits. – Málaga: CEDMA, p. 75-94.
- ELLIS, R. (2000) – *En busca de la Atlántida. Mitos y realidad del continente perdido*. Barcelona: Grijalbo.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I, *Al-madan*, S. 2, 8, p. 104-129.
- FONTES, J. (1912) – Subsídios para o estudo do Paleolítico português, *Revista de História*, Lisboa, 3, p. 4.

- FONTES, J. (1926) – Uma excursão arqueológica à Galiza, *Arqueologia e História*, 5, p. 25-60.
- FONTES, J. (1932) – *A questão do homem fóssil em Portugal*, Lisboa: Ed. Bertrand.
- FONTES, J. (s/d) – *Lisboa nos tempos pré-históricos*, Lisboa: s/e.
- FORTES, J. (1905-1908) – Vasos em forma de chapéu invertido, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 665.
- GODINHO, V. M. (2004) – *Portugal, a emergência de uma nação*, Lisboa: Edições Colibri.
- GOMES, M. V. (2002) – “Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século”, *Arqueologia e História*. 54, p. 139-194.
- GONZÁLEZ REYERO, S. (2002) – La investigación sobre cultura ibérica en las dos primeras décadas del s. XX: el santuario de Collado de los Jardines (Santa Elena, Jaén) y la necrópolis de Toya (Peal de Becerro, Jaén), *Actas del III Congreso de Historia de andalucia*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur, p. 72.
- GONZÁLEZ REYERO, S. (2004) – *Ex Mediterraneo Lux*: el crucero universitario de 1933 y Antonio García y Bellido, *Antonio García y Bellido*. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & PÉREZ RUIZ, M., eds. lits. – Madrid: Comunidad de Madrid/Ayuntamiento de Madrid/Universidad Autónoma de Madrid, p. 69-92.
- GRAN-AYMERICH, È. (1998) – *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris: CNRS.
- HELENO, M. (1956a) – O Professor Henri Breuil, *O Arqueólogo Português*. N. S., 3, p. 239-247.
- HELENO, M. (1956b) – Um quarto de século de investigação arqueológica, *O Arqueólogo Português*. N. S., 3, p. 239-246.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. N. S., 4, p. 309-311.
- JALHAY, E. (1921) – Algumas palavras sobre arqueologia. II. – O homem terciário: provas directas e indirectas, *Brotéria*. 19, p. 251-257.
- JALHAY, E. (1922) – Algumas palavras sobre a Arqueologia. III. – A idade da pedra lascada ou o período paleolítico, *Brotéria*. 20, p. 130.
- JALHAY, E. (1923) – Algumas palavras sobre Arqueologia. IV. – Notas finais sobre o paleolítico. O Epipaleolítico, *Brotéria*. 21, 1, p. 213-220.
- JALHAY, E. (1927a) – O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem. X. Novos descobrimentos de esqueletos humanos fósseis. Relações entre as raças quaternárias e as actuais, *Brotéria*. 4, p. 293.
- JALHAY, E. (1927b) O que nos diz a ciência sobre a origem do Homem. XI. Será o tipo de Neanderthal representante duma verdadeira raça humana?, *Brotéria*, Separata, p. 5-7.
- JALHAY, E. (1934) – Alguns cossoiros notáveis do “castêlo” de Tendais, *Revista de Arqueologia*, 1, p. 157-261.
- JALHAY, E. (1936) – As Novas Directrizes no Estudo da Pré-História, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. 2, p. 7-20.
- JIMENO, A. & TORRE, J. I. de la (1997) – Numancia y Regeneración, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 471-483.
- LACERDA, A. do P. de S. (1908) – *Viagem à Serra da Estrela*, Lisboa: Livraria Central, p. 21.
- LEANDRO, S. (2004) – História, teoria e crítica de arte em Portugal no final do século XIX, *Portugal: encruzilhada de culturas, das artes e das sensibilidades*, Coimbra: Livraria Almedina.

- LEITE, J. P. (1999) – Política Colonial, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lts. – 7. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 352-361
- LEISNER, G. (1945) – A Cultura Eneolítica do Sul da Espanha e suas Relações com Portugal, *Arqueologia e História*, S. 8, 1.
- LILLIOS, K. T. (1995) – Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar regime (1932-1974), *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. In KOHL, Ph. L. & FAWCETT, C., eds. lts. – Cambridge: Cambridge University Press, p. 57-69.
- LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais, *História do Pensamento Filosófico Português*, CALAFATE, P. ed. lit. – 4: 1. *As Luzes*, Lisboa: Caminho, p. 389-433.
- MAIER, J. (2002) – Arqueología sevillana finisecular, *Arqueología fin de siglo. La Arqueología española de la segunda mitad del siglo XIX*, Sevilla: Fundación El Monte/Universidad de Sevilla, p. 61-88.
- MAIER, J. (2004a) – Jorge Bonsor, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 325-332.
- MAIER, J. (2004b) – Juan Cabré y su entorno científico e intelectual, *El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947). La fotografía como técnica documental*, Madrid: Instituto de Patrimonio Histórico Español/Universidad Autónoma de Madrid/Museo de San Isidro, p. 71-88.
- MARÍN-SUÁREZ, C. (2004) – “Historiografía de la Edad del Hierro en Asturias”. *Complutum*. 15. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 77-80.
- MARTÍ-AGUILAR, M. Á. (2003) – Tartessos: precedentes, auge y pervivencias de un paradigma auctotonista. *Antigüedad y franquismo (1936-1975)*, ALONSO, F. W. & MARTÍ-AGUILAR, M. A., eds. lts. – Málaga: CEDMA, p. 189-215.
- MARTÍ-AGUILAR, M. Á. (2005) – *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*, Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- MARTINS, A. C. (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formação (1863-1963)*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade da Lisboa.
- MARTINS, A. C. (2008) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Francisco Martins Sarmento (1833-1899) and national identity, SCHLANGER, N. & NORDBLADH, J. eds. lts. – *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: Berghan Books (em publicação).
- MÉLIDA, J. R. (1918) – La cerámica prehistorica decorada. Los vasos de las grutas de Palmella, *O Archeologo Português*, 23: 1 (12), p. 23-32.
- MOITA, I. N. (1952) – O Pe Eugénio Jalhay, *O Arqueólogo Português*, N. S., 1, p. 213-219.
- MOITA, I. N. (1956) – “Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo”. *O Arqueólogo Português*, N. S., 3, p. 135-136.
- OBERMAIER, H. & GARCÍA Y BELLIDO (1932) – *El hombre prehistorico y los origines de la Humanidad*. Madrid: Revista de Occidente.
- OLIVEIRA, C. (1999) – Guerra Civil de Espanha, *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 148-157.

- PAÇO, M. A. do (1931) – O paleolítico do Minho, *Compte-Rendu Congres International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-historiques*. Paris: E. Nourry, p. 302-310.
- PAÇO, M. A. do (1934) – *Da necessidade da criação do Museu de Etnografia*, Porto: Primeira Exposição Colonial Portuguesa, p. 4.
- PAPÍ RODES, C. (2004) – “La sociedad Arqueológica Valenciana: el inicio de las instituciones de estudios arqueológicos en Valencia”. *Prereros de la Arqueología en España*. Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 379-387.
- PEREIRA, A. L. (2001) – *Darwin em Portugal (1865-1914)*. *Filosofia e História. Engenharia Social*. Coimbra: Livraria Almedina.
- PRADO FERNÁNDEZ, O. (1997) – El Seminario de Estudos Galegos: génesis, aportación y desaparición, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. e DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 457-462.
- RAMÍREZ SÁNCHEZ, M. E. (1997) – Un acercamiento historiográfico a los orígenes de la investigación arqueológica en Canarias: las sociedades científicas del siglo XIX, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 311-319.
- RAMÍREZ SÁNCHEZ, M. (2004) –, Gregorio Chil y Naranjo, *Pioneros de la Arqueología en España*. Madrid: Museo Arqueológico Regional.
- RAMOS, I. F. (2002) – *O poder do pó. O pensamento social e político de John Ruskin (1819-1900)*. Lisboa: FCG/FCT.
- RASILLA VIVES, M. de la (1997) – La Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas y la Arqueología Prehistórica en España (1913-1935), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 1997, p. 431-437.
- RENERO ARRIBAS, V. M. (1997) – Historiografía y identidad cultural: la recuperación histórica en la Cantabria antigua y su influencia en la siuedad montañesa (s. XVIII-XIX), *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 91-98.
- RIBEIRO, J. P. C. (1990) – Os Primeiros Habitantes, *História de Portugal. Das Origens à Romanização*. In SERRÃO, J. e MARQUES A. H. de O, eds. lits. – 1. Lisboa: Editorial Presença, p. 64.
- RIBEIRO, J. P. C. (2004) – O Paleolítico inferior em Portugal no final do século XX: balança das investigações e novos desafios, *Arqueologia & História*, 54, p. 13-24.
- ROCHA, L. M. P. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento em Pré-história, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROUILLARD, P. (2004) – Pierre Paris, *Pioneros de la Arqueología en España. Del siglo XVI a 1912*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 313.
- SALAS ÁLVAREZ, J. & MONTES, J. S. G. de (2004) – La Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma y la presencia española en la Exposición Internacional de Roma de 1911, *Pioneros de la Arqueología en España*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, p. 401-406.
- SANTA-OLALLA, J. M. (1940) – Sin título, *Atlantis. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 7-9, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- SANTA-OLALLA, J. M. (1946) – Solutrense en Africa: los hallazgos paleolíticos de Tanger. *Cuadernos de Historia Primitiva del Hombre*, 2, p. 93-99.
- SPAULDING, A. C. (1962) – Comment on Lowther: ‘Epistemology and Archaeological Theory’. *Current Archaeology*, 3, p. 507-508.
- SCHULTEN, A. (2004) – *Historia de Numancia*. In WULFF ALONSO F., ed. lit. – Pamplona: Urgoiti editores.
- SEVERO, R. (1905-1908a) – A sepultura da Quinta da Agua Branca, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 241-243.
- SEVERO, R. (1905-1908b) – Commentario ao espolio dos dolmens do Concelho de Villa Pouca d’Aguiar, *Portugalia*, 1 (3), p. 710.
- SEVERO, R. (1905-1908c) – Les dolmens de Villa-Pouca-d’Aguiar – Traz-os-Montes, *Portugalia*, 2 (1-4), p. 113-117.
- SEVERO, R. (1905-1908d) – Varia. Notas e comunicações. Ouros prehistoricos da Estella (Povoa de Varzim), *Portugalia*, 2 (1-4), p. 605-608.
- STEMPEL, P. de B. (2006) – Language and the historiography of Celtic-speaking peoples. *Celtes et Gaulois dans l’Histoire, l’historiographie et l’idéologie moderne*. In RIECKHOFF, S., ed. lit. – Glux-en-Glenne: Bibracte, p. 35-56.
- TAVARES, J. S. (1921) – O Congresso Científico do Pôrto (26-VI a 1-VII-1921), *Brotéria*, 19, p. 228.
- TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, p. 159.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1897) – Museu Municipal de Bragança, *O Archeologo Português*, 3, p. 48-58.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1922) – Proloquio, *Arqueologia e Historia*, 1.
- VICENTE, A. P. (1999a) – Academia Portuguesa da História, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 7. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 23-24.
- VICENTE, A. P. (1999b) – Iberismo, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 201-205.
- VICENTE, A. P. (1999) – Pacto Ibérico, *Dicionário de História de Portugal*. In BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lits. – 8. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 19-20.
- VILLARÍAS ROBLES, J. J. R. (1997) – El positivismo de las mil caras: pruebas científicas y presupuestos teóricos en el estudio del Reino de Tartessos, *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. In MORA, G. & DÍAZ-ANDREU, M., eds. lits. – Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, p. 613-619.
- WULFF ALONSO, F. (2003) – *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*, Barcelona: Crítica.
- WULFF ALONSO, F. (2004) – Franquismo y Historia Antigua: algunas notas europeas con P. Paris y A. Schulten, *Historia y Mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*. In CANDAU MORÓN, J. M.^a; JAVIER PONCE, F. & CRUZ ANDREOTTI, G., eds. lits. – Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga,
- ZILHÃO, J. (1987) – O Solutrense da Estremadura Portuguesa: uma proposta de interpretação paleoantropológica, Lisboa: IPPC.